

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Outubro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1088 • Director: Carlos Brito

PCP preconiza

AUMENTOS IMEDIATOS DE ABONOS E PENSÕES

Nota da Comissão Política — Pág. 5

Entrevista de **ÁLVARO CUNHAL**

Págs. 16 a 18

«Temos
uma orientação
clara e segura
e a consciência tranquila»

Os arquivos
da PIDE
e a nova
provocação
contra
o PCP



**Carlos Carvalho
no Porto**

**Dar voz
aos
trabalhadores**

Págs. 6 e 7

**O oásis
da retoma
ou a retoma
do oásis**

Artigo de
Octávio Teixeira

Pág. 20

**Autarquias
e Juventude**

Encontro do PCP
sábado em Évora

Págs. 22 e 23

**Função
Pública**

Sai hoje à rua

Pág. 10



A Associação de Amizade Portugal-Cuba organizou uma caravana com produtos com destino a Cuba

RESUMO

4
Terça-feira

O PCP apela aos utentes do troço Lisboa-Vila Franca de Xira para que continuem «a luta pela abolição das portagens existentes e a criar» ■ A CDU da Covilhã acusa o executivo do PS da Câmara Municipal de não ter «projecto» e de defraudar o eleitorado ■ A polícia de intervenção ocupa as instalações da Rodoviária do Sul do Tejo, no Laranjeiro, onde se encontravam concentrados os motoristas da empresa, em greve por aumentos salariais ■ A CGTP e a UGT decidem coordenar esforços para a próxima reunião tripartida de concertação social ■ A Associação Nacional dos Municípios Portugueses avisa o Governo que não admite que a Lei das Finanças Locais não seja novamente aplicada ■ Um sismo de amplitude 8,2 na escala de Richter abala a ilha de Hokkaido, no Japão.

5
Quarta-feira

A CDU do Estoril acusa a Junta de Freguesia do Estoril de ter aplicado taxas de estacionamento ilegais ■ A mancha de crude das águas da Póvoa de Varzim encontra-se a dez quilómetros da costa, mantendo-se a ameaça de uma maré negra ■ João Paulo II apela ao diálogo, paz e reconciliação entre Timor e a Indonésia ■ Desaba o tecto do novo hipermercado Continente, no Fogueteiro ■ Aparecem mortos centenas de peixes no rio Vouga, devido a uma descarga de resíduos industriais ■ O procurador de Milão adverte que as investigações da operação «Mãos Limpas» se aproximam «dos mais altos níveis políticos» ■ A OLP pede ajuda ao Egipto nas negociações com Israel ■ 48 membros da seita religiosa Ordem do Templo Solar morrem carbonizados num presumível suicídio colectivo ■ Ocorre mais um sismo no Japão.

6
Quinta-feira

Deputados do PCP manifestam a sua disponibilidade para participar na «Caravana da Unidade no Protesto». Carlos Carvalhas dá, em nome do partido, todo o apoio moral à caravana ■ O Tribunal de Almada revela que quem passou pela Ponte 25 de Abril sem pagar ou a uma velocidade reduzida vai ser perdoado ■ Na assembleia geral do BPA, a tentativa de conciliação da Sonae é rejeitada por quase todos os accionistas ■ No Haiti, a câmara dos deputados aprova uma lei de amnistia que abrange os autores do golpe de Estado militar, que derrubou Aristide ■ São anunciados os resultados das eleições do Brasil: Fernando Henrique Cardoso é o novo presidente ■ O Governo italiano pede a instauração de um processo contra o procurador delegado de Milão, acusando-o de «declarações difamatórias».

7
Sexta-feira

O PSD formaliza o pedido de inquérito parlamentar ao eventual desvio de informações da PIDE-DGS. O PCP acusa o PSD de pretender «desviar as atenções» da moção de censura ao Governo e do rescaldo da ponte ■ Ramos Horta e Abílio Araújo encontram-se, em Nova Iorque, com Ali Alatas ■ O Iraque mobiliza um grande dispositivo militar junto à fronteira com o Kuwait ■ A Forpronu ameaça utilizar a

força para obrigar o exército muçulmano a respeitar a zona de desmilitarização do monte Igman ■ As autoridades suíças confirmam a emissão de um mandato de captura contra dois líderes da Ordem do Templo Solar.

8
Sábado

Carlos Carvalhas participa num encontro sobre «A situação social e os direitos dos trabalhadores», no Porto ■ A Associação de Amizade Portugal-Cuba realiza uma caravana Lisboa-Vigo, com produtos recolhidos em todo o país com destino a Cuba ■ A aspiração do crude espalhado pelo navio Cercal na costa de Leixões é interrompida ■ O Kuwait concentra dezenas de tanques e toda a sua unidade de infantaria junto à fronteira com o Iraque ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se para analisar a situação no Kuwait.

9
Domingo

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas participam num encontro da Distrital de Setúbal da Juventude Comunista, na Baixa da Banheira ■ A CDU da Marinha Grande considera a gestão camarária socialista «ruinosa, nada democrática, nem transparente» ■ Milhares de «apátridas» expulsos do Kuwait acampam junto à fronteira ■ Começam a chegar reforços americanos ao Kuwait ■ O Iraque diz que só o levantamento das sanções restabelecerá a estabilidade na região do golfo Pérsico ■ Realizam-se as eleições legislativas, na Áustria. A extrema-direita nacionalista e xenófoba avança ■ É divulgado que o filho de Margaret Thatcher serviu de intermediário numa gigantesca venda de armas à Arábia Saudita, em 86, quando a mãe chefiava o Governo britânico ■ Abre a época de caça.

10
Segunda-feira

Os trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo anunciam que vão apresentar uma queixa a Ferreira do Amaral por recusa da entidade patronal em negociar o aumento salarial ■ A UGT fixa em cinco por cento o mínimo dos aumentos salariais ■ A Resistência Timorense anuncia um cessar-fogo unilateral e propõe a realização de «negociações directas entre as partes beligerantes» ■ Raoul Cédras renuncia à chefia do exército e ao poder e anuncia a sua próxima partida para o exílio ■ O Iraque anuncia que vai transferir as tropas «em manobras» na fronteira com o Kuwait ■ É anunciado o Prémio Nobel da Medicina.

11
Terça-feira

O PCP propõe o aumento do abono de família para, pelo menos, cinco contos mensais e o aumento das pensões de reforma e invalidez inferiores ao salário mínimo ■ Trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo decidem em plenário suspender até ao próximo dia 24 a greve que cumpriam desde dia 10 ■ Iniciam-se os Estados Gerais do PS ■ Cavaco Silva inicia uma visita oficial aos EUA ■ O Exército Zapatista de Libertação Nacional endurece posições e decide romper o diálogo em curso com o governo mexicano ■ Yitzhak Rabin ordena a suspensão das negociações israelo-palestinas.

Simplesmente alternância

A nota dominante da estreia dos «estados gerais» do PS, especialmente enfatizada por António Guterres, foi a «exigência da alternância».

Ora, alternância quer dizer a mudança do pessoal governante, não necessariamente a mudança da política do Governo. Esta designa-se por alternância.

Um dos oradores da «première», supostamente o mais à direita, Sérvulo Correia, deu-se conta do equívoco que a ideia da alternância pode suscitar, por isso salientou que ela não basta e que é preciso a alternativa.

A estratégia dos mentores dos «estados gerais», e especialmente a do Secretário-Geral do PS é, porém, claramente a da alternância e não a da alternativa, embora tenha usado a expressão «sólido projecto de alternativa».

Esta expressão parece mais reservada a afirmar que «o PS tem gente para governar» do que para definir uma política que se contraponha a política seguida pelo PSD.

Na verdade, a crítica da Guterres ao Governo, mesmo quando assume maior contundência verbal é, na melhor boa vontade, uma crítica meramente superstrutural.

O que marcou o discurso foram expressões como «país bloqueado», «sociedade sufocada», «homem fechado sobre si próprio», «herança de desorientação», «a incompetência do Governo».

A «interrupção da revisão» da Constituição foi ainda apresentada como uma ameaça para o caso de o PSD não fazer, aquilo que sempre se soube que não fará, desde que o PS se lançou neste processo.

Guterres fugiu mais uma vez a dizer uma palavra sobre a grave operação que está em curso na concertação social, com uma ofensiva sem precedentes, do capital e do Governo, contra os direitos e interesses dos trabalhadores. A omissão reveste um carácter de escândalo por se verificar no momento em que a consumação se aproxima.

Os trabalhadores e os sindicatos não podem deixar de registar esta falta de solidariedade do PS.

O discurso inaugural dos «estados gerais» também não mencionou qualquer reserva ou crítica ao processo de privatizações, à destruição do aparelho produtivo nacional que elas provocaram e à reconstrução dos grupos capitalistas monopolistas que elas viabilizaram e que já comandam tentacular-

mente a economia e crescentemente a política do país.

Pode existir uma política alternativa sem a abordagem destas questões?

É evidente que não temos nada contra a alternância, que é um princípio básico do nosso regime constitucional.

O que defendemos é que a aplicação do princípio da alternância deve dar lugar a uma solução de poder e a uma política efectivamente alternativas. Ora, estas, pensamos nós e a experiência demonstra, não são alcançáveis no nosso país sem o concurso e a participação do PCP.

Entretanto, o Governo e a sua maioria parlamentar consumaram na segunda-feira, ao fim da tarde, uma nova tropelia antidemocrática, a juntar às que são desmascaradas na Nota da

O que defendemos é que a aplicação do princípio da alternância deve dar lugar a uma solução de poder e a uma política efectivamente alternativas. Ora, estas, pensamos nós e a experiência demonstra, não são alcançáveis no nosso país sem o concurso e a participação do PCP.

Comissão Política, que publicamos na íntegra nesta edição do «Avante!».

Trata-se do parecer que o PSD fez aprovar pela sua maioria na Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República e que pretende estabelecer como doutrina que, no período de férias parlamentares, os partidos da oposição perdem o direito de apresentar e fazer discutir moções de censura ao Governo, a menos que a maioria aceda a que a Comissão Permanente convoque o plenário da Assembleia para o efeito.

Isto é, a valer para o futuro este parecer, o Governo adquire como que uma imunidade estival e a oposição sofre uma mutilação dos seus direitos no período de veraneio, que os deputados laranja querem longo de quase quatro meses.

É completamente absurdo! O Governo e o seu partido prevalecem-se de evidentes omissões do Regi-

mento da Assembleia e do próprio texto da Constituição para imporem uma interpretação contra a lógica e a analogia e desta forma, a pretexto da moção do CDS, estabelecerem um precedente e uma prática constitucional.

Além disso, o Governo e o seu partido exibem neste episódio a deslealdade com que procedem com as oposições.

Foram deputados do PSD e depois o próprio Primeiro-Ministro que desafiaram (quase convidaram) as oposições a apresentar uma moção de censura ao Governo.

O CDS anuiu a fazer esse «frete monumental ao Governo», como justamente lhe chamou o Comité Central do PCP.

Pois bem, os governantes e os deputados laranja, embora tenham felicitado o CDS, reservaram-lhe esta humilhação: «moção está muito bem, mas só pode ser apresentada perante o plenário e nós não deixamos que o plenário reúna antes do início da nova sessão legislativa, a 17 de Outubro».

O Governo e a sua maioria parlamentar não brincam só com o CDS, brincam com toda a oposição e brincam com o país.

Cavaco Silva parece também estar a brincar com o povo e os trabalhadores portugueses quando lança da América o tecto de 3,5% para os aumentos de salários no âmbito de seu «acordo económico-social».

Como por aqui se vê o objectivo do Governo é, a par do ataque generalizado aos direitos dos trabalhadores, continuar a forçar o seu empobrecimento.

A proposta de Cavaco fica abaixo do índice de inflação prevista, não leva minimamente em conta o aumento de produtividade, nem a perda de poder de compra já verificado o ano passado e muito menos ainda qualquer aproximação dos níveis dos outros países comunitários.

O Governo, o PSD e o patronato vão continuar a manobrar com sugestões sobre descontos nas contribuições para a segurança social, descontos nos impostos e outras armadilhas. Mas hoje é perfeitamente claro que só cai nelas quem quiser trair os interesses dos trabalhadores.

Só o protesto e a luta podem levar o Governo a alterar os seus planos.

O protesto e a luta não podem ficar só para depois de estar tudo consumado!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^a-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lmbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lx 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

“Cavaleiro da esperança”?

Cavaco Silva parece estar convencido de que goza de um estatuto de impunidade parecido com o de Herman José a quem é permitido dizer pouco mais ou menos tudo que lhe vem à cabeça.

No caso de Cavaco Silva, não se trata naturalmente do recurso ao palavrão e à obscenidade (risco que não se vislumbra), mas do recurso quase obsceno ao auto-elogio e ao engrandecimento da sua pessoa.

O homem que ousou asseverar “nunca erro e quase nunca me engano”, não hesita em apresentar-se como um eleito do destino, “um predestinado”. Não há muito, arrogou-se o papel de “homem do leme”. No telejornal do passado sábado declarou-se um “cavaleiro da esperança”.

Esta autocognominação tão favorecida vinha a propósito da concertação social e culminava a argumentação entre apelativa e ameaçadora visando convencer os Sindicatos

a aceitarem e assinarem a proposta do Governo para o acordo económico-social, até 15 de Outubro.

Tratando-se de uma proposta que serve da maneira mais utilitária e leonina os interesses do capital e que lesa profundamente os interesses dos trabalhadores, Cavaco falou de esperança, evidentemente, sem qualquer conotação romântica.

Querira dizer na sua: “Deixe andar que eles não-de vir comer à minha mão.”

Esta confiança só pode ser dirigida à UGT e Cavaco lá sabe porquê...

O que Cavaco não deve saber é que “O Cavaleiro da Esperança” é o título de um famoso livro de Jorge Amado sobre a vida de Luís Carlos Prestes, antigo secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, em especial sobre o seu papel como um dos comandantes do movimento guerrilheiro que se bateu nos campos do Brasil, entre 1924 e

1927, percorrendo mais de 24 mil quilómetros, e que ficou conhecido pela designação de Coluna de Prestes.

É claro que não passou pela cabeça do Primeiro-Ministro toda esta imensa implicação revolucionária da expressão “cavaleiro da esperança”, que deve ter ouvido em qualquer lado sem saber do que se tratava, mas achando que lhe ficava bem. Na primeira oportunidade usou-a, com àquele atrevimento tão característico do “quero, posso e mando”.

Mais uma a juntar aquela de atribuir a autoria da Utopia de Thomas More a Thomas Mann. Só uma confusão de Tomases...

Não há paciência para tanta arrogância, tanta empáfia, tanta ignorância!

Reunidas no mesmo poder, constituem uma mistura inquietante e tanto mais inquietante quanto mais a dita dura...

■ Carlos Brito

O regresso da doença

Na ressaca das últimas eleições europeias, os semanários e outros órgãos de informação andaram cheios de peças, comentários, entrevistas e depoimentos em torno do patente fracasso das sondagens sobre intenções de voto.

Com a honrosa excepção de algumas contribuições sérias e lúcidas, o que mais se viu na altura foram desculpas de mau pagador e rebuscados exercícios de autojustificação e de contorcionismo analítico.

A tal ponto que logo pensámos que toda aquela barulheira se destinava apenas a sossegar a boa consciência de órgãos de informação e empresas de sondagens e a atenuar a sua perda de credibilidade junto dos leitores e dos cidadãos, e tudo isto, não para rectificar futuramente fosse o que fosse, mas precisamente para que tudo pudesse continuar na mesma, ao abrigo do sagrado princípio de que se a memória colectiva é curta então a memória colectiva sobre sondagens é curtíssima.

Diversos casos recentes atestam com efeito o regresso em força da « doença das sondagens » e dos fenómenos e atitudes de triste submissão e reverência, de bacoca devoção, de arrogante dogmatismo e impenitente ausência de espírito crítico que traz consigo.

Por todos, cite-se o mais grave exemplo da sondagem sobre as próximas eleições legislativas com que, a 3 de Outubro, a SIC decidiu abrir alvoroçadamente « um plano completo de acompanhamento da actividade política portuguesa » até esse decisivo marco eleitoral.

Com efeito, o « Jornal da Noite » da SIC televisiva arrancou com uma tão espalhafatosa dinâmica de imagens e de palavras que até parecia que os portugueses tinham mesmo acabado de votar, o que constituiu desde logo o primeiro sinal de que tudo estava montado e planeado para que nada nem ninguém pudesse estragar a « festa da informação ».

É verdade que só a parte dos resultados da sondagem que foi mais valorizada pela SIC - o PS com 51,8% dos « votos » e o PSD com 23,5%, ou seja o PS com mais do dobro da « votação » do PSD! - deveria levar qualquer órgão de informação a mandar para o lixo o trabalho da empresa Metris e a recomendar ao seu responsável - o Sr. Valente Rosa - o gozo de umas merecidas férias.

Mas se isto não chegasse, deveria então chegar o facto de se tratar de mais uma sondagem que (tal como as que o Sr. Valente Rosa forneceu ao « Expresso » antes das europeias) não cuidava, nem pouco nem muito, da representatividade político-eleitoral da amostra e se entregava mais uma vez nas mãos do acaso e do bamburrão e que, absurdamente, não incluía qualquer referência aos inquiridos que declaravam « não responder » ou estar indecisos porque, como o Sr. Valente Rosa confessou abertamente em estúdio, os inquiridos tinham sido « obrigados » a escolher um partido!

Tudo isto deveria chegar sim, se estivéssemos no domínio do bom senso, do espírito crítico e do respeito pelos telespectadores em vez de estarmos no território minado pela indignação cívica, pela desmedida arrogância e pela vertigem manipuladora dos novos ditadores do audiovisual que, por o serem, logo interromperam e prontamente silenciaram o Secretário-Geral do PCP por este ter ousado contrariar frontalmente a laboriosa e mentirosa encenação montada pela SIC.

Assim prevenidos sobre o que está para vir até às próximas eleições legislativas, talvez não seja difícil compreender quão decisiva será a batalha de resistência à manipulação e à intoxicação e de afirmação da inalienável soberania de escolha e de decisão dos cidadãos.

■ Vítor Dias

Fronteiras do Futuro

A apresentação pública da obra *Fronteiras do Futuro* - a sociedade face à revolução científica e técnica (1) que teve lugar há dois dias no Palácio Galveias em Lisboa constitui sem dúvida, no plano do movimento das ideias e da cultura, como no próprio plano social e político, um acontecimento para o qual importa chamar a atenção.

Ao longo das 250 páginas que integram este livro, Francisco Silva desenvolve a “avaliação dos impactos da revolução científica e tecnológica”, inserindo-a no propósito de “compreensão das sociedades contemporâneas, das suas perspectivas de evolução possíveis”

indispensável “para a tomada das opções políticas relevantes”.

Num país como Portugal, em que o estádio de desenvolvimento sociocultural não tornou ainda infelizmente frequente a produção de reflexão crítica sobre muitas questões cruciais do nosso tempo e em que o seu debate assume na maior parte das vezes a conotação negativa de espaço reservado a especialistas, a obra em epígrafe constitui um exemplo a destacar. Pela inteligência e pela solidez crítica com que são abordados problemas que atravessam toda a realidade em que nos movemos, desde a evolução da condição do trabalho e da nova

divisão social do trabalho, às questões da guerra e da paz e da revolução genética, aos problemas globais nos domínios dos recursos naturais e à dialéctica dos limites, às questões da informação e da comunicação e da sociedade global da informação. Pela forma como é fundamentada a necessidade de uma orientação progressista dos impactos da revolução científica e tecnológica. E pela prioridade que nesta perspectiva é apontada à elevação geral dos padrões da cultura científica “com vista ao reforço dos conhecimentos de todos os indivíduos, de forma a que cada vez mais esclarecidamente possam participar nas escolhas cada vez mais complexas que dizem respeito a todos e não

apenas a uma minoria de especialistas”.

Para intervir conscientemente na transformação do mundo importa obviamente conhecê-lo.

E se este é um desafio com que toda a Humanidade está confrontada, a sua importância é absolutamente decisiva para aqueles que assumem activamente a causa da emancipação social e política dos trabalhadores e dos povos como a questão central da nossa época.

Porque de facto o futuro já começou.

Edgar Correia

(1) Colecção Caminho da Ciência, Editorial CAMINHO

SUÉCIA

Social-democracia e alternância

A derrota dos conservadores de Carl Bild nas recentes eleições na Suécia e o regresso ao governo - após a clamorosa derrota de 1991 - do Partido Social-Democrata não aponta infelizmente para qualquer viragem progressista na vida do país. É certo que o PSD tem vínculos estreitos com o movimento operário e sindical e nele se manifesta uma forte corrente de esquerda, sensível aos problemas sociais, antimilitarista, contrária à integração da Suécia na U.E., voltada para a aliança com o Partido da Esquerda (onde militam os comunistas) e os Verdes, que acabam, aliás, de obter sensíveis progressos eleitorais.

Mas não há que alimentar ilusões em relação à capacidade e vontade da social-democracia sueca para dar uma resposta progressista aos graves problemas com que se defronta este país com quase 14% de desempregados. O PSD, que governou quase ininterruptamente a Suécia desde 1932 como hábil gestor do capitalismo (15 grupos dominam praticamente toda a vida económica), não é portador de uma política alternativa, antes converge com a direita em aspectos centrais da política económica e social e das relações externas.

Esta convergência revela-se com particular nitidez no que respeita à adesão da Suécia à União Europeia, projecto em que se encontram profundamente empenhados o grande patronato sueco, os principais partidos burgueses, a direcção dos sindicatos reformistas da “LO” e os grandes meios de comunicação social. E se esta questão decisiva para o futuro da sociedade sueca foi cuidadosamente secundarizada durante a campanha eleitoral, o líder do PSD, Ingvar Carlsson, já anunciou que após as eleições se iria empenhar a fundo na campanha pelo “sim” no referendo de 13 de Novembro que, a vencer, iria pôr definitivamente em causa as conquistas sociais dos trabalhadores suecos e o estatuto de neutralidade e não alinhamento que tanto prestigiou este país na arena internacional. Um “sim” que visa também influenciar de forma determinante o referendo de 28 de Novembro na Noruega (onde continua a manifestar-se uma fortíssima oposição à integração), o último de um calendário de alargamento cuidadosamente preparado segundo o bem conhecido “efeito dominó”.

O regresso do PSD sueco ao governo inscreve-se assim numa lógica de alternância no governo de partidos que realizam - embora com nuances não desprezíveis - uma idêntica política de classe que arrisca frustrar expectativas, energias e vontades de mudança que os próprios resultados eleitorais exprimem.

Trata-se de uma realidade que encerra oportunas lições para a luta que travamos em Portugal por uma alternativa democrática. As pretensões hegemónicas do PS e as suas convergências e alianças em pontos fundamentais com o PSD de Cavaco Silva inscrevem-se numa situação de generalizada viragem à direita da social-democracia europeia e, pior ainda, num quadro de seguidismo político e ideológico (para não falar de “disciplina”) do PS em relação às organizações supranacionais em que se integra, o Partido Socialista Europeu e a Internacional Socialista. Só há uma maneira de lhe fazer frente: desenvolver a luta de massas, persistir na linha de unidade democrática, fortalecer o Partido. Foi isso mesmo que sublinhámos na reunião do Comité Central de 1 e 2 de Outubro. A experiência própria e alheia confirma que os comunistas são mais necessários do que nunca aos trabalhadores e aos povos na sua luta contra a ofensiva do grande capital e por uma vida melhor.

A.N.

Organizações preparam Conferência Nacional Reunião de Quadros em Braga

A luta social e política, a concretização de tarefas e iniciativas tão importantes como a «Conferência Nacional do PCP para o reforço da intervenção e organização dos trabalhadores», o «Debate com o País para uma nova política» e as exigências que comportam para as organizações e militantes do Partido, foram os temas principais desta reunião realizada no sábado, no Centro de Trabalho da DORBraga.

O camarada António Lopes, da Comissão Política do CC, fez a caracterização da situação nacional e deu conta das conclusões da reunião do Comité Central de 1 e 2 de Outubro.

A situação económica e social do distrito, com relevo para o encerramento de empresas e de postos de trabalho, o aumento do desemprego e subemprego e a degradação



das condições de vida e de trabalho, do Ensino e Saúde, a situação de rotura da Segurança Social, cada vez mais incapaz para responder à dimensão da grave crise social, e o alastrar dos sinais de pobreza e marginalidade social, traduz e reflecte a falência da política de direita, (que os governos do PSD, nos últimos 9 anos, levaram às mais graves consequências) e confirma que se acentua a degradação da situação polí-

tica, económica e social do País.

O «Debate com o País», iniciativa da qual António Lopes fez a apresentação, projecta-se, pela sua importância, na nossa acção política e imediata. Pelo debate havido e as intervenções, concluiu-se ser importante e urgente começar a agendar sessões e debates sobre importantes temas ou problemas nacionais e locais, tendo-se anunciado perspectivas e iniciativas concretas, cujo desenvolvimento se fará já nos meses de Outubro e Novembro.

A «Conferência Nacional para o reforço da intervenção e organização dos trabalhadores», suscitou intervenções de claro apoio, após uma exposição introdutória a cargo de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, sobre os seus objectivos, importância, tarefas e medidas do debate preparatório, etc.

Outras linhas de trabalho, no plano geral do reforço da organização, foram realçadas (recrutar, renovar organizações e organismos, etc), tendo sido proposto que as direcções concelhias, do sector ou outras, cujas organizações ainda não tenham realizado as respectivas Assembleias, considerassem as possibilidades para as levar a cabo até ao fim do ano.

A Reunião de Quadros não esqueceu a importância da luta social contra a política do Governo: ali foi feito o apelo ao empenhamento dos militantes do Partido na importante acção de rua designada «buzi-

Conferência Nacional

Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994
Lisboa - Voz do Operário

não contra a política do governo», convocada pela União dos Sindicatos, para o dia 21/10, em Braga.

No quadro das iniciativas do Partido no Distrito, José Antunes, Coordenador responsável da DORB, apelando às Comissões Concelhias e outros organismos de direcção para prepararem os seus planos de actividade, tendo em conta a importância das tarefas discutidas, anunciou algumas das já agendadas para os próximos meses: entre elas, o

Encontro de Eleitos da CDU nos Órgãos Autárquicos de Guimarães e a Assembleia da Organização de Freguesia de Riba d'Ave (dia 15/10); a Assembleia da Organização Concelhia de VN Famalicão (dia 29/10) e de Fafe (4/12), a Assembleia da Organização Regional de Braga (29/1/95), etc; a apresentação pública do «debate com o País...»; debates sobre o «Acordo Económico e Social e os direitos dos Trabalhadores» e a revisão da Constituição, etc.

Cel-Cat Atentos e unidos

Os trabalhadores da Cel-Cat estão atentos e unidos e exigem que a administração seja clara nos seus objectivos, salienta o secretariado da célula do Partido que veio a público tomar posição sobre os processos em curso nesta empresa.

Os comunistas consideram a empresa «viável» e «estável» mas manifestam preocupação pelos planos da administração, em particular para a actuação de Mário Caldeira, que «por onde tem passado tem deixado o estilo de coveiro de postos de trabalho, como é exemplo a Cometna».

A célula alerta para a possibilidade de uma futura reestruturação sublinhando, no entanto, que os trabalhadores não aceitarão que ela se faça «à custa de postos de trabalho».

Debate em Montemor-o-Novo

Promovida pela DOREV, teve lugar no passado sábado, em Montemor-o-Novo, uma reunião que juntou 50 quadros comunistas para debater a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores.

Ao longo das 22 intervenções produzidas, foram analisados os diferentes sectores de actividade, apontando-se a necessidade de criar um organismo interconcelhio no sector dos mármore, bem como de reforçar a estrutura e a acção das células do Partido nas Câmaras Municipais.

Igualmente a merecer a atenção dos presentes foi o trabalho no seio dos trabalhadores da Função Pública, com destaque para a Universidade e Hospital Distrital de Évora. A discussão sublinhou, por outro lado, a importância da organização por locais de residência, que resulta da acentuada dispersão orgânica no Alentejo e do frágil tec-

do empresarial existente na região. A reunião assinalou ainda áreas de trabalho em que a intervenção das organizações deve ser reforçada, caso do Ensino e Juventude, salientando-se como fundamental a análise regular dos problemas sociais e a tomada pública de posição, de forma a contribuir para o desenvolvimento da luta de massas.

A reunião salientou ainda existirem boas condições para o recrutamento de novos militantes e definiu medidas para aumentar a divulgação da imprensa do Partido.

Os trabalhos contaram com a participação de Raimundo Cabral, membro do Conselho Nacional, e de José Soeiro, da Comissão Política, que encerrou a reunião. Este dirigente falou sobre a grave situação do Alentejo e a necessidade das organizações do Partido terem uma intervenção mais activa junto dos trabalhadores e da população.

DORAL pede compensação para pescadores da Fuzeta

Segundo a análise da Direcção da Organização Regional do Algarve, as consequências da crise repercutem-se negativamente «no rendimento de armadores e pescadores, significando a perda de centenas de postos de trabalho e a diminuição da nossa capacidade produtiva».

A recente paralisação da frota de pesca longínqua da Fuzeta devido a problemas colocados pelo Governo de Marrocos em relação acordo de pescas com a União Europeia veio a agravar este quadro atingindo armadores e sobretudo pescadores que se vêem no desemprego sem terem direito a receber qualquer subsídio.

Para o PCP, o Governo deve proceder de imediato ao «desbloqueamento de verbas que compensem dignamente os pescadores e armadores afectados pela paralisação forçada».

Ainda no sector pesqueiro, a DORAL do PCP volta a denunciar os enormes prejuízos causados a mariscadores e viveiristas pela poluição de parte da Ria Formosa. Os comunistas responsabilizam «em grande parte» as câmaras de Olhão e de Faro que «continuam a enviar para a Ria esgotos domésticos e industriais sem qualquer tratamento prévio, apesar dos muitos milhares de contos investidos em saneamento básico, cujas obras se vireram a revelar não só insuficientes como mal projectadas».

A DORAL considera fundamental a reactivação das ETAR's desta zona e que se elabore «com a máxima urgência» um plano integrado para despoluir e recuperar para a actividade do marisqueio vastas áreas degradadas da Ria.

Os comunistas algarvios assinalaram, por outro lado,

«os bons resultados» do turismo obtidos no corrente ano assim como «as promissoras perspectivas para 1995». Contudo, consideram que esta evolução positiva «se deve mais a factores externos de conjuntura do que aos esforços e apoios desenvolvidos pelo actual Governo».

Apesar da melhoria nos resultados financeiros obtidos pelos agentes, afirma a DORAL, «diminuiu o número de postos de trabalho, aumentou a sazonalidade, a instabilidade e os ritmos de trabalho, bem como o recurso generalizado ao emprego de mão-de-obra barata sem qualificação profissional. Mantêm-se situações de salários em atraso e largas centenas de trabalhadores continuam a aguardar que lhes sejam pagos retroactivos desde 1992».

A reunião da DORAL manifestou preocupação pela nova queda da produção agrícola em valores que oscilam entre os 10 e os 15 por cento, constatando igualmente um cenário de crise na construção civil, enquanto a actividade comercial, especialmente o pequeno e médio comércio é afectado pela «retracção do consumo e pela feroz e desleal concorrência que lhe é movida pelas grandes superfícies». Os comunistas condenam o Governo por remeter para as autarquias a decisão sobre a abertura daqueles estabelecimentos ao domingo, salientando a necessidade de promover urgentemente «uma reunião que envolva todas as câmaras municipais da região, de forma a articular uma posição comum de repúdio e protesto» contra esta imposição.

Fracasso do PROTAL

Os conflitos entre o Poder Local e Central, refere o comunicado da DORAL, agravaram-se com a entrada em vigor do Plano de Ordenamento do Território (PROTAL). Os comunistas algarvios apontam a «continua intromissão e retirada de poderes as autarquias por parte de órgãos desconcentrados do poder central e através de legislação avulsa que, a pretexto do PROTAL o Governo tem vindo a aplicar, o que tem conduzido à apropriação por esses órgãos de poderes de decisão sobre importantes faixas de território sob administração autárquica».

Face ao que considera ser um «fracasso», o PCP reitera a necessidade de promover um amplo debate público sobre os três anos de aplicação do PRO-

TAL, que deveria contar com a participação das «autarquias e outros agentes económicos e sociais».

A abertura do ano escolar e a luta em defesa da criação da Região Administrativa do Algarve foram igualmente temas analisados na reunião da DORAL.

De referir, por último, que foi aprovado um conjunto de debates temáticos no âmbito da iniciativa nacional do PCP «Debates com o País para uma Nova Política». Com vista à preparação da Conferência Nacional do PCP, a DORAL vai promover ainda várias reuniões e assembleias com o objectivo de discutir medidas de reforço da intervenção das diferentes estruturas do Partido na região. Paralelamente, está a ser lançada uma campanha de recrutamento de novos militantes e de reforço da capacidade financeira do PCP.

Nota da Comissão Política

PCP defende nova política de rendimentos

A Comissão Política promoveu, na passada terça-feira, uma conferência de imprensa para divulgar as conclusões da sua última reunião, cujo texto publicamos na íntegra

Governo - Directório eleitoral

A Comissão Política apreciou os relatos que vieram a público sobre a reunião alargada do Conselho de Ministros, do dia 1 de Outubro.

Estes relatos, muito coincidentes, permitem concluir que o Governo, que reuniu a um sábado e em "mangas de camisa", como foi anunciado, não trabalhou na governação do país, mas ocupou-se da estratégia eleitoral do PSD para 1995.

O Governo não procurou respostas para os mais graves problemas que afligem o nosso povo, como o desemprego, a quebra do poder de compra, as carências em matéria de habitação e saúde, o mau funcionamento das escolas, ou mais em geral, da degradação da situação económica, social e política do país.

O debate do Conselho de Ministros, marcado pelo reconhecimento da perda de influência do Governo e um certo temor em relação às eleições legislativas do próximo ano, foi dominado pela procura de respostas para as aflições eleitorais do PSD, do tipo de "como repetir a maioria absoluta", "como propagandear o Governo", "como mobilizar o eleitorado", "que causas lançar para contrariar o desencanto com a propostas do PSD".

O Governo procura, assim, a sua sobrevivência a todo o custo, e confirma que uma das motivações determinantes da sua actuação é a eternização do PSD no poder.

O Governo envolve-se, assim, na luta partidária mais estrita e transforma-se no directório eleitoral do PSD.

É evidente que a abusiva utilização do Conselho de Ministros para a planificação da estratégia eleitoral do partido laranja nada tem a ver com as competências política, legislativa e administrativa que a Constituição atribui ao Governo, nem com as funções que a Lei Fundamental comete ao Conselho de Ministros.

Esta é mais uma forma de subverter o funcionamento regular das instituições.

Entretanto, o que vai acontecer, se esta situação não for firmemente contrariada, é o Governo lançar-se numa furiosa corrida eleitoralista (que as visitas oficiais e a "inaugurações" já prenunciam) a que subordinará os interesses do país e utilizando os recursos, os meios e o aparelho de Estado.

Ninguém pode duvidar, pelas experiências anteriores e os exemplos mais próximos, que nesta corrida o Governo não hesitará a jogar mão de tudo que possa retocar e favorecer a sua imagem e de tudo que possa prejudicar a dos adversários, o que significa tanto a intensificação da demagogia como da acção provocatória.

A operação mistificadora e as reclamações do PCP

A Comissão Política considera necessário alertar, mais uma vez, para o significado e consequências da operação mistificadora, montada pelo Governo com a colaboração da UGT, em torno da assinatura do Acordo Económico e Social.

Depois da diminuição dos salários reais e da acentuação do desequilíbrio no Rendimento Nacional, as propostas salariais em cima da mesa estão muito longe da reposição do poder de compra e da necessária dinamização do consumo popular, uma das mais importantes componentes para a dinamização de toda a economia.

Mas a questão não se pode reduzir somente aos salários para 1995, sem se definir sequer a política de rendimentos. O Governo e a UGT procuram desviar a atenção dos trabalhadores e da opinião pública do conjunto de medidas altamente lesivas e regressivas para os trabalhadores em matéria de direitos laborais e sociais, medidas que o patronato reivindica, que o Governo empenhadamente assumiu e que o PSD inscreveu na sua proposta de revisão da Constituição.

Mais do que resolver os graves problemas que afectam os trabalhadores, mais do que tomar medidas eficazes para combater o desemprego e pôr cobro ao sucessivo encerramento de empresas, o Governo pretende com a proposta de um acordo para 4 anos é apresentar-se como um Governo de diálogo e consensos, quando precisamente reforça a natureza autoritária da sua governação, é, também, apresentar-se ao eleitorado com um projecto para o futuro, sufragado pelos parceiros sociais, quando se coloca na ordem do dia a exigência de uma nova política e de um novo Governo.

O PCP repudia as chantagens do Primeiro-Ministro junto das forças políticas e sociais que se empenham em esclarecer a verdadeira natureza do conteúdo da proposta do Acordo Económico e Social, no sentido de condicionar a sua intervenção e confundir a opinião pública.

A Comissão Política considera que o Governo, em vez de demagogia e propaganda, deve é definir uma política de rendimentos que

garanta o crescimento dos salários reais, inverta a tendência para a diminuição do seu peso no rendimento nacional e melhore as prestações da segurança social.

Uma fracção apenas dos enormes recursos que o Governo continua a desviar para o grande capital (quer sob a forma de benefícios fiscais, quer através da panóplia de fundos e de outros subsídios) bastaria para concretizar tal política.

Reclamando a urgente e significativa elevação de todas as prestações sociais, o PCP preconiza, nomeadamente:

- a imediata elevação do Abono de Família para 5 contos por mês, no regime geral, sem excluir aumentos superiores para sectores particularmente carenciados;

- e o aumento geral das Pensões de Reforma e de invalidez, que assegure um aumento não inferior a 5 contos por mês nas pensões de montante inferior ao salário mínimo nacional.

A Comissão Política exige que o Governo ponha cobro às acções repressivas e limitadoras de liberdades contra a luta dos trabalhadores, no exercício de legítimos direitos, como aconteceu recentemente com os trabalhadores da Rodoviária Sul do Tejo.

Ao mesmo tempo que persiste no bloqueamento da contratação colectiva, o Governo e a Administração por si nomeada querem, também neste caso, transformar o conflito laboral num caso de ordem pública com o recurso à intervenção policial.

O PCP previne de novo, em relação à Concertação Social, que o Governo ilude-se se julga que vai desarmar a luta social impondo, com a colaboração da UGT, os termos de um clausulado absolutamente contrário aos interesses dos trabalhadores.

Ao fazê-lo, o Governo torna-se responsável pela inevitável agudização da conflitualidade social, com todas as suas consequências.

A corrupção

A Comissão Política acusa o Governo de Cavaco Silva, que demonstra um zelo tão rancoroso contra os adversários políticos, pela passividade e objectiva conivência que tem mantido em face da corrupção.

São especialmente preocupantes as recentes declarações do Procurador Geral da República, a um semanário de Lisboa, sobre os processos que se arrastam há 7 e 8 anos, manifestando o seu desacordo não só com a falta de meios de investigação, mas também com "os critérios do Governo sobre as prioridades e sobre o modo de combater a corrupção".

É sabido que alguns destes processos versam matérias, relacionadas por exemplo com o Fundo Social Europeu, que tocam zonas próximas do Governo e envolvem clientelas suas.

A Comissão Política decidiu intervir com novas iniciativas, incluindo na Assembleia da República, para lançar luz e ajudar a desenhar estes processos de corrupção que o Governo tanto parece temer que cheguem aos tribunais.

A grande provocação

A Comissão Política acusa o Governo de ser o inspirador e o condutor directo da campanha provocatória contra o PCP, que usa como pretexto as declarações de um espão russo sobre o alegado desvio de documentos dos arquivos da PIDE para o KGB.

A apresentação pelo Grupo Parlamentar do PSD de um inconsistente pedido de inquérito parlamentar e as vergonhosas alusões do Ministro Fernando Nogueira à "traição nacional" são as últimas peças desta grande provocação, em que o Governo de Cavaco Silva aparece envolvido com serviços secretos e agentes estrangeiros, manipulando sectores da Comunicação Social e instrumentalizando as próprias estruturas do Estado.

O PCP chama a atenção para a circunstância desta campanha caluniosa surgir num momento em que o Governo experimenta especiais dificuldades (tendo revelado mesmo o temor de se ver demitido) em consequência do descontentamento que alastra no país e das movimentações sociais que lhe dão expressão, como o movimento de protesto da Ponte 25 de Abril e outras lutas populares.

Através do recurso à provocação, o Governo tenta passar da posição de réu à posição de acusador, dirigindo as suas baterias, em especial, contra o partido que lhe faz mais firme oposição - o PCP - mas alimentando, ao mesmo tempo, a guerrilha institucional com o Presidente da República e procurando criar mais dificuldades à conver-

gência democrática, em que terá que assentar qualquer alternativa que assegure a sua substituição.

Não hesitando em recorrer aos préstimos dos meios mais reacionários e mesmo fascistas do país, incluindo alguns chefes máximos da ex-PIDE, o Governo colabora também nesta nova campanha revanchista contra o 25 de Abril e os militares que o realizaram.

O PCP repele com indignação os ataques caluniosos que lhe são dirigidos, expressa ou encapotadamente, pelo Governo, que se prevalece dos meios desiguais de que dispõe, designadamente na comunicação social.

O PCP tem do seu lado o testemunho de uma longa história de serviço à pátria portuguesa e de aplicação de firmes princípios na preservação dos valores e dos interesses nacionais no relacionamento com Estados, partidos, organizações e quaisquer entidades estrangeiras, seja qual for a sua posição política e ideológica.

Em matéria de patriotismo, o PCP não recebe lições de ninguém.

Mais, o PCP considera afrontoso todo e qualquer ataque que ponha em causa a sua honra patriótica e que insinue, de qualquer maneira, cumplicidades com serviços secretos, sejam quais forem, que sempre repeliu. Em face de semelhantes ataques, o PCP reagirá em conformidade, incluindo com o recurso aos tribunais.

O inquérito do PCP

A Comissão Política salienta que a presente campanha provocatória contra o PCP está, afinal, ligada, à escalada de provocações a que o Governo recorreu, apoiado no SIS e outros serviços secretos, contra o movimento de protesto na Ponte 25 de Abril, chegando a inventar a "insurreição das fotocópias" e o

alegado "cerco insurrecional a Lisboa", e promovendo uma reunião do Conselho de Segurança Nacional para dar credibilidade a tudo isto e exercer um efeito intimidatório.

A inclinação do Governo para substituir crescentemente a acção e a intervenção política pelas armas da provocação, da intimidação e da repressão, é uma das mais sérias ameaças que pesa sobre a vida política do país e sobre o próprio regime democrático.

Tendo em vista esclarecer e desmascarar as responsabilidades do Governo nesta situação e combater ao mesmo tempo esta sua perigosa inclinação, a Comissão Política decidiu promover, com o Grupo Parlamentar Comunista, um inquérito na Assembleia da República acerca do envolvimento do Governo e do SIS em operações provocatórias contra os cidadãos e os partidos políticos, em clara violação das garantias legais e constitucionais.

A Comissão Política declara completamente inaceitável a directiva do Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia de impor um espartilho à gestão soberana do Estado português em matéria orçamental.

Perante a subserviência do Governo de Cavaco Silva, o Conselho recomenda «o respeito estrito» por um défice orçamental em 1995 de 5,8% do PIB, pelos «limites a que estão sujeitas as despesas primárias do Estado» e aconselha a que as receitas das privatizações sejam afectadas à redução da Dívida Pública. Tudo isto acompanhado da insinuação chantagista de suspensão dos financiamentos do Fundo de Coesão, caso as ordens comunitárias não sejam cumpridas.

O PCP denuncia os que manipulam grosseira e provocatoriamente o interesse nacional e cedem o que deve ser a soberana capacidade de decisão do Estado português às orientações impostas pelos representantes das multinacionais europeias, pondo a Assembleia da República perante o facto consumado de se pronunciar sobre o que outros decidiram por si.

A Comissão Política chama a atenção para a paralisação, em Marrocos, de 40 embarcações da frota longínqua, derivada da interrupção dos Acordos de Pesca daquele país com a UE. Está criada uma situação social de enorme gravidade para pescadores lançados compulsivamente no desemprego e armadores a contas com pesados encargos financeiros.

Esta situação demonstra mais uma vez a fragilidade da actividade de pesqueira, sector económico completamente desprezado pela política do Governo no quadro da integração na UE.

A grave situação económica e social, para que foram lançados pescadores e armadores, exige uma pronta resposta do Governo através da disponibilização de verbas que de forma condigna compensem pescadores e armadores dos prejuízos sofridos.

A Comissão Política apreciou a actividade geral do Partido, fixando-se especialmente nas grandes iniciativas que são a Conferência Nacional a 26 de Novembro e o "Debate com o País para uma nova política" e aprovou, em relação a este último, o calendário de novas acções, que em breve será anunciado.



Carlos Brito apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política realizada na segunda-feira

Carvalhas no Porto com sindicalistas e quadros do Partido

Para debater a «Situação Social e os direitos dos trabalhadores», o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontrou-se, na manhã do passado sábado, no Porto, com sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores do distrito.

A abrir este encontro, usou da palavra o coordenador da União dos Sindicatos do Porto, Vítor Ranita, que começou por se referir à repressão que, sobre as mais diversas formas, o Governo PSD/Cavaco Silva exerce sobre os trabalhadores e a actividade sindical, em vez de promover o diálogo, como lhe competia, cerceando assim os direitos individuais e colectivos de quem gera a riqueza. Por isso, a situação actual é uma das mais complexas e difíceis para as organizações dos trabalhadores.

Mais adiante, referindo-se ao PS, afirmou que este partido na prática, toma posições muito mais próximas das do PSD do que daquelas que diz defender, ou seja, as que vão ao encontro dos interesses dos trabalhadores.

O distrito do Porto é uma região secundarizada nos critérios de investimento público, onde os salários são dos mais baixos, com os consequentes reflexos na quebra do consumo, ou seja, do poder de compra e no desemprego que é, em média, o mais elevado do País.

A acrescentar a este quadro negro, fruto da «política de sucesso» de Cavaco Silva, do seu Governo e do partido que o apoia, vêm agora juntar-se as propostas do Governo na Concertação Social, como sejam a polivalência, a flexibilização nos despedimentos, o aumento dos horários de trabalho, etc., etc.

Neste contexto, o movimento sindical terá que intensificar a sua luta e estimular a unidade dos trabalhadores e a coesão da resposta das suas organizações.

Em seguida, dezenas de participantes expuseram os problemas específicos dos mais diversos sectores de actividade que representavam e que são comuns a todos, tais como: - os salários em atraso; os contratos a prazo; as falências fraudulentas; o trabalho extraordinário não remunerado; as constantes ameaças sobre os trabalhadores, principalmente os mais activos; a flexibilização dos horários; os despedimentos, etc.

Foi ainda frisado que o PCP é o único Partido que luta contra este grave estado de coisas e que o PS assiste impassível a toda esta situação e que a UGT faz o jogo do Governo e do patronato, posicionando-se já para assinar o acordo de Concertação Social contra os legítimos interesses dos trabalha-

dores.

A encerrar a sessão falou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que, depois de ter feito uma sùmula de tudo quanto ali tinha sido dito, passou a ler a sua intervenção, cujo texto publicamos nesta edição.

Encontros de Quadros do PCP

Da parte da tarde, Carlos Carvalhas participou numa reunião de Quadros do PCP, no CT da Boavista, igualmente no Porto, para se falar da Situação Política e das Tarefas do Partido (Conferência do PCP, debates com o País, revisão da Constituição, luta sindical...).

Carlos Carvalhas começou por dizer que o mais importante era ouvir os participantes. A luta constante e persistente do Partido, afirmou, contribuiu

para que hoje haja um descontentamento generalizado no País relativamente à política do Governo Cavaco Silva/PSD. Descontentamento difundido em algumas camadas da população, o que não impede que haja pessoas que votaram PSD e que hoje estão desencantadas.

Na situação actual, há um dado novo que não se pode menosprezar. Com efeito, ao contrário do que sempre aconteceu, a figura do Primeiro-Ministro começa a desgastar-se não conseguindo os seus acólitos evitar esta situação. A partir dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril, com a dimensão que os mesmos tiveram e com as acusações que fizeram ao Partido, constataram que o «feitoço se virou contra o feitoço», vendo-se coagidos a lembrar-se que o Partido Comunista Português existe e que também é oposição.

Todas estas atitudes contra o Partido são o reflexo da política coerente e firme do Partido que tanto incomoda não só o Governo como os detentores do capital, o que aliás sempre tem acontecido ao longo dos tempos, não constituindo por isso qualquer novidade.

Os perigos reais são, no entanto, outros. A revisão constitucional e a concertação social. Relativamente ao primeiro, nota-se um frenesim do PS em fazer uma revisão, por pequena que seja, mas profunda, pretendendo para isso fazer acordos imediatos com o PSD, muito antes das eleições legislativas, para que depois as populações se esqueçam da sua actuação quando chegar o momento de votar. Relativamente ao segundo, o Primeiro-Ministro apresenta um conjunto de propostas que no fundo são as mesmas da CIP, ou seja, flexibilização de horários, congelamento de salários,

Dar voz aos trabalhadores

Da intervenção de Carlos Carvalhas, no encontro realizado no Porto com sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores do distrito, publicamos os extractos mais importantes.

Agradeço, em primeiro lugar e em nome do PCP, a vossa generosa presença e a vossa participação, os vossos testemunhos e propostas, os ricos relatos que muito nos ajudam também na nossa intervenção institucional e não institucional.

Dar voz aos trabalhadores é fundamental.

Neste debate aberto, ficou claro que estamos num quadro em que é crescente o trabalho sem direitos, numa situação difícil, mas que tem saídas, com outras escolhas, propostas e soluções.

Mas, para que elas venham, é necessário reivindicar e lutar. Ouvimos aqui a situação de muitas empresas mas também a situação do novo ano escolar em que se assiste ao sucessivo encerramento de escolas porque não há trabalhadores auxiliares.

A repressão, a perseguição, os salários em atraso, a redução de salários, a flexibilização, os disponíveis na função pública, na segurança social e na TAP são questões que têm de continuar a ser levantadas com toda a força e que têm de ser denunciadas na Assembleia da República e fora dela.

“Uma nova política”

Não há hoje malabarismos, nem manobras de diversão ou provocatórias apoiadas ou não pelo SIS, nem política espectáculo que disfarce o grande descontentamento e a indignação sentida por milhares e milhares de trabalhadores e o mal-estar sentido pela generalidade da população em consequência de uma política de concentração de riqueza, de clientelismo e de profunda injustiça social.

O Governo e o Primeiro-Ministro podem dizer o que quiserem e o PSD pode inventar o que quiser, mas os responsáveis pela insegurança e pela conflitualidade social não são os que defendem o desenvolvimento e a justiça social, mas sim os que desestabilizam a economia e entregam as suas alavancas fundamentais ao estrangeiro, os que conduzem políticas que levam ao desemprego, os que se mantêm, com arrogância, cegos e surdos às justas reivindicações dos trabalhadores, dos reformados, dos agricultores, dos comerciantes ou dos utentes da Ponte 25 de Abril.

E não é com promessas, ou com o anúncio de cenários cor-de-rosa, ou com a repetição de que a retoma vai de vento em popa que se dá resposta aos urgentes e graves problemas com que o

País está confrontado. Estamos no terceiro ano em que nos afastamos da média comunitária e as previsões para os próximos dois anos vão no mesmo sentido. As melhorias verificadas nas exportações e em alguns sectores de actividade bem como o bom ano agrícola, não compensam as quebras da indústria em geral, as quebras do investimento produtivo e a crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira. A retoma das exportações está a ser insuficiente para compensar a recessão interna.

Com a diminuição dos salários reais e do rendimento disponível das famílias e com o crescimento do seu endividamento, a procura interna e o consumo privado não têm dinamizado a actividade económica, que se ressent também dos atrasos do investimento público. Estamos muito longe de um crescimento sustentado e de um nível de actividade que diminua o nível do desemprego e contrarie a tendência para o seu crescimento.

Aliás, os dados mais recentes não auguram grande optimismo. O índice de produção industrial registou uma quebra de 4,2 por cento no primeiro semestre deste ano, face a igual período de 1993, e significativamente as empresas de bens de investimento são as que têm sofrido maiores quebras de produção, o que mostra também um acentuado atraso da retoma portuguesa face aos outros países da Comunidade.

É necessário e urgente inverter esta situação.

Do que o país necessita é de uma nova política, de uma estratégia de desenvolvimento assente na defesa da nossa produção e na dinamização do aparelho produtivo, na melhoria do nível de vida das populações.

Uma nova política que promova o investimento e o consumo popular, que estimule e apoie quem produz e quem trabalha e não as meras actividades especulativas e parasitárias.

Uma nova política, que dê transparência e eficácia à aplicação dos fundos estruturais e que não se guie, como agora, por critérios eleitoralistas, de clientelismo e favoritismo.

Uma nova política que tenha por entendimento que o que pesa na competitividade é no essencial a política macro-económica, nomeadamente a política cambial, financeira, orçamental e fiscal, a organização e gestão das empresas e a defesa intransigente dos interesses nacionais a nível comunitário e a nível externo em geral.

Hoje, esta questão é cada vez mais reconhecida.

O recente relatório da Comissão Europeia - “Panorama da Indústria Comunitária 94” - afirma com clareza que «os custos do trabalho não são o factor-chave que explica a falta de competitividade dos produtores europeus nos mercados doméstico e mundial, mas sim as técnicas de gestão, as relações com

fornecedores e distribuidores e os esforços de investigação e desenvolvimento».

Não é com a política de baixos salários e com a diminuição dos salários reais que se dinamiza a economia e se promove a competitividade da produção nacional. E os trabalhadores portugueses não podem continuar a receber 40% do rendimento nacional e a pagar 60 a 70% do IRS para o Governo utilizar os seus impostos no clientelismo e no eleitoralismo.

O país também não pode deixar aprisionar a sua política económica nas estreitas políticas de Maastricht. Em todos os níveis da Comunidade, deve exigir a concretização do princípio da coesão económica e social e bater-se pela defesa do nosso aparelho produtivo.

É também com esta preocupação de superar os graves problemas que hoje enfrentamos e de estimular a participação dos cidadãos e a convergência entre democratas que o PCP propõe um importante processo de diálogo com a sociedade portuguesa, o «Debate com o País para uma nova política».

É nossa convicção que um elemento essencial definidor e a questão central da alternativa democrática de que o país precisa, assenta no aprofundamento de uma proposta de uma nova política, contendo o desenvolvimento de uma inovadora resposta de esquerda aos complexos problemas com que a sociedade portuguesa está confrontada e não em meros retoques na política de direita que já mostrou a sua falência.

Do que o País precisa é de uma ruptura com o cavaquismo e não de uma mera alteração de meio ponto acima ou abaixo em tal ou tal variável macroeconómica, ou trocando uma corte clientelar por outra corte não menos clientelar.

Portugal não está condenado ao atraso, à acentuação das desigualdades, ao crescente domínio da sua economia pelas transnacionais e pelo capital estrangeiro.

Por isso, reafirmamos aqui, serenamente, aos trabalhadores e a todos os portugueses que se manifestam justamente preocupados com o futuro de Portugal, e com sérias dificuldades e privações, que podem contar com o PCP que está e estará na luta quotidiana, nas instituições e fora delas, para dar resposta aos problemas e pôr fim a esta política de retrocesso social e económico.

A situação no distrito do Porto

Como foi aqui dito, relatado e testemunhado, a degradação social no distrito do Porto também se tem vindo a agravar, com o aumento do desemprego muito superior ao aumento médio do



No Porto, sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores do distrito



Reunião de Quadros do Partido, no centro de trabalho da Boavista

fazendo pressão sobre a UGT para a levar a assinar semelhante acordo, como aliás já aconteceu no passado não muito distante.

Reportando-se de seguida às tarefas do Partido, disse Carlos Carvalhas que temos que começar a pensar desde já nas Eleições Legislativas. Como é facilmente compreensível, o quadro em que se vão realizar é francamente favorável ao Governo, pois que nessa altura irá receber milhões da Comu-

nidade e inaugurar obras públicas em grande profusão.

Apesar da importância destas eleições, o Partido não descura, como nunca descurou, a sua preocupação como o bem-estar do Povo Português, os trabalhadores e os seus interesses.

A finalizar, disse Carlos Carvalhas que uma outra preocupação é a diferença que existe entre a influência do Partido junto das populações e a intenção de voto. É um problema

que não se pode esquecer e que todos os comunistas devem contribuir para o minimizar.

Reforçar o Partido é ter mais força para obrigar o PS a inflectir a sua política de aproximação ao PSD.

Emídio Ribeiro, na sua intervenção, falou da actuação do Partido no Distrito, em condições pouco favoráveis, mas que em nada influenciam o ânimo dos comunistas em continuar a trabalhar no reforço do Partido e a lutar pela defesa

dos interesses dos mais carenciados.

Ilda Figueiredo, na qualidade de autarca, centrou a sua intervenção nos problemas locais, no interesse dum maior contacto com a Comunicação Social com o intuito de fazermos passar melhor a nossa mensagem para que as pessoas tenham conhecimento das iniciativas e da prática do Partido.

Todas as outras intervenções, numa forma genérica,

foram unânimes em realçar a importância de todas as próximas iniciativas do Partido, visando esclarecer, não só os militantes mas também o País, das posições correctas e coerentes do PCP com a intenção clara de reforçar o Partido e a sua implantação.

A encerrar a reunião, Carlos Carvalhas fez uma síntese de todas as intervenções salientando o facto de ser preciso não só levantar problemas mas também apresentar soluções.

A necessidade de afirmação do Partido passa pela nossa intervenção em todas as frentes de luta onde seja necessário.

Com confiança, com perseverança e determinação faremos um Partido maior que estará sempre na primeira linha de todas as barricadas em que se encontrem os trabalhadores.

■ Celso Cunha

Continente e em que um significativo número de desempregados (estima-se em 40%) não recebe subsídio de desemprego, estando a sobreviver sem qualquer apoio social.

E a manter-se o marasmo no investimento, as chamadas reestruturações e a liquidação da nossa actividade produtiva, o desemprego no distrito vai continuar a aumentar.

Com o aumento do desemprego e o crescimento da precarização e a liquidação de direitos, a desestabilização social e os fenómenos anti-sociais tenderão a agravar-se.

Para o aumento do desemprego no distrito do Porto muito contribuiu o encerramento de dezenas de empresas da têxtil, vestuário e metalurgia e a quebra de actividade nas indústrias eléctricas, calçado e construção civil.

Esta grave situação de desemprego e da falta de empregos, de empregos estáveis, tem um grave peso entre as mulheres e a juventude e muito particularmente naqueles que andam à procura do primeiro emprego.

Este quadro é ainda mais grave pela política do "salve-se quem puder" e pela desresponsabilização do Estado nos sectores da habitação, do ensino e da saúde.

E é preciso que se conheça que o Governo, com a sua proposta na chamada Concertação Social, ainda pretende liquidar mais direitos dos trabalhadores, facilitar os despedimentos, fomentar a precarização do emprego, liquidar, na prática, a contratação colectiva e alterar, no sentido do retrocesso, a segurança social.

E também nesta questão e nesta matéria, não se pode deixar de lamentar que o PS mantenha um comprometido silêncio e que alguns dos seus porta-vozes até defendam a liquidação do salário mínimo...

Ora, é sabido que a proposta que o Governo apresentou em sede de concertação, como foi aqui dito, é articulada com o projecto de revisão constitucional do PSD e vai ao encontro das principais reivindicações da CIP. Por isso, temos apelado e continuaremos a apelar a todas as forças políticas e sociais identificadas com o progresso e a justiça social para intensificarem a luta em defesa dos seus interesses, pela melhoria das condições de vida, pela defesa dos direitos, liberdades e conquistas democráticas.

O sistema e a política politiqueria

Quem comparar a proposta governamental de concertação social com o projecto constitucional do PSD facilmente verificará a sua articulação quanto à liquidação de direitos, a eliminação

das comissões de trabalhadores e os seus direitos de participação e intervenção. Por isso, não podemos deixar de denunciar o frenesim lamentável que o PS quer imprimir à revisão da Constituição.

O processo de revisão da Constituição, desencadeado, em larga medida, por responsabilidade do PS, com o objectivo de alcançar maiorias eleitorais por via administrativa, revela-se cada vez mais, objectivamente, como uma ajuda prestada ao PSD, que o utiliza como campo de diversão em relação aos graves problemas do país e às suas responsabilidades, e como base de pressão para novas adulterações da lei fundamental.

E é preciso que se diga que o PS, ao querer pressa na revisão constitucional, o que quer é distanciar o termo da revisão da campanha para as legislativas, para, quando estas tiverem lugar, os eleitores já se tenham esquecido dos seus acordos com o PSD.

E que ninguém se deixe enganar pelas palavras hipócritas e fingidas preocupações sobre o crescente desprestígio da política, dos políticos, das instituições e do sistema.

Os partidos que assim falam procuram fazer da Constituição e do sistema político os responsáveis pelas suas próprias culpas e responsabilidades, ou seja, a política de direita, pelo não cumprimento das promessas eleitorais, as benesses e mordomias que têm determinado para si com a firme oposição do PCP.

Mas como se sabe, o desinteresse por parte dos cidadãos da vida política radica não no sistema político, mas sim na política politiqueria, no não respeito dos outros partidos pelos seus compromissos. Radica numa política que em vez de dar resposta aos problemas e preocupações das populações, antes os agrava. Radica na falta de debate democrático sobre os problemas reais e no peso crescente, nas campanhas eleitorais, da força do dinheiro e da política espectáculo.

Aqueles que sempre conduziram as eleições legislativas como campanhas para Primeiro-Ministro, com o apagamento dos outros candidatos, são os que agora farisaicamente falam em aproximar os deputados aos eleitores. São os que sempre hostilizaram, caluniaram ou menosprezaram a luta social, os que sempre puseram entaves aos principais mecanismos de democracia participativa (veja-se o que tem sucedido no caso da Ponte 25 de Abril), os mesmos que vertem lágrimas de crocodilo pela falta de participação popular ou pelo "divórcio da sociedade civil".

O que merece condenação não é a política e a classe política em abstracto, mas sim a política de classe e a política ao seu serviço, contra o povo e em favor do grande capital.

É por isso cada vez mais necessário, perante a crescente demagogia, verbalismo e manobras provocatórias, distinguir o que cada partido defende e faz, quem cumpre o que pro-

mete, quem está ao lado do povo nas pequenas e nas grandes lutas, quem apresenta soluções para os problemas e se bate para os resolver, para que o povo português possa, em liberdade e com real conhecimento de causa, saber quem o defende e quem o agride, quem defende os interesses nacionais e que se submete aos interesses estrangeiros.

Quem não deve não teme.

Os herdeiros do marcelismo e a fachistada, as vozes do anti-gamente, podem através de certa comunicação social levantar a cabeça, mas a democracia tem forças suficientes para continuar a luta, desmascarar as provocações, denunciar a corrupção e as injustiças, as manobras provocatórias e aqueles que querem julgar o 25 de Abril. Não recebemos lições de patriotismo de ninguém e rechaçamos e rechaçaremos todas as provocações, venham elas de onde vierem. A nós não nos intimidam nem nos fazem parar a luta.

Pelo contrário, redobramos as nossas energias. Quem está inseguro e nas "encolhas" é o Governo. As manobras de provocação não são um sinal de força, são um sinal de medo, de covardia e de fraqueza. Pela nossa parte, dizemos alto e bom som que tudo faremos para continuar a lutar dos trabalhadores, dos utentes da Ponte 25 de Abril, dos reformados, dos agricultores, da população em geral.

É por isso cada vez mais necessário que os trabalhadores, os democratas e a maioria do povo português, vencendo manobras demagógicas ou de desmotivação contem com a sua própria vontade, contem com a necessidade de afirmar a sua própria dignidade, de defender os seus interesses e que tenham plena confiança de que é possível derrotar o PSD e dar outro rumo à política nacional, para bem do povo e do País.

É necessário dizer aos portugueses que é a sua vontade e são os seus votos que poderão decidir efectivamente da conquista de uma alternativa democrática, reforçando o seu apoio ao PCP - o grande Partido de esquerda; o Partido de uma nova política; o Partido da alternativa democrática; o Partido cuja razão de ser e de lutar é a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, do desenvolvimento, da soberania e da independência de Portugal.

Nós temos uma firme convicção que o caminho para a superação dos graves problemas nacionais pode ser percorrido com êxito, não com a resignação, mas com o incorfomismo, não com a rendição perante a chantagem política e ideológica da direita, mas com uma corajosa afirmação dos valores da esquerda e da sua real modernidade, na defesa com coerência e frontalidade de um projecto humanista de progresso, bem-estar, justiça social e liberdade no aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural».

Desemprego em Coimbra atinge 20 mil

«No distrito de Coimbra continua a crescer o desemprego. Só os inscritos em três Centros ultrapassam os 20 mil», alerta uma nota da Regional de Coimbra do PCP, cuja direcção esteve reunida no passado sábado.

O texto acrescenta: «Acentua-se a destruição do aparelho produtivo. A falência e o encerramento de empresas abrange praticamente todos os sectores — metalúrgico, construção naval, pescas, têxtil, cerâmico, construção civil, aduaneiro, portuário, transportes, comércio e serviços. Aumenta o número de empresas com salários e subsídios em atraso. As testemunhas são os próprios trabalhadores das empresas "Cerâmica Arganilense", "Cerâmica do Mondego", "Metalúrgica da Fontela", "Eurotom", "Galomecânica", "Frio Real", "Shauzlin", "Ideal", "Estaco" e "Solum", que hoje por diversas formas lutam pelos seus direitos.

«Na área agrícola, pela sua actualidade, merecem especial destaque: a luta dos agricultores do regadio entre Bactoréu e Melhora (concelho de Condeixa), pela feitura de obras necessárias; a luta pelo pagamento de indemnizações justas por parte da "Transgás"; o êxito alcançado pelos produtores de leite e suas organizações na fixação do preço em mais 3\$00/litro.

«No plano regional e local continuam a predominar inangurações "de terceira divisão distrital", enquanto marca passo a resolução dos problemas de fundo. O ridículo discurso de Fernando Nogueira sobre a imaginária retoma económica não oculta esta realidade. O Governo está calculisticamente a adiar para finais de 1995 investimentos de primeira prioridade, ao mesmo tempo que sacode para cima das autarquias matérias da sua responsabilidade (caso mais recente dos horários dos hipermercados).

«Por sua vez, os municípios de maioria PS pouco se distinguem na sua prática política dos do Governo PSD: alinham contra os pequenos

e médios comerciantes; preferem prejudicar os seus trabalhadores do que enfrentar o Governo (caso escandaloso do corte dos salários dos trabalhadores da higiene em Coimbra); maltratam e discriminam Juntas de Freguesia; atacam não os problemas realmente existentes mas sim aqueles que os levantam (caso vergonhoso da lixeira de Cegonha).

Abertura não foi normal

«Ao contrário do que pretendeu fazer crer a propaganda de Manuela Ferreira Leite e do PSD, a abertura do ano lectivo não só não foi "normal" como se revelou mais uma vez recheada de graves lacunas e irregularidades: entre outras, sobrelotação das escolas (Avelar Brotero, C+S Martim de Freitas, C+S de Alhadas); falta de pessoal não docente (C+S Martim de Freitas e Secundárias D. Dinis, D. Maria, Jaime Cortesão, José Falcão e Quinta das Flores); cortes do Ministério nos orçamentos das escolas (Secundária n.º 1 de Figueira da Foz); arrastamento de obras durante todo o primeiro período lectivo (Secundária D. Maria).

«No ensino superior, a contestação estudantil está a pôr em evidência que persistem muitos problemas de financiamento e funcionamento por resolver, nomeadamente de instalações, de contratação de assistentes e funcionários. Fazendo face à teimosia e intransigência do Ministério da Educação está de novo a crescer o protesto estudantil contra a aplicação da Lei das Propinas. O PCP considera indispensável que, a par do esclarecimento dos milhares de estudantes agora entrados de novo nas escolas, sejam desenvolvidas novas acções de massas. O Governo está calado, mas ainda não foi derrotado.»

Homenagem a Casquinha e Caravela

No dia 1 de Outubro, a Comissão de Freguesia de Escoural do PCP, organizou uma romagem ao cemitério de homenagem a António Casquinha e José Geraldo («Caravela»), com a participação de 200 pessoas.

Casquinha e Caravela foram assassinados a tiro de metralhadora pela GNR, em 27 de Setembro de 1979, quando trabalhadores da UCP Salvador Joaquim de Pomar (Escoural) foram em solidariedade à UCP Bento Gonçalves (Montemor-o-Novo), na Herdade de Vale de Nobre, onde os agrários e o MAP, com a GNR, tentavam roubar uma manada de vacas.

A Comissão de Freguesia convidou o camarada José Figueira, membro da Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV) do PCP. Na sua intervenção de homenagem, o camarada J. Figueira salientou: «Passaram 15 anos sobre os graves incidentes que vitimaram mortalmente estes dois camaradas em defesa dos seus direitos económicos e sociais, em defesa do direito ao trabalho.» (...) «Nós continuamos a denunciar todos os que assumiram toda esta ofensiva contra os trabalha-

dores, as cooperativas e a R. A., levaram ao assassinio de Casquinha, com 17 anos, e de Caravela, com 52 anos de idade. Não podemos deixar de mencionar os nomes daqueles que comandavam a força policial.» (...) «Eram eles o capitão Matias; o capitão Faria; o sargento Máximo. Não podemos deixar de mencionar os funcionários do MAP que executavam ordens do Governo: Pires da Costa, advogado; Mexia de Almeida, funcionário; Avelino Delicado Braga, funcionário; Cortes Correia, funcionário. Todos eles

sabem quem mandou matar e quem matou.»

A terminar a sua intervenção, afirmou: «Nesta hora de respeito e solidariedade para com os nossos companheiros Casquinha e Caravela e suas famílias, importa realçar a luta abnegada que os trabalhadores continuam a travar pelo direito ao trabalho, pelo direito a um salário condigno, pelo direito ao bem-estar social. O PCP estará sempre na frente dessa luta ao lado dos trabalhadores, fazendo frente à prepotência do Governo e do patronato.»

CAMARADAS FALECIDOS

Augusto Freitas

Faleceu, no passado domingo, com 69 anos, Augusto Freitas. Era funcionário público, residia em Queijas e estava organizado em Alcântara.

Francisco Lourenço

Faleceu, no passado dia 29 de Setembro, Francisco Marta Lourenço, com 75 anos. Era natural de Corte do Pinto, no concelho de Mértola. Foi destacado militante em Aljustrel, tanto antes como depois do 25 de Abril.

João Serafim

Faleceu, no passado dia 4 deste mês, João Pereira Rocha Serafim, natural de Sarilhos Grandes.

Era tipógrafo e integrava a Comissão Concelhia do Montijo.

Pedro Teixeira

Faleceu Pedro Joaquim Garcia Teixeira, que estava ultimamente organizado na freguesia dos Olivais, como reformado. Pertenceu ao sector dos transportes da ORL, desenvolvendo actividade na célula da AGPL.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

DORV marca assembleia para Janeiro

Reunida no passado domingo, a Direcção Regional de Viseu (DORV) analisou a situação política, fez o balanço da actividade partidária e traçou as principais linhas de actuação nos próximos meses. Foi ainda decidido marcar para dia 29 de Janeiro a 3ª Assembleia da Organização, onde será eleita a nova Direcção regional.

O comunicado da DORV salienta que «os cidadãos são afastados da participação em decisões sobre grandes questões» apontando como exemplo a construção das «mini-hídricas nos concelhos de Tarouca, S. Pedro do Sul e Castro Daire». O PCP critica ainda o deficiente funcionamento das redes de transportes públicos e em especial dos transportes escolares, num distrito em que é «caótico» o estado da educação, em particular nos 2º e 3º ciclos.

Os comunistas alertam que desde Agosto foram despedidos

150 funcionários escolares, defrontando-se os estabelecimentos com problemas de sobrelotação, escassez de materiais e degradação de instalações. A tudo isto acresce que a construção da escola básica integrada do Caramulo está com um atraso de um ano e corre o risco de não ser concluída em breve.

Ainda no plano social, a DORV chama a atenção para o número crescente de desempregados, que ultrapassa os 22 mil no distrito, para a «manutenção de salários muito baixos (a massa salarial de Viseu é a segunda mais baixa do País), abuso das várias formas de precariedade e exploração, recurso ao trabalho clandestino e à mão-de-obra infantil».

A Regionalização foi também objecto de análise da DORV que denuncia o facto de verificar-se «no terreno uma certa regionalização laranja, na

linha da submissão da sociedade civil às comissões coordenadoras regionais e a outras estruturas descentralizadas ou desconcentradas integralmente governamentalizadas. No caso de Viseu, esta regionalização vai avançando com a agravante de se ir espartilhando o distrito e esvaziando e despromovendo serviços da mais alta importância para as populações em sectores como a saúde e a segurança social, a agricultura e a educação».

A DORV definiu ainda uma série de temas no âmbito do «Debates com o País» e marcou para o próximo dia 5 de Novembro uma iniciativa pública sobre os projectos de revisão constitucional.

Esta estrutura regional do PCP analisou ainda a Conferência Nacional do Partido, decidindo lançar a discussão preparatória em todas as organizações concelhias e locais.

CTT realizam Encontro Nacional

Realizou-se, no passado dia 8 de Outubro, em Lisboa, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, um Encontro Nacional de Comunistas dos CTT — Correios de Portugal.

No Encontro foram discutidas a política da Empresa e as propostas alternativas, a acção das ORT e a acção reivindicativa dos trabalhadores e, finalmente, a organização e intervenção do Partido.

No que respeita à caracterização da política da Empresa, verificou-se que o tráfego duplicou nos últimos 10 anos e, no mesmo período, baixou o número total de trabalhadores efectivos, tendo contudo aumentado de forma muito significativa o trabalho assalariado. Evidencia-se assim uma preocupante tendência para a precarização do trabalho e enormes aumentos de produtividade obtidos em grande medida à custa de grandes aumentos dos ritmos de trabalho mas também da perda de qualidade e da diminuição da segurança.



precaríssima e com o «buraco» a aumentar constantemente, tenderá a piorar durante o corrente ano face aos resultados negativos de exploração que são esperados para os CTT.

A par destas políticas, que ameaçam o futuro da Empresa, assiste-se a um afrontamento permanente com as ORT, a tentativas de retirar ou pôr em causa direitos constitucionais e regalias consignados no AE. Particular ênfase foi colocada na pressão constante no sentido de diminuir a importância ou acabar com o Instituto das Obras Sociais, na tentativa de diminuir o poder de compra dos trabalhadores (o aumento real proposto para 1994 não chega sequer a 1%) e no desrespeito cada vez mais generalizado pelos direitos dos trabalhadores.

A situação acima descrita aponta para a necessidade de reforço da intervenção do Partido e das ORT na Empresa, com vista a criar condições para uma inflexão da política da Empresa que tenha as seguintes vertentes essenciais:

- gestão eficaz e modernização dos CTT com vista a diversificar os produtos e serviços prestados, a preços cada vez

melhores e com total respeito pela necessidade de prestação de um serviço social;

- envolvimento dos trabalhadores e das suas ORT nas tomadas de decisão fundamentais, com total respeito pelos seus direitos e regalias.

Nesse sentido, foi decidido promover, ao nível interno do Partido:

- o reforço da coordenação da acção dos comunistas dos CTT e da sua intervenção nas ORT;

- acções no sentido de conseguir o aumento do número de militantes e o aumento do número de células com funcionamento regular;

- a divulgação da imprensa partidária e das posições das organizações do Partido na Empresa.

Encontro Distrital de Setúbal da JCP

Vale a pena lutar

«Vale a pena lutar» foi o lema sob o qual decorreu no passado domingo, na Baixa da Banheira, o Encontro Distrital de Setúbal da JCP, com a participação de centenas de jovens que discutiram, alteraram e aprovaram três documentos postos à sua apreciação: duas sobre ensino superior e secundário e uma terceira sobre o trabalho local da organização dos jovens comunistas. No final do Encontro, interveio o Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, muito aplaudido pelos jovens presentes.

No documento sobre trabalho local da JCP, definiram-se como prioridades de intervenção o desenvolvimento da luta e o fortalecimento do movimento juvenil, o trabalho nas autarquias, os movimentos de opinião, a juventude trabalhadora/trabalhadores estudantes e o papel da própria JCP no distrito de Setúbal.

A contestação à política de direita do Governo, a valorização do trabalho das autarquias CDU, o reforço da luta contra o racismo e a xenofobia, o envolvimento dos jovens trabalhadores nas lutas das empresas, a intensificação da acção política da JCP são algumas das com-

ponentes do trabalho a desenvolver definido nesse documento.

No documento referente ao Ensino Superior, o Encontro debruçou-se particularmente sobre o ensino politécnico e ensino particular e cooperativo, dado que as estruturas de ensino superior existentes no distrito correspondem a estas áreas específicas.

Para além de propostas concretas para o melhoramento da vida escolar aos mais diversos níveis, os participantes no Encontro decidiram dar especial atenção ao movimento associativo e à intervenção da JCP nas

escolas, lutando para modificar situações negativas existentes neste domínio.

Melhorar organização

Em relação ao Ensino Secundário, os jovens comunistas de Setúbal fizeram um balanço negativo dos 14 anos de Governo do PSD e assumiram o compromisso de lutar por uma escola viva e de qualidade, por um ensino justo e gratuito, um acesso igualitário e justo ao Ensino Superior, uma gestão escolar participada, uma avaliação escolar digna e um movimento associativo reivindicativo e interventivo.

Em todas as áreas de intervenção foram aprovadas medidas organizativas que reforçam a estrutura na região da JCP e melhoram o acompanhamento e ligação à estrutura central dos jovens comunistas em todo o distrito.



Num balanço feito à actividade desde o último Encontro Distrital, salientou-se o reforço muito importante do número de militantes conseguido, mas afirmou-se também que os valores alcançados poderiam ser ainda maiores.

No encontro, foram aprovadas várias moções, das quais destacamos as que publicamos nesta página.

Moção

Racismo, solidariedade e paz

Somos militantes de uma organização revolucionária, que defende ideais de justiça, solidariedade e paz. Observamos e transformamos o mundo em que vivemos, lutando por um futuro melhor mais justo.

Lutamos por uma sociedade que respeite e defenda o inalienável direito à diferença, uma sociedade que inspira num quadro de amizade internacionalista entre todos os povos, uma sociedade que ponha fim à exploração de todo e qualquer ser humano.

Temos a consciência que o racismo e a xenofobia são argumentos fáceis, ociosos e primários, que o sistema capitalista insiste em utilizar, com o nítido objectivo de dividir e manipular os trabalhadores em geral e jovens em particular. Consideramos que a discriminação, o trabalho precário, salários de miséria, constituem uma trágica realidade que afecta especialmente as minorias étnicas sejam elas de origem cabo-verdeana, argelina, turca, ou de outro qualquer ponto do globo.

Assim, entendemos a luta contra o racismo como componente indispensável do combate à exploração do homem pelo homem, contra a opressão capitalista, pela liberdade, igualdade e democracia, algo indissociável da construção do socialismo.

Estamos conscientes do sofrimento a que se encontram sujeitos milhões de seres humanos por todo o mundo, jovens e menos jovens. Estamos conscientes do quadro da tragédia humana, de fome, de miséria, de perseguições e atentados à liberdade e direitos dos trabalhadores, dos jovens, das populações em geral. Estamos solidários com a luta patriótica e libertadora dos povos que por todo o globo combatem as garras opressoras do imperialismo e dos seus governos ditatoriais, ou dos criminosos bloqueios que o capitalismo tece.

Estamos conscientes de que a miséria que grassa em 4/5 do planeta é consequência directa do sistema capitalista mundial, liderado agora como nunca pelos EUA. Convencidos de que são os polícias do mundo, os EUA procuram a cada dia aumentar o seu poder político, económico e militar, numa pseudo «Nova Ordem Mundial», que não é mais do que a cada vez maior exploração dos países pobres em benefício dos EUA.

O capitalismo e o imperialismo não pretendem acabar com a guerra, fazem a guerra. A guerra e as suas indústrias são o suporte fundamental de todo o sistema político-económico ocidental.

Condenamos energicamente as invasões-espectáculo que os EUA desencadeiam há décadas, cujo o mais recente exemplo tem sido a farsa do Haiti, em que a superpotência norte-americana surge combatendo os generais ditadores, «os maus da fita», como se estes não tivessem desde sempre sido apoiados por Washington, tendo o mesmo acontecido no Iraque e no Panamá, entre outros vergonhosos exemplos.

Condenamos, enfim, com especial convicção, o criminoso bloqueio imposto a Cuba à mais de trinta anos, responsável por grande parte das dificuldades com que a revolução cubana se depara. Consideramos escandaloso que os autoproclamados «defensores da democracia» mantenham impunemente uma vergonhosa política de ingerência, sabotagem e desestabilização da política interna do país que vem sendo o mais saudável exemplo do pluralismo, democracia e igualdade.

Estamos solidários com a luta do Povo Cubano!!!

Porque acreditamos na construção do mundo sem desigualdades nem assimetrias de riqueza, justo e com paz, porque procuramos um futuro sem a ameaça de armas nucleares, porque queremos que cada cidadão, cada jovem, sejam respeitados e valorizados na sua condição humana, independentemente de sua raça, cor ou credo, porque, enfim, defendemos uma sociedade sem exploradores nem explorados, nós, a Juventude Comunista Portuguesa, lutamos, intervimos e transformamos este mundo, num mundo melhor...

... Estaremos sempre na luta.



As eleições legislativas

O nosso país, pela mão dos consecutivos Governos PDS/Cavaco Silva, tem vindo a caminhar, não para o «pelotão da frente», mas sim para a cauda dos países da União Europeia.

Este Governo tem apostado numa Política de degradação da situação política, económica e social, recorrendo inúmeras vezes à provocação, à intimidação e à repressão. Estas formas predilectas de actuação são os meios mais eficazes para calar as milhares de vozes que, um pouco por todos os sectores, e um pouco por todo o país, se vão levantando, de forma muito incómoda, contra o «Aparelho Laranja».

Principal alvo desta política de direita é, sem dúvida, a Juventude. A Juventude tantas vezes aclamada (com falinhas mansas), em período de eleições; a Juventude que sofre diariamente na pele as Provas Globais, a falta de Escolas, o escândalo da falta de pessoal não docente, o Ensino Superior como miragem, ou o Ensino Superior Elitista e sem Qualidade, a falta de Emprego, os baixos salários e a Repressão Policial.

Para responder a tudo isto, é necessária Acção! Luta! Protesto! A Censura ao Governo deverá ser na rua, e não se pode de maneira

nenhuma enclausurar nas paredes de São Bento. No seguimento da Política de Direita, encontra-se também a Cumplicidade do PS, nomeadamente no que diz respeito à questão da Revisão Constitucional. Uma Cumplicidade Venenosa, de um partido que, estranhamente, continua a intitular-se «Socialista», ao mesmo tempo que presta serviços à direita.

A Alternativa a esta política é clara. As Propostas do PCP visam uma Política de Esquerda, Progressista e Democrática. É necessário o Reforço do Partido, fundamental para assegurar um Futuro melhor para o nosso país.

Reforçar o Partido começa em Nós, Jovens Comunistas. Temos de encarar as LEGISLATIVAS como um momento de mudança. As Legislativas são em 1995, mas o Trabalho começa hoje. O Combate sem tréguas ao Governo de direita não se faz a uma semana das Eleições. É tempo de agir, a nossa Tarefa já começou. A NÓS, JOVENS muito Trabalho nos espera, a afirmação da CDU e dinamização da juventude CDU é fundamental para que de facto a direita saia derrotada em 1995.

GOVERNO RECUOU NAS CARREIRAS MÉDICAS

A Federação Nacional dos Médicos conseguiu chegar a acordo com o ministro da Saúde, quanto à base de negociação das carreiras médicas, tendo Paulo Mendo abandonado o seu projecto global de carreiras, revelou dia 6 a agência Lusa. Mário Jorge Neves, da direcção da federação, disse que o ministro concordou que as carreiras médicas «são para preservar e melhorar» e manifestou intenção de negociar algumas alterações ao actual decreto sobre as carreiras médicas.

De acordo com a mesma fonte, o ministro Paulo Mendo comprometeu-se a regularizar até ao final do ano todas as dívidas aos médicos, de horas extraordinárias e descongelamento de escalões. O dirigente sindical considerou que na reunião «foram abertas algumas pistas» para possibilitar a negociação, mas a FNAM mantém os encontros de consulta aos médicos previstos para a terceira semana deste mês, nos vários locais de trabalho. Ficou marcada outra reunião entre o ministro da Saúde e a federação para dia 25. A FNAM aguarda ainda a convocação para um grupo de trabalho que vai ser criado para analisar e negociar a escala remuneratória dos médicos.

ENFERMEIROS RECLAMAM ESTATUTO

Para encerrar em definitivo a negociação sobre a lei do Estatuto Profissional da classe, dirigentes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses deslocaram-se anteontem ao Ministério da Saúde. O texto final do Estatuto, negociado pelo SEP e o sindicato da Madeira (SERAM) foi negociado com o departamento de Recursos Humanos da Saúde e aguarda apenas o despacho do ministro. A 13 de Setembro os sindicatos pediram uma audiência a Paulo Mendo, com carácter de urgência, para tratar deste assunto que foi motivo de um longo e persistente combate dos enfermeiros nos últimos anos. A 4 de Outubro, ainda sem qualquer resposta, foi reiterado o pedido. No dia 11 os dirigentes sindicais foram bater à porta do ministro, reclamando a rápida publicação do Estatuto Profissional.

BOICOTE NA PORTUGAL TELECOM

Nas negociações do primeiro AE (acordo de empresa) da Portugal Telecom torna-se evidente a posição de boicote assumida pela administração e o Governo. A comissão negociadora sindical da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual convocou os jornalistas na semana passada para, frente ao edifício da administração, em Lisboa, denunciar «a grave situação» que se vive na empresa, após a fusão do sector de telecomunicações. O Sintel, um dos sindicatos da FCTA, afirmava mesmo, num comunicado recente, que a administração «não quer mesmo negociar nada, nem salários, nem clausulado, nem carreiras, nem nada que cheire a AE».

PESSOAL DOS CTT REJEITA ACUSAÇÕES

«Haja vergonha, senhores!» - protesta o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, num comunicado em que reage às afirmações públicas de responsáveis dos CTT que, comentando na semana passada os problemas surgidos em torno dos «produtos financeiros» da empresa, insinuavam que na prática de *balcão* é que as coisas teriam corrido mal.

O SNTCT recorda as exigências e as pressões feitas sobre os trabalhadores, quando da implementação da venda de uma nova gama de produtos financeiros aos balcões dos CTT, sublinhando que «os trabalhadores cumpriram, e bem, as orientações que lhes foram dadas». Quanto aos problemas agora vindos a público, «a responsabilidade deve ser assumida por quem de direito, e esse alguém não são certamente aqueles que angariaram e venderam» os produtos financeiros dos CTT.

XAVI TEM QUE PAGAR

Pelo pagamento dos salários em atraso e das indemnizações a que têm direito, os sindicatos dos Químicos do Norte e do Calçado do Minho anunciaram uma concentração dos trabalhadores da Xavi, de Guimarães, na semana passada, à porta da fábrica. Na nova proposta de recuperação apresentada pela administração prevê-se a redução de 450 para 124 trabalhadores. Comentando a «novidade», os sindicatos afirmavam, numa nota de imprensa recente, que ela não só mantém as mesmas preocupações, como reforça «a tentativa do sr. António Xavier para iludir os trabalhadores tanto quanto possa, no sentido de mais facilmente concretizar os seus objectivos, que apontam para o encerramento parcial da empresa, sem pagar aos trabalhadores despedidos as indemnizações a que têm direito».

Admitindo que os postos de trabalho «estão irremediavelmente perdidos», os sindicatos apelam à continuação da luta pelo pagamento dos salários em atraso e das indemnizações, pela «anulação dos despedimentos ilegais» e contra «um processo de recuperação que evidencie contornos de fraude».

«A primeira manifestação de indignação»

Função Pública sai hoje à rua por estabilidade e melhores salários

A reunião com o secretário de Estado foi «uma dupla frustração» e «uma tentativa de transformar as negociações numa farsa»

O sindicato da Função Pública do Sul e Açores convocou para hoje à tarde um desfile de protesto, na baixa lisboeta (concentração às 16 horas, na Praça da Figueira, seguindo depois até à Secretaria de Estado do Orçamento, no Terreiro do Paço).

A iniciativa é anunciada como «a primeira manifestação de indignação» dos trabalhadores do Estado, reagindo ao modo como o Governo abriu as negociações para revisão das condições de trabalho em 1995. Na reunião de 30 de Setembro, o secretário de Estado apresentou aos representantes sindicais uma «dissertação económica sem qualquer conteúdo prático, a não ser desmentir o primeiro-ministro quanto à revisão de salários a meio do ano» - refere um comunicado que o sindicato fez chegar à nossa redacção.

«Agendado como reunião de negociações salariais, o encontro entre o secretário de Estado do Orçamento e os sindicatos da Função Pública foi uma dupla frustração», protesta-se naquele documento: «Primeiro, porque a única coisa onde o secretário de Estado foi objectivo é negativa. Recusou peremptoriamente a revisão intercalar de salários, apesar de afirmar que estávamos num cenário de retoma económica e a sair da crise, contrariando a promessa do chefe do Governo que, há poucos meses, garantiu um aumento a meio do ano para a Função Pública caso se desse essa retoma.» E «segundo, porque se tratou de uma reunião *pro forma*, em vez de ser de negociações sérias, denunciando a tentativa do Governo de procurar limitar as negociações com a Função Pública ao que conseguir cozinhar na Concertação Social».

A reunião de dia 30, acusa o sindicato, «é mais uma tentativa do Governo de transformar as negociações da Função Pública numa farsa, para poder fazer o que bem entender no Orçamento de Estado que irá apresentar a 14 de Outubro, dado que até lá recusou marcar novas reuniões». Na Concertação Social tem-se assistido «a uma verdadeira *santa aliança* entre as posições do Governo e do patronato, em coisas em que este não tem o menor direito a intervir, nomeadamente o montante dos nossos aumentos e a extinção dos nossos postos de trabalho, e com a UGT a *mostrar-se aberta a negociar*, pondo em perigo importantes conquistas dos trabalhadores».

O comunicado denuncia ainda a «diminuição das funções sociais do Estado» como «a verdadeira motivação de influentes sectores» no processo de revisão constitucional, uma vez que a Lei Fundamental é «um dos principais obstáculos à exploração de actividades que, até aqui, fazem parte das prestações que o Estado deve aos cidadãos a troco dos impostos».

Hoje à tarde os trabalhadores da Função Pública são chamados a mostrar que «o nosso direito à indignação é exercido de um modo claro, activo e sem hesitações». Frente à Secretaria de Estado do Orçamento vão exigir a prometida **revisão intercalar dos salários, aumentos de 12 por cento em 1995, a reestruturação das carreiras e estabilidade para trabalhar.**

Administração local

A reunião com o secretário de Estado é também fortemen-

te criticada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, que apela aos trabalhadores das autarquias para que se concentrem hoje, às 16 horas, na **Praça da Figueira**, em Lisboa, e na **Praça da Batalha**, no Porto.

O STAL exige uma revisão salarial intercalar para repor o poder de compra e actualizar o salário mínimo no sector (que está 5 por cento abaixo do salário mínimo nacional), negociações «sérias e correctas» e «no local próprio» (não na Concertação Social), e «salários dignos» em 1995.

Professores

A adesão às acções previstas para hoje foi uma decisão do Secretariado Nacional da Fenprof. Reunido na semana passada, este órgão dirigente da

Federação Nacional dos Professores definiu como «objectivos prioritários da acção reivindicativa» a revisão do Estatuto da Carreira Docente e a «exigência de melhores condições de trabalho, com vista à elevação da qualidade do ensino».

A Fenprof, refere o comunicado de imprensa distribuído após a reunião, pretende elaborar uma «carta de exigências» dos professores (a apresentar ao País e ao Governo) e vai realizar o seu 5º Congresso ainda no ano lectivo em curso (os dias 17 a 19 de Maio deverão ser confirmados pela Direcção Nacional). A participação na jornada de hoje insere-se na intervenção ligada às questões do Orçamento de Estado para 1995, onde a Fenprof pretende ver garantidas «mais, e bem distribuídas, verbas para a Educação» e «uma revisão salarial para os trabalhadores da Administração Pública que reponha o seu poder de compra».

ME processado

O facto de o Ministério da Educação não ter realizado o concurso para preencher as vagas criadas este ano lectivo nos quadros de Zona Pedagógica vai levar a Fenprof a avançar com processos a nível jurídico contra o ME. Ao mesmo tempo, a federação vai exigir o alargamento da norma transitória que vigorou no ano anterior e que previa a vinculação automática, no quadro de Zona da escola onde foram colocados, dos professores que preenchessem as condições exigidas.

Estas decisões foram anunciadas após uma reunião da Coordenação Nacional dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, estrutura da Fenprof que alertou para o «número muito maior de docentes que irão ficar no desemprego» devido à forma como decorreram os concursos de colocação de professores. Esta situação, afirma-se na nota de imprensa distribuída após a reunião, «irá colocar, certamente, a necessidade de ser alargado igualmente aos professores o pagamento do subsídio de desemprego de que usufruem os restantes trabalhadores».

Ministra recebe

«Em resultado dos protestos dos trabalhadores contratados despedidos das escolas não superiores, em especial da ocupação simbólica do Ministério no passado dia 30 de Setembro, a ministra da Educação marcou para dia 14 uma reunião com os sindicatos» - informou na semana passada o sindicato da Função Pública do Sul e Açores, adiantando que os sindicatos vão defender posições que «coincidem, no fundamental», com as soluções propostas pelo Provedor de Justiça: integração automática dos trabalhadores com mais de 3 anos de contrato, e criação de um quadro de vinculação complementar provisório para regularização da situação dos trabalhadores com mais de um ano de contrato.

Jorge Miranda no «TFP»

O número de Outubro do jornal do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores inclui uma entrevista com o constitucionalista Jorge Miranda, onde este considera o processo de revisão da Lei Fundamental inconstitucional e desnecessário e sem imediata legitimidade democrática. «A verdadeira reforma do sistema político em Portugal não passa pela alteração das normas constitucionais», afirma Jorge Miranda ao «TFP».

«Buzinão» em Braga no próximo dia 21

«Traz um apito. Buzina. Protesta.» Este é o lema da concentração de protesto convocada para sexta-feira da próxima semana, dia 21 de Outubro, às 16 horas, no Parque da Ponte, em Braga, pela União dos Sindicatos de Braga/ CGTP, pelos sindicatos e pelas comissões de trabalhadores do distrito.

É objectivo deste «buzinão à política do Governo» - como os promotores denominam a iniciativa - reivindicar contratos colectivos dignos e justos, uma política de pleno emprego, uma melhor protecção social, uma política fiscal mais justa, dignidade profissional e humana e 40 horas semanais de trabalho.

«Esta política não responde aos problemas do presente e compromete cada vez mais o nosso futuro. Não cederemos à chantagem!» - proclama-se no manifesto que apela à participação na jornada e onde se afirma ainda a disposição de lutar pelos direitos dos jovens e por reformas e pensões dignas.

CIP quer mandar as mulheres para casa

A Confederação da Indústria Portuguesa apresentou na Concertação Social uma proposta para que as mulheres trabalhadoras possam passar ao regime de ocupação a tempo parcial nos três meses posteriores à licença de parto. A CIP pretende ainda ganhar a possibilidade de alargar progressivamente, por três anos ou mais (até à idade pré-escolar dos filhos) o período de trabalho parcial após o parto. Contra tais propósitos, a Comissão de Mulheres da CGTP-IN e sindicalistas do distrito de Lisboa levaram a cabo anteontem, na baixa lisboeta, uma acção de esclarecimento e alerta.



Mulheres da CGTP, anteontem na baixa lisboeta

As propostas da CIP, denuncia a central sindical no documento que distribuiu à população, «enquadram-se na campanha que o Governo e o patronato vêm desenvolvendo no sentido de incentivar o trabalho a tempo parcial para o conjunto dos trabalhadores» e «visam, acima de tudo, diminuir o número estatístico do desemprego à custa das mulheres, mandando-as para casa».

A concretização das pretensões da CIP «teria como consequência imediata um corte substancial nos salários das trabalhadoras» e «significaria, a par disso, mais discriminação, maiores dificuldades de acesso a uma carreira e a funções de responsabilidade e menos direitos em matéria de Segurança Social no futuro» - previne a CGTP, para quem «o que o patronato e o Governo querem é precarizar ainda mais o emprego das mulheres e ter uma mão-de-obra barata e dócil».

Operários da Siderurgia «dispensados» de trabalhar

A Administração da Siderurgia Nacional está a chamar trabalhadores, comunicando-lhes expressamente que estão «dispensados de comparecer nas instalações da empresa, ficando a aguardar eventuais decisões sobre a sua situação laboral». Numa nota à comunicação social, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal chama a atenção para este caso e acusa: «A empresa não tem qualquer legitimidade para não ocupar efectivamente os trabalhadores nas funções para que foram contratados e, muito menos, de uma forma arbitrária, procurar afastá-los do seu posto de trabalho».

A Siderurgia já teve mais de 6 mil e duzentos funcionários. Actualmente são 2900, mas a administração pretende ficar apenas com 1400.

No passado dia 6, realizou-se um plenário geral convocado pela comissão de trabalhadores em que se decidiu encetar formas de luta contra este processo. Na segunda-feira, a mesma CT levou a efeito um plenário público junto à portaria da empresa para apreciar o resultado da reunião com a administração e discutir o desenvolvimento da luta para travar o plano contra os trabalhadores.

Metalomecânica pesada

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa denunciou, num comunicado à imprensa, que a multinacional ABB está a entregar documentos

a dezenas de trabalhadores da Sermague, para que estes rescindam o contrato de trabalho - os chamados despedimentos encapotados. Da mesma forma, esta empresa está a fazer pressão junto dos trabalhadores, para que aceitem as condições impostas, dando-lhes duas horas para tomarem uma decisão.

Com o encerramento total da SGM e parcial da Sepsa e com a destruição da Sorefame e da Mague, a metalomecânica pesada do País está a ser desmantelada, lançando milhares de pessoas para o desemprego - denunciam os Metalúrgicos de Lisboa.

Gás natural

Os trabalhadores do gasoduto exigem o respeito pelos seus direitos, a correcção das distorções salariais, o pagamento de todo o tempo de trabalho e deslocações, os descansos compensatórios, condições de higiene e refeições condignas. Tal como os sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil de Leiria explicam numa nota recente à comunicação social, é possível encontrar pessoas a fazer o mesmo trabalho auferindo salários com diferenças de dezenas de contos. «Já houve trabalhadores que tiveram de abandonar o trabalho devido à má qualidade da alimentação» - afirmam os sindicatos.

Governo esconde novo documento à CGTP-IN Negociação falseada para um acordo ainda pior

O plenário nacional de sindicatos analisou ontem as acções a emprender nos próximos tempos

Em vésperas de esgotar o prazo imposto por Cavaco Silva para a conclusão do acordo económico e social, a CGTP veio denunciar publicamente o facto de a negociação tripartida estar a

No entanto, temos conhecimento da apresentação de um documento do Governo a alguns parceiros sociais» - disse segunda-feira à noite ao «Avante!» Manuel Lopes, sublinhando que «há desrespeito pela negociação» e «a dimensão da negociação tripartida está a ser falseada».

Além de excluir a CGTP da análise deste novo documento, o Governo apresenta agora um texto «ainda mais gravoso para os trabalhadores» e «confirma a intenção de continuar esta política desastrosa para o País», disse Manuel Lopes.

Nova negociata?

Para a CGTP, como foi adiantado por Carvalho da Silva na conferência de imprensa de segunda-feira à tarde, o novo documento do Governo continua a pôr em causa os direitos dos trabalhadores, concede mais benefícios fiscais ao patronato, não apresenta propostas concretas para os problemas do emprego e para os aumentos salariais,

e volta a ameaçar o futuro da Segurança Social.

Este é mesmo «um dos pontos mais polémicos» da nova proposta do Governo - reconhece o «Diário de Notícias» na sua edição de anteontem. Afirmando que teve acesso ao documento entregue por Eduardo Catroga a alguns dos parceiros sociais (e confirmando a exclusão da CGTP desta fase das negociações), o matutino revela que o Governo «pretende “reponderar o actual sistema de financiamento” [da Segurança Social]. Entre outras medidas com este objectivo, vai alargar “o período retributivo relevante para a formação e fixação da pensão dos independentes”. (...) A “flexibilização da Segurança Social” inclui acções como a “divulgação das potencialidades da opção voluntária pelo regime de trabalho parcial”».

A proposta do Governo, diz o «DN», «deixa para mais tarde as duas discussões essenciais: o referencial dos salários para 95 e a legislação laboral». Depois de relatar os apoios e benefícios fiscais que o Governo promete

ao patronato, o jornal conclui: «Em resumo, no domínio das estratégias empresariais, são contempladas as exigências essenciais das três confederações patronais».

Na passada segunda-feira, também a UGT voltou a clamar que não assinará nenhum acordo que não preveja aumentos salariais de cinco por cento, no mínimo. Para além de ser um «mínimo» que a CGTP considera inaceitável (só a inflação estimada oficialmente para 1995 é de 4,5 por cento, a que se somam 3 por cento de aumento previsto da produtividade, a justa compensação pelas perdas salariais anteriores e a necessária aproximação aos salários praticados nos demais países europeus), os cinco por cento da UGT poderão ser ainda menos, a julgar pelas portas que alguns dos seus dirigentes vão deixando abertas e tendo em conta a experiência de anos anteriores. Mais uma vez, a negociação falseada poderá resultar numa negociata contra os trabalhadores.

Fepces pelo descanso ao domingo no comércio

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (Fepces) decidiu na passada quinta-feira, no plenário de sindicatos do comércio, promover um abaixo-assinado nacional em todo o sector, em defesa do descanso semanal ao domingo e pelo encerramento dos estabelecimentos de comércio retalhista e grossista ao domingo.

«O Governo, ao remeter para as autarquias a regulamentação do funcionamento dos estabele-

cimentos comerciais, para além de denotar incapacidade política para a resolução dos problemas do país, visa também dar satisfação ao grande capital do sector, na medida em que sabe que as autarquias, só por si, não têm condições legislativas para resolver o problema» - afirma a Fepces num comunicado à imprensa.

Os representantes dos trabalhadores analisaram os recentes acidentes em grandes unidades de comércio e exigem testes a todos os sistemas de

segurança dos hipermercados, formação sobre segurança a todos os trabalhadores, afixação de plantas de caminhos de evacuação visíveis aos utentes e um inquérito ao acidente do Continente do Seixal sob a direcção da Procuradoria Geral da República.

O plenário apoiou a decisão da CGTP-IN de não assinar o acordo económico e social, se o Governo não alterar profundamente as suas propostas na Concertação Social.

Prossegue a luta na Rodoviária do Sul do Tejo

Os trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo entregaram anteontem um pré-aviso de greve para o próximo dia 24, exigindo aumentos salariais de 5,2 por cento e a redução do horário de trabalho - revelou a agência Lusa.

O pré-aviso foi entregue por uma delegação dos trabalhadores que se concentraram terça-feira à porta do Ministério dos Transportes com o objectivo de serem recebidos pelo ministro Ferreira do Amaral. Na ausência do governante, a delegação acabou por ser recebida pelo adjunto

do Secretário de Estado dos Transportes, Mendes Moura.

Segundo Eduardo Travassos, do Sindicato dos Rodoviários do Sul, os trabalhadores aproveitaram o encontro para apelar a que o ministro obrigue os responsáveis da empresa a reiniciar as negociações. «É necessário que haja alguém que ouça os trabalhadores», acrescentou o sindicalista.

Os trabalhadores da RST, que se encontram em greve desde a manhã de segunda-feira, voltaram a reunir-se em plenário anteontem à tarde.

A propósito do acidente no hipermercado Seixal desmonta demagogia governamental

Em comunicado assinado pelo presidente da edilidade, Eufrazio Filipe, a Câmara Municipal do Seixal, «perante a lamentável e inesperada ocorrência verificada na abertura ao público do "Hipermercado Continente do Seixal" e o sensacionalismo político introduzido pelo Sr. Ministro Faria de Oliveira, que precipitadamente procurou responsabilizar a autarquia», esclarece que «a primeira grande preocupação da Câmara Municipal foi, inequivocamente, para os sinistrados que, a avaliar pelas declarações do Director Clínico do Hospital Garcia da Orta, foram felizmente vítimas sem gravidade».

A Câmara Municipal, que sublinha «publicamente a postura responsável e serena assumida pelo Presidente da Administração do "Modelo Continente Hipermercados, SA", no Seixal», recorda que, «como afirmámos no local e no momento do acidente, a visto-

ria realizada em conjunto pela comissão técnica de vistorias da Câmara Municipal, pela Direcção-Geral de Concorrência e Preços, dependente do Ministério do Comércio e Turismo, e pela autoridade sanitária competente, verificou que se encontravam reunidas as condições para o funcionamento e emissão da licença de utilização do equipamento».

E esclarece:

«A finalidade legal da vistoria é apreciar a conformidade da obra executada perante os projectos. No que respeita ao projecto de estabilidade, compete à Câmara Municipal aceitá-lo, atenta a responsabilidade tácita, técnica e civil dos seus autores».

E sublinha o comunicado:

«Segundo a legislação aplicável, não se encontram atribuídas competências às Câmaras Municipais para aferirem da qualidade do projecto de estrutura e cálculos de estabilidade, da aplicação de materiais e processos construtivos».

Assim, «com a responsabilidade e transparência de processos que nos caracterizam, perante a premência da situação e interessados em apurar responsabilidades e responsáveis, determino a abertura de inquérito, designando os respectivos instrutor e peritos competentes», informa o presidente da CM do Seixal, acrescentando que a licença emitida se encontra «suspensa até à reposição das condições necessárias ao funcionamento do Hipermercado».

Loures discorda de Jorge Sampaio

«A hipótese de proposta de lançar, unilateralmente, um referendo a nível concelhio para decidir sobre a abertura dos hipermercados aos domingos, é no mínimo prematura», afirmou entretanto o presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio

Alves, a propósito de declarações proferidas pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Em declarações à Comunicação Social, Demétrio Alves considerou que esta matéria é insusceptível de ser decidida câmara a câmara, devendo ser legislada a nível nacional e pelo Governo. Por as grandes superfícies comerciais ultrapassarem largamente a área de influência de um ou mesmo vários concelhos, Demétrio Alves levantou a hipótese de «no mínimo, o assunto poder ser apreciado pelas Áreas Metropolitanas».

O autarca de Loures estranha que o Governo, depois de tantos meses de hesitações, tenha decidido como decidiu. «É como ter a bola nos pés durante oitenta e nove minutos e, no último, fazer a grande jogada, atirando a bola para as bancadas», concluiu Demétrio Alves.

Com a convivência do PS

Câmara PSD de Barcelos quer agredir património

A Comissão Coordenadora de Barcelos da CDU informa que a Câmara Municipal de Barcelos pretende construir uma edificação de dois e três pisos na área envolvente da Zona Histórica.

Esta pretensão da Câmara foi chumbada pelo Instituto Português do Património Arqueológico (IPPAR) em 29 de Abril/93 e 5 de Maio/94. E acrescenta a CDU:

«A Câmara Municipal, não satisfeita com este impedimento legal, levou uma proposta à Assembleia Municipal a fim de receber apoio para pressionar o IPPAR a permitir a construção. A Câmara Municipal pretende que o IPPAR desrespeite as disposições legais em vigor».

As acusações da CDU não apontam, apenas, à Câmara, vão também para o PS:

«O Partido Socialista, nesta

matéria e em muitas outras, funcionou mais uma vez como muleta das pretensões do PSD. É verdadeiramente preocupante e lamentável o silêncio do PS sobre esta matéria e o apoio manifestado na votação às pretensões do PSD para a construção da edificação. Como quer o PS ser oposição ao PSD, quando comungam das mesmas ideias e objectivos? O PS ao longo deste mandato tem assumido

uma postura de convivência e cumplicidade com as decisões do Executivo Municipal, de maioria PSD».

E a CDU conclui:

«É importante salientar que, mais uma vez, foi a CDU que se manifestou aberta e frontalmente contra a pretensão da Câmara Municipal, por entender que o pouco que resta da Zona Histórica em Barcelos deve ser preservado.»

Lisboa No âmbito das «Operações Especiais de Limpeza»

Avenida da Liberdade limpa de alto a baixo

Na passada semana, a Avenida da Liberdade foi alvo duma limpeza a fundo. Sobre ela actuaram mais de 100 trabalhadores removendo montureiras, varrendo ruas e passeios, limpando relvados, desobstruindo sargetas e lavando tudo em profundidade, no âmbito do programa de «Operações Especiais de Limpeza» decidido pelo Pelouro de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Lisboa.

Esta operação contou mais uma vez com a presença do vereador responsável pelo Pelouro, o engenheiro Rui Godinho, que esteve acompanhado pelo engenheiro Mário Vizinho, chefe da Divisão de Limpeza e Higiene Urbana e o responsável técnico que concebeu e dirige este programa de «Operações Especiais de Limpeza». Presentes, ainda, neste acompanhamento directo da acção na Avenida da Liberdade, o chefe de Zona dos Serviços de Limpeza, João Guedes Jorge, o chefe de Divisão de Sensibilização e Educação Sanitária, dr. Veríssimo Pires, e os presidentes das Juntas de Freguesia de S. José e Coração de Jesus, onde se integra a Avenida da Liberdade.

As «Operações Especiais de Limpeza», que se realizam ao ritmo de uma por semana, iniciaram-se em 21 e 22 de Setembro passado com uma intervenção na Freguesia da Ajuda, seguindo-se-lhe as Freguesias de Anjos e S. José/Coração de Jesus (a operação da Avenida da Liberdade que estamos a referir) e prolongar-se-ão até finais de Novembro actuando, sucessivamente, nas Freguesias de Campolide, Nossa Senhora de Fátima, Beato, Alto do Pina e S. João de Deus.

Posteriormente, e já no quadro da experiência retirada destas operações, outras serão planificadas para o resto da cidade e em função das necessidades deste tipo de limpeza em profundidade.

Como já dissemos, a «Operação Especial de Limpeza» da próxima semana beneficiará a Freguesia de Campolide.

Estas operações são sempre precedidas e acompanhadas da distribuição porta-a-porta de um folheto estimulando os munícipes a gestos simples mas fundamentais, para manter a cidade limpa: o bom acondicionamento do lixo nos contentores, a correcta utilização destes (não os enchendo demasiado, não os utilizando para a deposição de líquidos ou entulhos e colocando-os na via pública entre as 21.30 e as 22.30, recolhendo-os sempre às nove horas do dia seguinte), e ainda a utilização dos serviços que a Câmara pôs, gratuitamente, à disposição dos lisboetas para a recolha de papel usado, vidro velho e objectos de grandes dimensões, numa cobertura total de lixos urbanos.

CDU denuncia problemas em Paredes e Santo Tirso

A Comissão Coordenadora de Paredes da CDU denuncia, em comunicado, várias situações graves que afectam este Concelho.

Na unidade de Saúde da Sobreira, que serve as populações de Sobreira, Recarei, Parada de Todeia e Aguiar de Sousa, faltam médicos, enfermeiros, pessoal administrativo e auxiliar, facto que a CDU considera «de um profundo desprezo pelos direitos dos cidadãos», defendendo «uma intervenção reivindicativa forte das populações e dos seus eleitos autárquicos, em torno da defesa dos seus interesses, contra os jogos de traficância que resultam da passagem da responsabilização do Estado na prestação da Saúde para obscuros interesses privados».

Os problemas de Paredes alastram para o sector da Educação, onde há 11 escolas do pré-escolar e do 1.º ciclo a funcionar sem pessoal auxiliar, enquanto a Preparatória de Paredes, a Secundária de Baltar e as C+S de Rebordosa e de Sobreira lutam com falta de pessoal auxiliar e administrativo (esta última nem pavilhão gimnodesportivo tem), com reflexos no funcionamento de cantinas, bibliotecas e papelarias, havendo, mesmo, escolas primárias com duas classes a funcionar em simultâneo na mesma sala.

Neste caso «a CDU exige aos dirigentes autárquicos e aos responsáveis regionais de educação medidas positivas e sem demora».

Na área dos transportes e acessibilidades, «a CDU alerta para o atraso e indefinições resultantes da ausência de estradas de ligação entre Freguesias, o mau estado de conservação das existentes, o atraso da concretização do projecto de duplicação e electrificação da via ferroviária até à estação de Cête», exigindo a criação de uma rede viária eficaz e reafirmando «a intenção de intervir, com os meios ao seu alcance, na resolução dos problemas das populações».

Santiago de Bougado

Também a Comissão Coordenadora da Freguesia de Santiago de Bougado (Concelho de Santo Tirso) da CDU acusa «quer a Junta de Freguesia (PSD), quer o executivo camarário (PS) de não demonstrarem capacidade para resolver os problemas da Freguesia, cuja própria Assembleia, composta por membros do PSD e do PS, mostra não estar em condições de alterar a situação».

Entre os graves problemas que afectam esta Freguesia, a CDU destaca a água inquinada por detritos poluentes que as fábricas despejam no rio, servida a cerca de 50 famílias que habitam o «prédio da Citroën», em Lantermil. A poluição das águas foi, entretanto, agravada com a instalação de uma fábrica de tripas em Covelas, que tem contaminado poços e terrenos.

Outra questão denunciada pela CDU é a do rinque do Centro Recreativo de Bougado, cujas obras já haviam sido iniciadas com o trabalho voluntário da população tendo o actual executivo PSD mandado tapar os alicerces e destruído, com máquinas, a parte já construída, sob a promessa de «construir tudo de novo, no futuro». A CDU, que classifica esta actuação de «auténtica anedota», recorda que a actual Junta PSD esqueceu, assim, as promessas feitas pela JSD na última campanha eleitoral autárquica, tal como esqueceu a existência de um protocolo entre o anterior executivo da Freguesia e a Direcção do Centro Recreativo.

A urgência duma passagem superior no cruzamento entre a estrada nacional 104 e a ligação Maganha/Bairros, os esgotos a céu aberto em vários pontos da Freguesia, a falta de pavimentação na Rua da Gregoça, a degradação da estrada principal para Cedões, a falta, insuficiência ou degradação de placas de identificação e a não resolução do abastecimento de água a Cedões e à Trofa Velha, são outros problemas denunciados pela CDU de Santiago de Bougado, que «reafirma a intenção de, apesar de não estar representada na Assembleia de Freguesia no actual mandato, procurar intervir na resolução concreta dos problemas através das suas propostas, críticas e sugestões a fim de servir a população da Freguesia».

Zona ribeirinha do estuário do Tejo Projecto do PCP delimita competências e jurisdição

A passagem para a jurisdição plena da Câmara de Lisboa, incluindo no que respeita ao planeamento e à gestão urbanística, da área não afectada directamente à actividade portuária ou que lhe seja desafectada, constitui uma das medidas previstas num projecto de lei do PCP que visa delimitar as competências e jurisdição sobre a zona ribeirinha do Estuário do Tejo.

Recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, este diploma surge na sequência da apresentação pela Administração do Porto de Lisboa do tão falado Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha (POZOR), iniciativa que na opinião da bancada comunista configura uma "clara e abusiva interferência daquela entidade pública na esfera de

competências próprias dos Municípios".

Com efeito, não obstante o Estatuto Orgânico da Administração do Porto de Lisboa (segundo o D.L. nº 309/87) conferir poderes a esta entidade para intervir em funções claramente urbanas, a verdade é que tais funções não lhe deveriam caber - e esta é a opinião dos deputados comunistas -, uma vez que tais competências de planeamento e de gestão urbanística sobrepõem-se às competências e aos instrumentos de planeamento municipais.

É que, são ainda os deputados comunistas a lembrá-lo na nota preambular do seu diploma, a ligação e abertura das cidades e zonas urbanas ao rio é um objectivo da competência própria e prosseguido pela política urbanística dos municípios ribeirinhos, tendo em vista a qualificação e valorização urbana.

Nesse sentido, para além da medida atrás citada, o diploma pretende igualmente, quanto à área afectada directamente às actividades portuárias, que sempre que se trate de obras ou utilizações estranhas a essas actividades, elas só se possam concretizar depois de licenciadas pelas câmaras municipais respectivas.

Timor-Leste em Conferência

A realização de uma conferência interparlamentar sobre Timor-Leste, sob a iniciativa da Assembleia da República, mereceu o apoio de Mário Soares, que aceitou o convite de Barbosa de Melo para participar na iniciativa.

Esta informação foi prestada aos jornalistas pelo presidente da Assembleia da República, no final de uma audiência com o Chefe de Estado, ocasião aproveitada para referir que a conferência, a organizar em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, deverá realizar-se entre fins de Abril e princípios de Maio.

O presidente da AR deslocou-se a Belém para saber se, para Soares, existia algum inconveniente na realização da conferência, uma vez que, de acordo com a Constituição, as iniciativas deste género cabem ao Presidente da República ou ao Governo.

Justificando a realização do encontro interparlamentar, o presidente da AR disse que a questão de Timor-Leste "também é um problema português", garantindo, por outro lado, que "temos o dever de não deixar cair no esquecimento o problema do povo de Timor-Leste".

De acordo com a proposta apresentada por Barbosa de Melo aos líderes parlamentares, a conferência deverá contar com a participação de deputados de todo o mundo que discutirão o estatuto do território e a situação dos direitos humanos.

"Morgue do Hospital de Beja" Caso tem novos dados

O ex-director do Hospital de Beja, Jorge Simões, mandou informar o proprietário da agência funerária «Central», Francisco Nunes, que obtivera a concessão da exploração da morgue do hospital, quatro dias antes da abertura do concurso. A revelação - de acordo com uma fonte parlamentar citada pela agência Lusa -, foi feita no final da passada semana pelo chefe da repartição pública do Hospital de Beja, Manuel Costa, numa reunião com a Comissão de Inquérito que investiga o alegado caso de corrupção na concessão da morgue do Hospital de Beja.

Segundo a referida agência, Manuel Costa revelou que Jorge Simões lhe pediu para contactar o proprietário da

agência funerária «Central», de Évora, para o informar que havia ganho a concessão da exploração da morgue do Hospital de Beja.

Manuel Costa enviou, então, um fax a Francisco Nunes, informando-o que obtivera a concessão da exploração da morgue, quatro dias antes do prazo para a entrega das propostas a concurso.

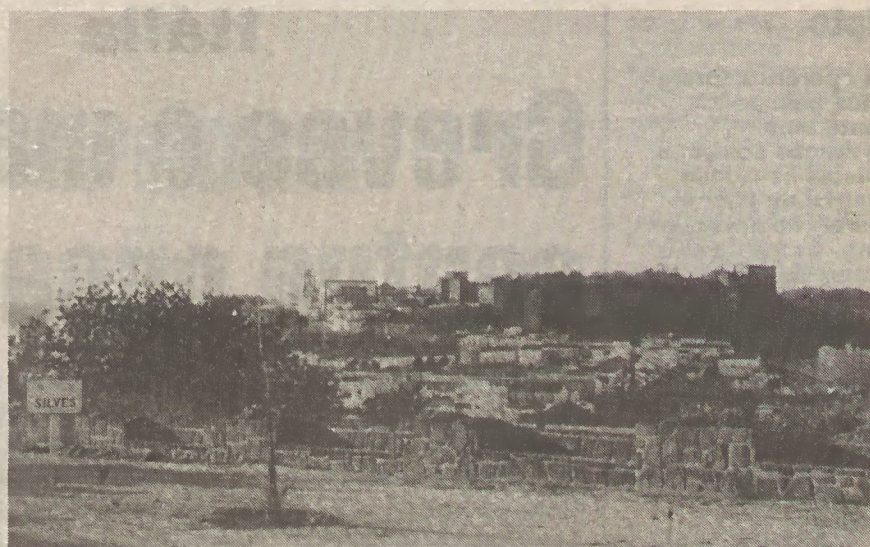
Jorge Simões, recorde-se, foi já ouvido pela Comissão de Inquérito, mas negou todas as acusações de que foi alvo por parte de Francisco Nunes, nomeadamente de ter recebido três mil contos para atribuir a agência «Central» à exploração da morgue de Beja.

Manuel Costa disse, no entanto, à Comissão que foi Jorge Simões que lhe pediu

para contactar Francisco Nunes, e, por isso, escolheu o fax para revelar ao proprietário da agência que lhe havia sido concessionada a exploração da morgue do Hospital.

A Comissão Parlamentar de Inquérito visa apurar o alegado caso de corrupção denunciado pelo proprietário da agência funerária «Central».

Francisco Nunes disse ter pago três mil contos ao ex-director do Hospital Jorge Simões, outros três mil ao ex-deputado do PSD e líder da distrital de Beja do partido, Branco Malveiro, e mais dois mil ao empresário bejense Francisco Urbano para lhe ser concessionada a exploração da morgue do estabelecimento hospitalar.



Recuperado nas últimas eleições autárquicas pela candidatura CDU, o concelho de Silves acolhe, amanhã e depois, os deputados comunistas em mais umas Jornadas Parlamentares do PCP

Com início amanhã, em Silves Jornadas preparam acção parlamentar do PCP

Têm início já amanhã, sexta-feira, em Silves, as Jornadas Parlamentares do PCP. Prolongando-se por todo o dia de sábado, as Jornadas contarão com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão de abertura, logo após o discurso inicial de Octávio Teixeira, presidente da formação parlamentar comunista, a quem caberá, igualmente, a intervenção de encerramento.

Com início previsto para as 11 horas, no auditório da FISSUL, depois de uma apresentação de cumprimentos na Câmara Municipal de Silves (recuperada nas últimas eleições autárquicas pela candidatura CDU), os trabalhos analisarão, com particular relevo, as linhas mestras de intervenção dos parlamentares comunistas no decorrer da próxima sessão legislativa, não deixando simultaneamente de prestar a devida atenção ao conjunto de iniciativas parlamentares a adoptar nos próximos meses.

A exemplo do que sempre sucedeu no âmbito das suas Jornadas Parlamentares,

também desta feita os deputados comunistas aproveitarão a sua estadia na região para estabelecer contactos e promover visitas e encontros com os vários agentes, estruturas e organizações sociais.

Aguardado com particular interesse está a ser o colóquio subordinado à temática da "Revisão Constitucional e Regionalização", aberto a todos os interessados, e onde se espera a presença de diversas personalidades e representantes de organizações a quem foram dirigidos convites. Com início às 21.30 horas de sexta-feira, dia 14, na Câmara Municipal de Portimão, este debate ganha maior relevo e actualidade se atendermos a que se trata de um tema não apenas de alcance nacional mas que interessa de modo muito especial à região do Algarve.

As conclusões das Jornadas Parlamentares serão apresentadas aos jornalistas em conferência de imprensa, a realizar pelas 12.00 horas de sábado.

NACIONAL

Comércio automóvel Vendas em baixa desmentem retoma

As vendas de automóveis ligeiros em Setembro passado situaram-se ao nível do mesmo mês de 1987, ano em que ainda se encontravam contingentadas as importações de outros países europeus.

Segundo dados da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), em Setembro foram vendidos 12.080 automóveis ligeiros de passageiros, menos 25,2 por cento do que em idêntico mês de 1993, o que confirma e amplia a queda de vendas registada em Agosto, após três meses de recuperação (Maio, Junho e Julho).

No conjunto dos três primeiros trimestres do ano em curso foram vendidos 175.492 ligei-

ros de passageiros, menos 4,5 por cento do que em período homólogo do ano passado.

Relativamente aos veículos comerciais, manteve-se a tendência de quebra nos pesados novos, que registaram uma diminuição de vendas de 25,9 por cento nos três primeiros trimestres, enquanto, embora mantendo-se uma tendência positiva nos comerciais ligeiros, ocorre uma clara desaceleração no crescimento das vendas.

Nos três primeiros trimestres foram vendidos 64.249 comerciais ligeiros, mais 11,0 por cento do que nos nove primeiros meses de 1993, mas em Setembro o crescimento das vendas não ia além de 4,9 por

cento, com 6449 unidades transaccionadas.

Para a ACAP, o mau comportamento das vendas de ligeiros de passageiros prende-se com a excessiva carga fiscal que incide sobre o automóvel em Portugal, com a existência de taxas de juro muito elevadas, agravadas por sobretaxa de imposto de crédito ao consumo (7,0 por cento) e imposto de selo (9,0 por cento), que tornam as prestações um encargo muito elevado para o cidadão médio.

A isto vem somar-se, segundo a ACAP, uma quebra de confiança dos consumidores no que se refere às expectativas de aumento do seu rendimento permanente e de diminuição do desemprego.

Egipto

Três operários foram mortos pela polícia durante uma intervenção contra os grevistas na cidade industrial de Kafr al-Dawwar, no norte do Egipto. Cerca de três dezenas de manifestantes ficaram feridos e setenta e cinco foram presos. Os trezentos grevistas da companhia nacional Spinning and Weaving Company exigem aumentos salariais e a redução do horário de trabalho.

Ruanda

A comissão de especialistas da ONU encarregada do inquérito sobre os massacres na Primavera passada no Ruanda conclui que foram cometidos actos premeditados de genocídio contra os tutsis. A comissão calcula que entre 500.000 e 1 milhão de civis desarmados foram massacrados. Na conclusão do relatório, afirma-se que "há indícios impressionantes que provam que actos de genocídio contra o grupo tutsi foram executados de forma concertada, planificada, sistemática e metódica".

Cuba

O ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, Roberto Robaina, reafirmou na ONU a vontade do governo de Cuba de ultrapassar as divergências com os Estados Unidos. "Queremos uma paz com dignidade", declarou. "Nunca iremos colocar sobre a mesa de negociações a nossa soberania, a independência e o socialismo que escolhemos livremente" - afirmou o chefe da diplomacia cubana.

Turquia

O exército turco intensificou, nestas últimas semanas, a sua ofensiva contra os combatentes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e incendiou 17 aldeias na província de Tunceli, no leste do país. O exército deu três dias aos camponeses para abandonarem as suas casas.

Haiti

Emmanuel Constant, chefe das FRAPH, milícia da ditadura haitiana, afirmou à revista americana "Nation" que a CIA sempre apoiou a sua organização, e diz que as autoridades americanas encorajaram a criação das FRAPH "para contrabalançar" os partidários do presidente Aristide

Itália

Greves e manifestações contra orçamento de 95

A aprovação, pelo governo italiano, do projecto de orçamento para 1995 provocou no país uma vaga generalizada de protestos.

Face a uma lei das Finanças que prevê mais cortes nas despesas sociais, as principais confederações sindicais do país (CGIL, CISL, UIL) decidiram de imediato passar à acção. Para amanhã, dia 14, está marcada uma greve geral de quatro a seis horas.

O projecto de orçamento do governo de Silvio Berlusconi prevê cortes nas despesas da ordem dos 48.000 mil milhões de liras (cerca de 5.120 mil

milhões de escudos). Cortes que fundamentalmente atingem as despesas de carácter social.

Alguns exemplos: a diminuição do orçamento relativo à previdência social em 10 mil milhões de liras; redução draconiana dos fundos destinados à segurança social; redução nas verbas destinadas à sociedade nacional dos caminhos-de-ferro; cortes nos fundos para investigação.

Mais ainda. A nova lei fiscal prevê o alongamento da idade de reforma dos homens para os 65 anos (contra os actuais 61 anos para os homens e 56 para as mulheres).

Quanto ao sistema de segurança social, o plano proposto pelo ministro Tremonti aponta para o encerramento imediato de 120 hospitais, para economizar 56.000 mil milhões de liras (um exemplo claro do sentido das "economias" no governo de Berlusconi). Por outro lado, o direito às hospitalizações gratuitas passou a ser apenas garantido a pessoas com idade superior a 65 anos (até agora esse direito abarcava todos os que tivessem mais de 60 anos).

Estas medidas do governo italiano geraram, de imediato, um fortíssimo movimento de

protesto no país, e uma série de manifestações espontâneas ocorreram um pouco por toda a parte.

De Bolonha a Milão, de Veneza a Palermo, trabalhadores, desempregados, reformados, desceram às ruas para protestar contra a redução das reformas e das verbas destinadas à previdência social, medidas ainda acompanhadas de um encarecimento do crédito.

A Toscana foi uma das primeiras regiões a reagir. Na Bolonha, dez mil pessoas manifestaram-se nas ruas da cidade contra o governo de Berlusconi. Durante cerca de três horas, os

operários das fábricas de têxteis da mesma região bloquearam a produção.

Em Veneza, centenas de manifestantes bloquearam a ponte que atravessa a laguna.

Por todo o norte de Itália, onde se concentram as actividades industriais, multiplicaram-se manifestações de protesto.

No sul da península, em particular em Palermo, os estudantes têm participado igualmente nos protestos. O ministro das Finanças, Giulio Tremonti, decidiu aumentar o custo das inscrições, no quadro de uma "revisão total" do sistema escolar.

Aguilheiros britânicos A vitória após três meses de luta

Ao fim de quinze semanas de greve, os aguilheiros dos caminhos-de-ferro britânicos conseguiram que um novo acordo fosse assinado com a direcção de Railtrack, consagrando aumentos salariais de mais de 20% e uma redução do horário de trabalho de 39 para 37 horas por semana.

Trata-se de uma das mais importantes lutas laborais na Grã-Bretanha, depois da grande greve dos mineiros, no início dos anos 80.

As razões desta luta podem resumir-se num punhado de factos.

Num período de dez anos o número de aguilheiros foi reduzido de quase um terço, enquanto a carga de trabalho praticamente duplicava. Entre a gare de King's Cross, em Londres, e a de Berwick, junto à Escócia, havia, em 1970, 180 postos de trabalho de aguilheiros. Actualmente, há apenas 5. Entretanto, o tráfico foi aumentando sempre.

A introdução de novas tecnologias de sinalização aumentou a responsabilidade dos ferroviários

quanto ao bom funcionamento da rede e à segurança dos passageiros.

Já de há sete anos para cá, o sindicato dos transportes (Rail and Maritime Transport Union, RMT) vinha exigindo uma adaptação da estrutura dos salários às mudanças registadas em termos de trabalho.

Em Abril, a proposta do RMT de recurso à greve foi literalmente plebiscitada: 80% dos 4.600 aguilheiros participaram na votação, por voto secreto - obrigatória antes de qualquer paralização do trabalho, de acordo com as leis thatcherianas, destinadas a levantar o máximo de entraves à acção sindical. O movimento grevista foi aprovado numa proporção de quatro contra um.

A vitória dos aguilheiros pode vir a constituir um importante estímulo para outros sectores de trabalhadores, como é o caso das enfermeiras e dos professores.

As opiniões do patronato

* "É preciso ajustar os custos do trabalho e, se necessário, reduzir os salários. Pode-se admitir a redução, no futuro, do tempo de trabalho, na condição de uma tal medida ser ligada a uma correspondente redução dos custos da mão-de-obra".

* "Chegou o momento, para a Europa ocidental, em que se coloca a questão de uma reforma da Segurança Social. É preciso garantir que as prestações não ultrapassem os meios financeiros, que os abusos sejam limitados e que os que procuram trabalho adaptem o nível e a natureza do trabalho pretendido à situação do mercado".

* "É de temer que no futuro os períodos de crescimento do emprego não chegarão para eliminar completamente o desemprego. Será necessário substituir rapidamente os actuais subsídios de desemprego por outros sistemas de ajuda social".

(Alguns extractos do relatório "Os mercados do trabalho na Europa", publicado nesta Primavera pela mesa-redonda europeia que reúne os dirigentes de cerca de quatro dezenas das mais importantes multinacionais.)



As lutas em curso em vários países da Europa, por melhores salários e pela redução dos horários de trabalhos, assumem múltiplas vezes também o carácter de uma luta contra as privatizações. Na foto, em França, milhares de trabalhadores da Renault, da Bull, da Caixa Nacional de Pensões, da France Télécom e da SNECMA ocorreram no palácio de Brongniart em Paris

Brasil

Vitória de Henrique Cardoso

Um voto contra a inflação

Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil, com 47% dos votos, contra os 24% obtidos pelo candidato das forças de esquerda, Lula. Um resultado directamente ligado à implementação de um plano económico que permitiu travar decididamente a inflação em poucos meses - e que surge de facto como uma decisiva operação eleitoral.

Em Julho passado, o ex-ministro das Finanças, Henrique Cardoso - candidato do centro-direita, ainda que a coberto de referências sociais-democratas -, dispunha apenas, segundo as sondagens, de 17% das intenções de votos. Luís Inácio da Silva, Lula, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), encabeçando uma frente de esquerda, apoiada pelos sindicatos e associações da sociedade civil, contava então com 42% das intenções de voto.

Esta profunda alteração, em poucos meses, da orientação do voto, foi no fundamental desencadeada pelo choque psicológico provocado por uma súbita redução da inflação, através de um plano económico que inclui o lançamento de uma nova moeda, o real. De salientar que a inflação no Brasil chegou a atingir, nos nove meses anteriores ao plano, os valores inimagináveis de 4.700%.

O voto em Henrique Cardoso surge, assim, em grande medida, como o voto contra a inflação.

Lançado em 1 de Julho, este plano económico congelou salários e preços (que previamente tinham subido muito mais que os salários), levando a uma imediata paragem da inflação. Apesar de o poder aquisitivo não ter aumentado, a estabilidade dos preços e a instauração de um salário mínimo nacional gerou um sensível ambiente de segurança.

Face a esta situação, as forças de esquerda brasileira não souberam, ou não puderam, dar resposta convincente e real credibilidade a um projecto que entretanto corresponde sem dúvida aos interesses e anseios de largos sectores da população. Um projecto de reformas sociais, de crescimento económico baseado na ampliação do mercado interno, de reforma agrária e de democratização das instituições de Estado, com base na participação das diferentes componentes da sociedade civil - os sindicatos, o movimento comunitário, as associações populares, as organizações não governamentais (ONG).

As reais perspectivas para o povo brasileiro têm hoje a ver com as medidas económicas e

sociais exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) - um acordo assinado por Cardoso, então ministro da Economia - e que incluem a privatização das empresas e dos serviços públicos, nomeadamente o ensino, a saúde, as minas, energia, portos e telecomunicações,

o desmantelamento dos sistemas de reforma e de previdência, a desindexação de salários e preços, a redução em 43% do orçamento público, a supressão das transferências do orçamento federal para os Estados e municípios, a demissão do Estado em relação aos programas de luta contra a pobreza.

Um quadro em que novas lutas serão previsíveis, tendo em conta a multiplicidade e a relativa força das organizações populares.

Frei Betto, frade dominicano e uma das figuras destacadas da esquerda brasileira e latino-

americana, ao sublinhar os avanços da esquerda apesar de tudo sensíveis nestas eleições, sublinha que "nos últimos cinco anos criou-se uma forma de poder popular. O Brasil é, depois dos Estados Unidos, o país em que há maior número de movimentos populares: movimentos das favelas (bairros de lata), de habitantes, de luta pela terra, pela água, movimentos de mulheres, de negros, das crianças da rua... Há uma Central de movimentos populares, sem dúvida a mais bem organizada do mundo, com 20 milhões de aderentes."

Na perspectiva de novas lutas e acções reivindicativas - num quadro socioeconómico condicionado pelas receitas do FMI - é de assinalar que foi nas grandes cidades que o PT obteve melhores resultados eleitorais. E foi entre os trabalhadores da indústria e dos serviços, e os habitantes das favelas, que Lula obteve as maiores percentagens de votos - cerca de 50%.

Em contrapartida, os melhores resultados de Henrique Cardoso foram alcançados nas regiões mais atrasadas do país - 53% dos votos no Nordeste.



Os dois mundos do Brasil

Trabalho precário

— uma outra face do desemprego

Um inquérito recentemente realizado pelo Instituto Social Europeu (ISE) indica que as políticas implementadas nos países da União Europeia têm conduzido, no fundamental, a um claro aumento do trabalho precário. Uma realidade que na prática agrava o sentido prático dos números do desemprego.

Segundo os autores do inquérito, e partindo de uma percentagem de desemprego da ordem dos 10,8% da população activa da União Europeia, as previsões apontam para uma estabilização com cerca de 19 milhões de desempregados em 1994.

Os números publicados pela Eurostat revelam uma tendência para a baixa desde o mês de Julho, com excepção da Dinamarca e da Holanda. Em Julho, seis países situavam-se abaixo da actual média comunitária de 10,6% (Luxemburgo, Portugal, Alemanha sem a ex-RDA, Grã-Bretanha, Bélgica). A França e a Itália ultrapassam os 11%, enquanto a Espanha regista 22,1% de desempregados.

Na prática, entretanto, esta - relativa - estabilização do desemprego, a níveis aliás muito elevados, passa pela degradação e instabilidade do trabalho. Um processo que se pretende afirmar como "natural" e incontornável, fruto da própria evolução económica, cujo modelo é igualmente apresentado como sem alternativas.

Assim, a baixa regular do desemprego na Grã-Bretanha

(9,2% em Julho de 94, contra 10,5% em Julho de 93), é acompanhada, como afirma o próprio governo britânico, por uma política que aposta no "mais desregulamentado e flexível mercado da Europa" - não há salário mínimo, e as formas de contratação e despedimento estão reduzidas à expressão mais simples - e um grande salto no trabalho a tempo parcial, que actualmente abarca um quarto da população activa.

A mesma tendência se regista em França. Segundo o inquérito do ISE, apesar de uma baixa, nos últimos dois meses, dos números oficiais de quem procura emprego, persiste o desemprego de longa duração, que atinge um terço (1,18 milhões) das pessoas consideradas. Os postos de trabalho entretanto criados são "essencialmente sob a forma de contratos a termo".

Na Alemanha, a relativa estabilização do desemprego é acompanhada por uma tendência a formar menos jovens ou a não lhes garantir trabalho no fim da aprendizagem. Nos Países Baixos os novos postos de trabalho são em geral de carácter precário.

A Espanha continua a deter o recorde do desemprego na Europa. A ligeira baixa registada estes meses tem a ver com a estação turística e não com a criação de postos de trabalho com alguma estabilidade ou continuidade.

Analisando o conjunto destes dados, o Instituto Social Europeu sublinha que, se há alguma recuperação económica - com incidência positiva para o emprego - os esforços dos diversos governos europeus traduzem-se, no fundamental, numa aposta no trabalho precário.

considerado como "esquerdista". Emmanuel Constant diz ainda que o coronel norte-americano Patrick Collins, dos serviços secretos, e Donald Terry, representante da CIA no Haiti, se encontravam no quartel-general do exército haitiano quando do golpe de Estado contra o presidente Aristide.

Desemprego

O grupo financeiro americano Express anunciou "importantes supressões de empregos no decurso dos próximos anos", no quadro de um programa de reestruturação com o objectivo de reduzir os custos.

O comunicado do grupo indica que, no "estado actual das coisas", a reestruturação pode levar à supressão de 6.000 postos de trabalho.

Coreia do Sul

A polícia sul-coreana prendeu dez sindicalistas, na sequência da greve que paralisou, no Verão passado, durante dois meses, o maior estaleiro naval da Coreia do Sul, pertencente ao grupo Hyundai.

Khmeres vermelhos

O chefe "oficial" dos khmeres vermelhos, Khieu Samphan, lançou através da sua rádio um apelo à "liquidação total" dos civis ligados ao Estado cambodjano. Khieu Samphan defendeu a "destruição total do poder do Estado (...) nas aldeias, distritos e províncias" do país, e "em particular o poder de Estado exercido pelos civis".

Khieu Samphan é signatário dos acordos de paz de Paris, de Outubro de 1992. Os khmeres vermelhos, nunca é de mais lembrá-lo, são responsáveis pelo genocídio do povo cambodjano - dois milhões de mortos entre 1975 e 1978.

EUA

O número de americanos que vivem abaixo do nível oficial de pobreza aumentou pela quarta vez consecutiva em 1993, segundo os dados estatísticos recentemente divulgados. Em 1989, 32,4 milhões de americanos - ou seja, 13,1% da população - eram considerados oficialmente como pobres. Em 1993, estes números tinham saltado para 39,3 milhões e 15,1%. As percentagens relativas são de 12,2% para os brancos, 30,6% para os hispânicos e 33,1% para os negros.

Os arquivos da PIDE e a nova provocação contra o PCP

«Avante!» - O suposto desvio para Moscovo de documentos dos arquivos da PIDE aparece como um grande acontecimento na comunicação social e em declarações do Governo, em iniciativas de deputados do PSD, em numerosos depoimentos e artigos. São feitas graves acusações ao PCP. A partir de uma passagem de um livro publicado há tempos nos Estados Unidos por um ex-general expulso há anos do KGB e de declarações recentemente por ele feitas a um jornalista português, citam-se factos, referem-se pessoas. Que resposta dá a essas acusações?

Objectivo e significado da campanha «Arquivos da PIDE»

Se não há qualquer fundamento para esta campanha, o que pode explicar que apareça com tanta força, com tantos depoimentos, com tantas referências e supostos factos concretos?

Por duas razões. Uma porque o PCP é sem contestação possível o grande partido da oposição à direita, porque é o seu principal adversário, porque trava um combate firme e coerente contra o Governo, porque está vivo, activo, ligado aos trabalhadores e a vastíssimos sectores sociais de cujos interesses é afinal o principal defensor e porque, contrariando as proclamações daqueles que anunciaram o «declínio irreversível» do PCP e a próxima «morte» do PCP e do comunismo, o PCP está de pé, vivo, firme, convicto, com activo apoio de massas e com influência e prestígio crescentes na sociedade. O que a direita e todas as forças reacionárias não conseguem com as armas limpas da democracia (nas instituições, no debate

«Temos uma orientação clara e segura e a consciência tranquila»

Entrevista de Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal — Não vou dar resposta a acusações, porque o que está em curso é uma nova e violenta operação provocatória contra o nosso Partido.

Mas as pessoas perguntam se tal ou tal facto invocado é verdadeiro ou falso, se tal ou tal acusação tem fundamento.

Naturalmente responderei de forma a dar esclarecimentos úteis

«Nas declarações de certos senhores o tom é de revanchismo do antigamente. Os que a desencadeiam e conduzem empestam a operação com fortes cheiros a fascismo. E, pelo ponto de partida e certos desenvolvimentos, tem também o reconhecido cheiro da CIA.»

sobre tais questões, mas não entro em discussão com caluniosas declarações e opiniões inspiradas por um vesgo e irresponsável ódio anticomunista, como se de um processo-crime se tratasse.

Outros órgãos de comunicação social têm-te pedido entrevistas sobre a questão?

Não, não pediram. E não é de esperar que aceite entrar em esquemas inseridos nessa campanha.

de ideias e de políticas) procuram alcançar com as armas sujas da provocação.

Outra razão se deve também citar. Esta operação é uma nova expressão de uma outra, que se desenvolveu quando do 20º aniversário da Revolução de Abril. O branqueamento da ditadura fascista e dos fascistas. A condenação do 25 de Abril, a condenação da revolução democrática e daqueles que a realizaram. Por isso, embora à partida a actual operação provocatória se dirija fundamental e explicitamente contra o

PCP, ela aparece também dirigida contra outros democratas e desde já com insinuações e acusações infamantes contra os militares do MFA, contra aqueles que pondo termo à ditadura fascista trouxeram a Portugal a liberdade e a democracia. Nas declarações de certos senhores o tom é de revanchismo do antigamente. Os que a desencadeiam e conduzem empestam a operação com fortes cheiros a fascismo. E, pelo ponto de partida e certos desenvolvimentos, tem também o reconhecido cheiro da CIA.

A PIDE/DGS extinta pela insurreição

Voltemos, porém, aos arquivos da PIDE, matéria central da campanha. Muitas pessoas, sobretudo nas jovens gerações, desconhecem o que se passou no 25 de Abril. E interrogam-se: como foram possíveis desvios dos documentos de que se fala? As autoridades revolucionárias não tomaram o controlo das instalações, armas, documentação e arquivos da PIDE?

O poder instituído a seguir ao derubamento da ditadura em 25 de Abril de 1974, nomeadamente a Junta de Salvação Nacional, deveria tê-lo feito, mas não o fez. Como é sabido, o Presidente da Junta, general Spínola, tentou manter a PIDE/DGS no

exercício das suas funções. Logo no dia 26, informou o país de que «tinha chamado a atenção da DGS» e que a DGS «passará a agir por forma a que não mereça mais quaisquer reparos do povo português». E tentou nomear um novo director-geral. Se, em Abril de 1974, a PIDE/DGS não continuou em funções foi porque, contrariando tais propósitos e indicações, o povo e militares revolucionários cercaram e tomaram de assalto as instalações da PIDE, prenderam os agentes, tomaram conta das armas e dos arquivos.

Quem não compreenda ou queira esquecer que foi uma revolução militar e popular que pôs fim à ditadura e instaurou a democracia, ou não compreende ou falsifica os dados fundamentais desse momento glorioso da história do povo português e de Portugal.

O mesmo se pode dizer da libertação dos presos políticos. Não foram libertados por ordem da Junta, mas porque os

«Se, em Abril de 1974, a PIDE/DGS não continuou em funções foi porque o povo e militares revolucionários cercaram e tomaram de assalto as instalações da PIDE, prenderam os agentes, tomaram conta das armas e dos arquivos.»

antifascistas, o povo e militares por iniciativa própria cercaram as prisões e os libertaram...

Exacto. É outro exemplo que fazemos bem lembrar da liquidação da ditadura e do seu aparelho repressivo pela revolução democrática. Falando ainda da liquidação da PIDE, são também de lembrar acontecimentos conhecidos mas por muitos ignorados ou esquecidos: os Pides entrincheirados respondendo ao cerco dos populares com tiro de que resultaram mortos, quem-mando documentos enquanto tiveram tempo. Depois o assalto às instalações e a sua invasão e ocupação. Era natural e até inevitável num tal processo a busca nos arquivos de esclarecimentos e provas das torturas, dos assassinatos e de outros crimes. É geralmente sabido que se deu nesses dias e mesmo nos tempos seguintes uma verdadeira ocupação e invasão das instalações da PIDE (incluindo os arquivos) por pessoas das mais variadas tendências políticas.

Desvio de documentos

Estás, assim, a admitir que, logo após o 25 de Abril, tenha havido como que um assalto incontrolado aos arquivos da PIDE?

Não só admito. Tenho por certo. E não é uma certeza que seja eu o único a afirmar. Isto é conhecido e afirmado desde essa época por toda a gente concededora da situação. Os arquivos da PIDE eram justamente considerados como elementos de capital importância para o conhecimento do aparelho fascista de perseguição e terror, para conhecer o âmago dos crimes praticados e os seus responsáveis. Era também legítimo querer saber quem eram os informadores e auxiliares que colaboravam com a PIDE. De certeza houve desvio de documentos com os mais variados destinos por muitas iniciativas individuais espontâneas não controladas.

Chegou-te algum às mãos? Fala-se no desaparecimento do teu dossier na PIDE.

Esse dossier não me chegou às mãos. Infelizmente. Gostaria de o conhecer. Tão-pouco, apesar das reclamações e requerimentos durante o processo que me foi movido quando da última prisão, me foram restituídos numerosos documentos, livros e objectos pessoais de que a PIDE se



«Aprenderam-me em Peniche e negaram-se a entregar-me dezenas de cadernos com apontamentos e originais de estudos que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurei-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome.»

apossou. Respondendo à pergunta, que me lembre, chegou-me às mãos um interessante documento enviado não sei por quem: a denúncia à PIDE, por um dirigente local do partido fascista no Luso, das suspeitas relativas a mim e aos camaradas que ali residíamos. Como se vê, o sujeito fazia também investigação para a PIDE. É curioso que a PIDE, certamente para defender o seu bufo, não integrou este documento no processo que seguiu para o Tribunal. Outros documentos me foram enviados na altura, não sei se vieram dos arquivos da PIDE ou da Penitenciária de Lisboa. Por exemplo,

a troca de correspondência entre a PIDE e o director da Cadeia, em torno do regime ilegal de completo isolamento e incomunicabilidade numa cela a que estive submetido durante muitos anos.

Podes referir outros exemplos?

Sim, e também significativos. Quando da minha transferência da Penitenciária de Lisboa para a Cadeia de Peniche aprenderam-me em Peniche e negaram-se a entregar-me dezenas de cadernos com apontamentos e originais

«A liquidação de parte do aparelho repressivo fascista foi realizada não pela Junta, nem pelo Governo Provisório, mas pelo povo e militares da insurreição. Que lhes seja prestada homenagem.»

de estudos que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurei-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome. Alguns desses originais foram publicados depois do 25 de Abril. Outros conservo-os, naturalmente. O valor deste exemplo é mostrar como a liquidação de parte do aparelho repressivo fascista foi realizado não pela Junta, nem pelo Governo Provisório, mas pelo povo e militares da insurreição. Que lhes seja prestada homenagem.

A situação foi porém ulteriormente normalizada. Foi formada a Comissão de Extinção da PIDE. Trabalharam nos arquivos da PIDE militantes do PCP. Há quem os responsabilize pelo desvio de documentos.

Tiveram esse trabalho não apenas comunistas mas pessoas dos mais variados partidos e sectores políticos e militares. Não sei se se poderá alguma vez fazer um balanço dos desvios de documentos com os mais variados destinos, internos e externos.

O Partido e serviços de informação

Não é a primeira campanha de calúnias que se desenvolve contra o PCP. Nem é a primeira vez que se diz que os comunistas estão ao serviço do estrangeiro. Era o que diziam os fascistas antes do 25 de Abril e o que também dizem outros actualmente. Na actual campanha, há porém um elemento novo. A referência directa ao KGB (com o depoimento de um seu antigo dirigente, agora afastado e ligado aos Estados Unidos) e a supostas ligações do PCP a serviços de informação. Já disseste que não responderás directamente a afirmações provocatórias. Mas não queres fazer nenhum comentário sobre esta questão?

Naturalmente que quero. Não é uma questão menor. Pelo contrário.

Relações com serviços de informação é uma questão importante que se coloca a todos os partidos e naturalmente também ao nosso. Em termos de princípios, de orientação e de prática. No PCP essa questão foi e continua a ser inteiramente clara. Pode resumir-se em dois pontos fundamentais. O primeiro: o PCP nunca admitiu quaisquer contactos com serviços de informação, seja de que país forem. O segundo: a ligação, informação ou compromisso com qualquer serviço de informação é incompatível com a qualidade de membro do PCP.

O Partido soube ou desconfiou alguma vez de que um militante estava ligado a um serviço de informação? No caso afirmativo, que atitude tomou?

Com conhecimento comprovado, os casos foram raros. A medida foi a imediata expulsão do Partido. Mesmo em casos de forte e justificada desconfiança a decisão foi a mesma de maneira mais ou menos formal.

É possível dares exemplos concretos?

Esta orientação não é de hoje. Vem de muito longe. Assim, no fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, com a vitória da aliança da URSS-Estados Unidos-Inglaterra-França sobre o fascismo hitleriano, geraram-se ilusões acerca do papel progressista que os Estados Unidos poderiam desde então desempenhar no mundo. Nos próprios Estados Unidos o Secretário-geral do Partido Comunista, Browder, defendeu uma tal orientação e pretendeu impô-la ao partido. No nosso próprio partido, numa reunião do Comité Central em Maio de 1945, um camarada defendeu o browderismo. Tais ilusões abriram condições favoráveis aos serviços de informação dos Estados Unidos (tal como aos da Grã-Bretanha) para procurarem recrutar informadores ou agentes seus entre pessoas de esquerda, nomeadamente em membros do Partido, apesar de o Partido se encontrar na clandestinidade. E conseguiram-nos embora em casos raros. Tenho comigo exemplares do boletim do PCP, «O Militante» publicado clandestinamente. Nos números de Setembro de 1946 e Janeiro de 1947 podem ler-se resoluções do Secretariado do CC decidindo a expulsão de dois membros do Partido que (por pretenderem aliciar outros) se soube terem tomado tais ligações e compromissos.

Os arquivos da PIDE e a nova provocação contra o PCP

Tratava-se nesse caso de serviços de informação de um país imperialista. O que se questiona por razões óbvias é a eventual ligação ou compromisso com serviços de informação da União Soviética e outros países socialistas.

A orientação era a mesma em relação à URSS e outros países socialistas. Antes e depois do 25 de Abril. E continua a ser a mesma. Nós sempre comunicámos a nossa atitude aos partidos comunistas nesses países. Solicitámos mais que uma vez que, estando como estavam no poder, dessem indicações concretas para que os serviços de informações respectivos se abstivessem de procurar informações ou tentar recrutamentos junto de membros do nosso Partido. Naturalmente que o essencial é que um camarada, se detecta junto de si diligências desse tipo, frontalmente as

tempo. Conheço ainda um outro caso semelhante. Mas também conheço um caso em que os serviços de informação conseguiram aliciar um indivíduo que na altura era membro do Partido.

E o que foi feito nesse caso?

Por circunstâncias diversas, fomos levados a concluir que esse membro do Partido estava ligado e com compromissos com serviços de informação soviéticos. Um camarada da direcção procurou-o e exigiu-lhe a restituição do cartão do Partido. Em seguida, esse elemento foi expulso do Partido.

«O PCP nunca admitiu quaisquer contactos com serviços de informação, seja de que país forem. A ligação, informação ou compromisso com qualquer serviço de informação é incompatível com a qualidade de membro do PCP.»

repudie. Mas é bom evitar qualquer contacto, mesmo que ocasional, com pessoas com tais actividades.

Essas diligências deram resultado?

Esses serviços têm uma missão específica que lhes dá uma larga iniciativa e margem de irresponsabilidade. Em certa altura, um camarada nosso tinha encontros normais, dos quais informou o Partido, com a embaixada de um país socialista em Londres. O diplomata com quem tinha esses encontros pediu-lhe uma vez uma informação de carácter muito geral sobre Portugal. O camarada deu-a. Posteriormente, procurando com insistência o nosso camarada, pedia uma outra informação, já com dados que chamaram a atenção, e aproveitou para fazer uma oferta valiosa que pareceu despropositada. À terceira vez já o pedido de informação versava matérias que definiam pela sua natureza os serviços a que pertencia. O camarada recusou e informou o Partido. No primeiro encontro que depois realizámos ao mais alto nível com o partido desse país, a questão foi colocada e solicitado que, uma vez que o partido estava no poder, fossem dadas indicações para que esse elemento cessasse imediatamente de importunar o nosso camarada. Nesse caso, isso foi de facto, feito num curto espaço de

«Temos uma orientação clara e segura e a consciência tranquila»

Entrevista de Álvaro Cunhal

numa terceira, um adido de imprensa cujo comportamento precipitado e grotesco era só por si um cartão de identidade. Não sei se os outros partidos têm a mesma atitude e a mesma cautela.

princípios e esta conduta, ou seja, o nosso patriotismo.

Sairão desautorizados

Apesar das considerações que fazes, e de outras que o Partido venha a fazer, não achas que esta campanha afecta o prestígio e a influência do PCP?

Para muitos milhares de portugueses que têm como única informação a

Patriotismo e internacionalismo

O PCP sempre se afirmou simultaneamente patriótico e internacionalista. Com esta nova campanha, volta a surgir uma interrogação: o inter-

O que dizes é exacto e esse perigo existiria se não houvesse uma orientação muito clara e firme. Se alguns desses elementos representam oficialmente em Portugal, nas relações com o Governo, os referidos serviços e são geralmente conhecidos, outros ocultam as suas funções. Aparecem como secretários ou adidos militares, culturais ou comerciais. O disfarce não consegue entretanto evitar que muitos acabem por ser conhecidos pelo que são.

Depois do 25 de Abril, o Partido estabeleceu relações com numerosas embaixadas. Dezenas. A da URSS e as de outros países socialistas, mas também as da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Suíça, de países africanos, americanos e asiáticos. Convidam para recepções. Houve sempre e continua a haver encontros de dirigentes do Partido com embaixadores. A Secção Internacional do nosso Partido tem contactos mais ou menos regulares com as missões diplomáticas. A nossa orientação é porém rigorosa e cumprida.

Isso não evita que essas pessoas com funções especiais procurem também tocar gente do Partido.

Naturalmente que procuram. Conhecemos muitas tentativas desse tipo. Pela iniciativa de contactos em recepções. Por convites para uma conversa ou refeição. Pela pretensão de estabelecer contactos pessoais sob os mais variados pretextos. Tem havido casos, aliás geralmente conhecidos, de alguns serem muito atrevidos e operativos, como uma jovem atraente de uma certa embaixada, um oficial muito condecorado e sociável de outra embaixada, e

«Nós somos comunistas portugueses, ou, talvez melhor, portugueses comunistas. A razão de ser do nosso Partido, a nossa luta fundamental é a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo português, de Portugal. Antes e depois do 25 de Abril.»

nacionalismo acautela em todas as circunstâncias os interesses nacionais? Ou seja, o internacionalismo não contrariará o patriotismo?

Não, não há contradição. Nós somos comunistas portugueses, ou, talvez melhor, portugueses comunistas. A razão de ser do nosso Partido, a nossa luta fundamental é a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo português, de Portugal. Antes e depois do 25 de Abril. Nenhum outro partido, ao longo da sua actividade através dos anos, pode apresentar um tão coerente balanço das suas posições, do seu programa, das suas propostas, da sua luta concreta e constante em defesa dos interesses nacionais, da soberania e independência nacionais. O internacionalismo, a solidariedade para com os trabalhadores, os povos, os comunistas e outras forças progressistas que nos outros países defendem também os interesses dos seus povos e da sua pátria, de nenhuma forma contrariam estes

televisão, a rádio e os jornais, a campanha, pelo menos no imediato, levantar interrogações e dúvidas. A operação provocatória é, porém, tão grosseira, tão sórdida nos seus termos e tão clara nos objectivos que, se prosseguir, acabará por desautorizar os seus promotores e agentes e queimar-se a si própria. Não nos deixaremos afastar das nossas actividades. Empenhamos e empenharemos as nossas energias no cumprimento das grandes tarefas actuais. O PCP, que não tem a receber lições de ninguém na luta pela liberdade e a democracia, também não tem lições a receber de ninguém na luta em defesa dos interesses da soberania e independência nacionais.

É muito provável que as explicações que acabas de dar não impeçam que a campanha continue. Para concluir, queres adiantar mais alguma ideia?

Só uma: o PCP tem uma orientação clara e segura e a consciência tranquila.

Relações com embaixadas

Essa questão levanta uma outra. O PCP tem relações com missões diplomáticas em Lisboa. Ora estas, pelo menos os grandes países, têm, entre o seu pessoal diplomático, representantes dos serviços de informação cuja missão é obter informações e recrutar informadores e agentes. Tendo o PCP relações com tantas missões diplomáticas em Lisboa, não oferecem tais relações o perigo de serem estabelecidos contactos, mesmo involuntários, com esses serviços de informação?

«Solicitámos mais que uma vez que partidos comunistas no poder dessem indicações concretas para que os serviços de informações respectivos se abstivessem de procurar informações ou tentar recrutamentos junto de membros do nosso Partido.»

Os arquivos da PIDE e a nova provocação contra o PCP

Pouco mais de uma página de um livro agora traduzido e publicado nos Estados Unidos, escrito por um ex-espião do KGB, serviu de pretexto para a montagem daquilo que já publicamente o PCP denunciou como sendo uma «violenta operação provocatória» contra si e que Álvaro Cunhal, na entrevista que hoje publicamos nesta edição do «Avante!», define por «campanha arquivos da PIDE». Um alegado roubo e transferência para Moscovo de arquivos da ex-PIDE/DGS serve de pano de fundo para a elaboração de graves acusações ao Partido. Uma entrevista transmitida na RTP no passado dia 27 a Oleg Kalugin - assim se chama o, segundo «O Semanário», agora representante de uma multinacional norte-americana em Moscovo - serviu de pretexto ao PSD para, no dia em que a Assembleia da República tinha agendada uma discussão sobre o caso da Ponte 25 de Abril, lançar com aparato o espectro da «traição ao país» e anunciar a futura constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Grotesco, sabendo-se que o ponto de partida para tudo isto é uma frase inscrita no livro de Kalugin (cuja publicação é semelhante a dezenas de outras surgidas nos últimos anos no mercado norte-americano) quando descreve a pretensa documentação roubada: «Mas o material realmente importante era a lista de milhares de agentes e informadores que tinham trabalhado para a ditadura de Salazar». É que a lista de agentes da PIDE é pública em Portugal já desde antes do 25 de Abril, enquanto a dos infor-

madores é sabido que terá sido queimada pelos próprios pides, que na Rua António Maria Cardoso resistiram à Revolução dos Cravos.

De facto, a burocracia do Estado Novo ocupava-se da divulgação dos nomes dos membros da PIDE/DGS, publicando no Diário do Governo, tal como o fez para toda a Função Pública, todos os ingressos, exonerações, promoções, postos e transferências dos quadros da polícia política, fossem agentes, inspectores ou simples secretárias administrativas.

Ensaio para uma campanha

Um dos aspectos sublinhados pelas declarações de Álvaro Cunhal hoje publicadas no «Avante!» é a de esta operação montada em torno do alegado desaparecimento de arquivos da PIDE ser expressão de uma outra operação: «o branqueamento da ditadura fascista e dos fascistas» tendo como alvo não só o PCP mas também «outros democratas e desde já com insinuações e acusações infamantes contra os militares do MFA».

Uma espécie de «ensaio geral» desta operação foi gizada no próprio dia 25 de Abril passado, no que devia ter sido o ponto alto das comemorações do 20º aniversário da Revolução dos Cravos. Uma peça, incluída no TV2 Jornal na emissão desse dia, transmitiu uma crónica do correspondente da RTP em Moscovo que incluía declarações de um dirigente da ex-URSS a dizer que pretensos «militares portugueses» lhe teriam formulado um hipotético pedido de envio de uma esquadra soviética para as costas portuguesas.

A peça foi antecedida pela leitura de um texto introdutório no qual a apresentadora, Márcia Rodrigues, afirmou: «o PCP chegou mesmo a pedir a Moscovo que enviasse uma esquadra para as águas portuguesas e a União Soviética respondeu através de um homem que o Carlos Fino hoje entrevistou».

De tão ridículas, as acusações e insinuações de então não tiveram qualquer tipo de desenvolvimento posterior, excepto na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) que deu razão ao PCP numa queixa apresentada pelo Partido contra a RTP, em deliberação aprovada por unanimidade pelos membros daquele organismo.

Nas conclusões da sua deliberação de então, a AACS considerou que ao transmitir tal peça, a RTP não respeitou «elementos essenciais do acto de informar, nomeadamente por substituir informação por opinião, por não ter assegurado a audição do partido por ela visado e por produzir afirmações que não estão alicerçadas nos factos que lhe servem de suporte, uma vez que o PCP não foi citado pelas fontes referidas na notícia».

A AACS disse que os depoimentos inseridos «não fazem qualquer referência específica» ao PCP, «uma vez que num caso se alude a contactos com militares e, noutro, às dificuldades de acesso aos arquivos históricos da ex-União Soviética».

Mas a Alta Autoridade vai mais longe: «mesmo que essa referência tivesse sido feita, tal facto não autorizava o tratamento jornalístico dado aos dois depoimentos, quer pelo correspondente da RTP em Moscovo, quer pelos serviços informativos da redacção do telejornal, uma vez que se limitariam a constituir tomadas de posição circunscritas e parcelares sobre uma realidade complexa cujo conhecimento aprofundado exigiria um esforço de investigação jornalística que, manifestamente, não foi feito».

Vejam-se as diferenças e semelhanças com o que agora se passa...

O segredo de polichinelo

■ Pedro Tadeu

Por outro lado, em 1975, o então Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos (STAPE) mandou a Imprensa Nacional-Casa da Moeda imprimir e distribuir 175 páginas com os nomes de todos os membros da PIDE/DGS, entregues a cada uma das comissões recenseadoras (cerca de quatro mil) para estas terem conhecimento dos cidadãos que, por força do Decreto-lei 621-B/74, não possuíam direitos eleitorais.

É assim que podemos saber, tal como qualquer outro português, o nome completo, naturalidade, data de nascimento, filiação, estado civil e cargo na polícia do fascismo de personagens tão sinistras como o subdirector-geral da PIDE/DGS, Barbieri Cardoso, ou de outras mais anónimas, como os motoristas da instituição.

Não será preciso ter a «qualidade» de espião russo para possuir tão «valiosa» informação.

Alegadamente, tais informações serviram ao KGB para exercer chantagem sobre personalidades no nosso país. Como será possível que, 20 anos passados, nenhum dos «abordados» (centenas, segundo alguma imprensa) tenha denunciado o caso?

Kalugin fala também em hipotéticos «segredos da NATO» que assim se teriam dado ao Tratado de Varsó-

via. Algo que cai pela base, pois é também sabido que a PIDE, pura e simplesmente, não tinha acesso a esse tipo de informação.

É igualmente do domínio público, há 20 anos, a realidade do desaparecimento de documentos da polícia política. Álvaro Cunhal refere, por exemplo, o que se passou nos dias seguintes ao 25 de Abril, em que se deu «uma verdadeira ocupação e invasão das instalações da PIDE (incluindo os Arquivos) por pessoas das mais variadas tendências políticas».

Velhas acusações

Importa, no entanto, distinguir essa realidade da tentativa de responsabilização do PCP. Uma tentativa que amiudadas vezes se repete, como aconteceu logo a seguir ao 25 de Novembro, quando foi aberto um processo judicial contra alguns dos membros da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, entre os quais estava o nosso camarada Rogério de Carvalho, que responderam à acusação de desvio de documentos. Um processo que a Polícia Judiciária, depois das indagações, acabou por arquivar.

Quem receia o quê?

Desta vez a campanha atinge proporções inéditas, passando por cima de contradições evidentes (vejam-se, nesta página, algumas das informações que retirámos da imprensa escrita que abordou o assunto e que, por si só, desmentem quase tudo o que tem saído em títulos e destaques nesses mesmo órgãos de informação), dando voz a ex-pides e outras figuras sinistras do fascismo, caluniando, não só o PCP mas também outros democratas e dirigindo o foco para militares de Abril. Ainda por cima, parece querer legitimar-se e justificar-se a necessidade das recentes actuações ilegais do SIS, com um hipotético perigo de existirem no nosso país portugueses a soldo de estrangeiros...

Os exemplos dados na entrevista de Álvaro Cunhal sobre o comportamento e a posição do Partido em relação aos serviços secretos serão a melhor resposta perante as acusações sem sentido, patetas, que por aí se vão fazendo.

Alguns desses «acusadores» são responsáveis pelo não cumprimento da lei que em teoria permite, desde o dia 25 de Abril passado, a consulta das centenas de metros de arquivos da PIDE, verdadeiros, palpáveis, que, serenamente, aguardam na Torre do Tombo o trabalho dos historiadores. Afinal, quem receia o quê?

Frases da farsa

Kalugin tem dado conferências, quer em Nova Iorque quer em Washington, como a que proferiu no Human Motricity Center. Possui amigos em vários gabinetes do Departamento de Estado e cultivou as suas velhas ligações ao departamento de espionagem exterior da CIA, o que levou o SKK do senhor Stepashin (sucessor do KGB) a sugerir que o «homem» não só não é muito credível como pode ter sido sempre agente duplo.

«O Diabo», 11 de Outubro

Que tipo de documentos recebeu o KGB?

Todos os documentos que a PIDE tinha no seu arquivo. Foram dúzias e dúzias de caixotes (...)

Mas que tipo de documentos?

A lista dos agentes portugueses da PIDE e os seus informadores, por um lado.

Recebemos também documentos relacionados com questões de segurança e informações.

Que questões?

Documentos de agentes, estratégia e operações de informações da NATO, nomeadamente da CIA, do MI 6 e dos serviços secretos franceses.

«Semanário», 8 de Outubro, entrevista a Oleg Kalugin

«A lista dos elementos da PIDE jamais (beneficiou) de sigilo, acontecendo até que saiu publicada em livro. E quanto a informadores, ainda há pouco tempo reinava a convicção de que as fichas que permitiram identificá-los foram destruídas no interior da sede da PIDE no próprio dia 25 de Abril.

«Tal & Qual», 7 de Outubro

Em entrevista ao «Tal & Qual» em 23 de Abril de 1986, Pereira de Carvalho — n.º 3 da PIDE e responsável pelo Dept. de Informações — garantia que as listas de informadores tinham sido destruídas nos três dias

posteriores ao 25 de Abril, ainda na sede da PIDE.

«Semanário», 8 de Outubro

Segundo um oficial superior do Exército, envolvido em assuntos de informações e segurança ao mais alto nível, antes e depois do 25 de Abril, «a PIDE não tinha, porque não tinha que ter, documentos da NATO

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS

RELAÇÃO DOS AGENTES, PESSOAL ADMINISTRATIVO E AUXILIAR DA EX-PIDE/DGS

CAPINHA, Adriano Brito Agente de 2.ª Filho de Manuel Capinha e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 2-8-1925. Casado com Ana da Conceição Ribeiro C. Branco.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CAPINHA, José Maria Francisco Agente de 2.ª — Angola. Filho de Aires Francisco Capinha e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.
CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. Nasceu em 11-12-1943.	CARDOSO, Agente de 1.ª Filia de Tiago Augusto de Figueiredo Baptista Cardoso e de Maria Leonor Bida Brito. Natural da freg. de Lavaredo, conc. de Idanha-a-Nova. N		

O oásis da retoma ou a retoma do oásis

Há pouco mais de um ano atrás, não havia discurso do Primeiro-Ministro ou de qualquer Ministro, com especial incidência no então Ministro das Finanças, Braga de Macedo, em que não se falasse do "oásis" português em contraste com a crise económica que atingia todas as economias da comunidade europeia.

Hoje, onde quer que Cavaco Silva se pronuncie em público lá vem o chavão da "retoma" económica a que se estaria a assistir no nosso país. O actual Ministro das Finanças Eduardo Catroga, não perde uma oportunidade de fala pública para enfatizar a omnipresença da "retoma", que o cabo das tormentas (a crise, antes "oásis") está definitivamente ultrapassado e que para a economia portuguesa se oferece agora um mar de rosas. Até o Ministro da Defesa, na reunião do forte Catalazete - que juntou todos os membros do Governo para discutir não a situação económica e social do País e as formas de dar solução aos muitos problemas existentes, mas para delinear as estratégias e táticas partidárias do Governo com vista às eleições legislativas do próximo ano - não se esqueceu de falar no aproveitamento (eleitoral) da "sorte da retoma".

O refrão da cassete governamental mudou: o "oásis" foi substituído pela "retoma". Mas a música é a mesma, com os solistas e coro governamentais a matraquearem a tecla da "gestão das expectativas", tentando assim, pela repetição e pela guerrilha psicológica, convencem os cidadãos que a realidade económica e social que sentem e sofrem no dia-a-dia é uma mera aparência, um sonho mau.

Mas a mentira de ontem era o "oásis" e não a crise, tal como a aparência de hoje é a "retoma" e não a realidade vivida pelos portugueses.

Os dados estatísticos oficiais não deixam margem para dúvidas: durante 1993 (o ano do "oásis"), a produção nacional diminuiu em 1,2%, o pior resultado dos últimos dez anos; a queda da produção atingiu praticamente todos os sectores, atingindo 4% na agricultura, 3% na indústria, quase 1% na construção, 0,3% nos serviços; o investimento produtivo e as exportações reduziram-se em 5%, o consumo privado estagnou; o emprego total caiu 2%, o emprego por conta de outrem diminuiu 3%, e o emprego de contratados a prazo diminuiu 13%; a taxa oficial de desemprego aumentou de 4,1 para 5,5% (o que significa que o número de desempregados aumentou cerca de 33%); os salários reais tiveram evolução negativa, e a participação da massa salarial na distribuição do rendimento nacional voltou a baixar. Mas, anote-se bem, os salários reais caíram 0,5% (segundo o Banco de Portugal), apesar de a produtividade do trabalho ter aumentado 1%, o que significa que muitas empresas aumentaram os seus lucros nominais e reais! Mesmo em período de profunda crise há os muitos que perdem e os poucos que lucram. Mais uma vez se comprova que os períodos de crise servem, também, para aumentar a taxa de exploração do trabalho.

Estes são os resultados do propagandeado "oásis". Porque oficiais, o Governo não consegue desmenti-los. Mas tenta minimizá-los, designadamente afirmando que os resultados de uma política não se podem avaliar por um ano, mas sim ao longo de um conjunto de anos. Além de que em 1993, diz ainda o Governo, a economia portuguesa se aguentou melhor que as da generalidade dos países comunitários, que continuou a convergência económica.

Azar do Governo! É que as estatísticas oficiais, quer as nacionais

quer as da CEE, mais uma vez fazem desmoronar as suas teses e desmentem os seus argumentos. Melhor, não são as estatísticas, é a realidade que desmente a propaganda de Cavaco Silva e do seu Governo.

Senão vejamos a evolução de algumas grandezas significativas para os últimos 4 anos. A produção agrícola portuguesa diminuiu há já quatro anos consecutivos, com uma quebra acumulada de mais de 20%. Mais: a produção agrícola portuguesa é hoje inferior à de 1985, demonstrativo da política de desertificação agrícola que desde então vem sendo prosseguida pelos governos de Cavaco Silva e do PSD. Igualmente a produção industrial diminuiu, nos últimos 4 anos, à taxa média anual de -1,2%. Mas, nesse mesmo período, a produção industrial da CEE caiu "apenas" à taxa média anual de 0,4%, e a da Irlanda (a economia mais próxima da nossa na comunidade europeia) registou um crescimento médio de 6,1% ao ano. Isto é, não só a desindustrialização da economia portuguesa tem sido mais acelerada que a da média comunitária, como o exemplo da Irlanda mostra que é possível a um país fracamente industrializado contrariar a tendência da desindustrialização e industrializar-se a taxas muito elevadas. Identicamente no último quadriénio o crescimento médio do PIB em Portugal é de 0,8%, apesar das muitas centenas de milhões de contos dos fundos estruturais, enquanto o da média comunitária é ligeiramente superior (0,9%) e o da Irlanda atinge os 3,5%. Também nesse período o emprego tem diminuído em Portugal à taxa média anual de 1%, enquanto na CEE a diminuição foi de 0,7% e na Irlanda se verificou um aumento médio de 0,7%.



Ou seja, contrariamente ao propagandeado pelo Governo, nos últimos quatro anos a economia (real) portuguesa não se tem aproximado da média comunitária, antes se tem afastado. Não há convergência real, há divergência!

Pois sim, dirá o Governo (diz, em sede da concertação social) se muito apertado com a realidade das estatísticas comunitárias, mas a responsabilidade não é das políticas de Cavaco Silva e do PSD, mas sim da "inflexibilidade" laboral doméstica, dos elevados custos unitários do trabalho em Portugal, do excessivo peso dos salários no rendimento nacional herdado dos anos imediatamente posteriores à revolução de Abril, e de muitas outras "culpas" dos trabalhadores.

Esqueçamos, por hoje, a desmontagem teórica e ideológica desta costumeira vulgata argumentativa do Governo laranja (e não só). Hoje falemos apenas com as estatísticas... oficiais. Em 1993, ano da maior



■ OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão
Política

Mas a mentira de ontem era o "oásis" e não a crise, tal como a aparência de hoje é a "retoma" e não a realidade vivida pelos portugueses.

incidência da crise, já vimos que em Portugal os salários por emprego diminuíram 0,5%. No conjunto dos países comunitários esses salários reais aumentaram 0,6%. E na Irlanda aumentaram 2,5%! Nos últimos 4 anos, a participação dos salários no rendimento nacional baixou 2,3 pontos percentuais, na média comunitária baixou 1 pp e na Irlanda aumentou 0,1. E essa participação salarial continua a ser mais baixa em Portugal que na média comunitária. Isto é, acentua-se a descoesão social em relação à média comunitária, e não a coesão.

Mas os custos unitários do trabalho reais, tendo em vista a "necessidade absoluta" de melhorar a "competitividade" da economia portuguesa? Tomando por base o ano de 1985, e ainda de acordo com as estatísticas da CEE, até hoje os CUT reais reduziram-se 18,7% em Portugal e 11,9% na média comunitária (13,2% na Irlanda). Até quando, e até quanto, gostariam Cavaco Silva e o PSD de reduzir os "custos" do trabalho?

Ah, quanto à "inflexibilidade" laboral respiguem-se, apenas, duas afirmações contidas no relatório anual de 1993 do Banco de Portugal: "o mercado de trabalho em Portugal denota, em certos aspectos, uma flexibilidade que contrasta com a rigidez verificada na maioria dos restantes países da União Europeia, o que contribui para que a taxa de desemprego seja mais baixa entre nós", e "de entre os elementos de flexibilidade que caracterizam o mercado de trabalho português deve sublinhar-se, pela sua importância, a flexibilidade salarial". Mas Cavaco Silva e o PSD querem, ainda, mais e mais "flexibilidade", insaciáveis que são na sua luta contra os trabalhadores, as suas condições de vida e os seus direitos.

Tal como desmentiu de forma categórica a teoria do oásis, também agora a realidade (a vivida e a estatística) não sustenta o optimismo governamental da retoma económica sustentada.

É verdade que as exportações estão a evoluir de forma positiva. Mas é evidente que a desvalorização do escudo a que o Governo foi obrigado no ano passado (e contra toda a orientação da sua política cambial desde 1990), aliada a alguma recuperação económica na generalidade dos nossos parceiros comerciais, teria necessariamente de se reflectir num aumento das exportações. E este andamento das exportações é o único elemento que o Governo apresenta para afirmar a "retoma" económica. É pouco, muito pouco, para sustentar com seriedade essa afirmação.

Porque a procura interna e a produção para o mercado doméstico continuam em crise. O consumo privado continua estagnado em termos reais, e mesmo essa prática estagnação só é sustentada com a diminuição da poupança, já que o emprego não aumenta, o desemprego não diminui (taxa oficial de 6,7% no 2º trimestre) e os salários reais estão a diminuir mais que no ano anterior. A produção industrial continua a cair em termos reais, e essa redução foi mais acentuada no 2º trimestre (-5,2%) que no primeiro (-3,5%), o que aponta para uma acentuação da crise na indústria e não para uma retoma. O mesmo se passa com o investimento produtivo, que continuou a apresentar no primeiro semestre uma evolução negativa superior a 4%, maior ainda que a registada em igual período de 1993. E também não consta que a produção agrícola esteja a melhorar, designadamente na produção de frutas e de vinho. Na própria actividade de construção civil permanecem as dificuldades, já que o investimento público, vital para este sector, está muito abaixo da promessa do crescimento de 15% contida no Orçamento de Estado para 1994.

Onde está, afinal, a governamentalmente propagandeada "retoma"? As estatísticas do INE não a enxergam. E os trabalhadores que continuam a perder o posto de trabalho ou que continuam a não encontrar emprego, tal como os que não conseguem aumentos salariais que, sequer, acompanhem a inflação, também não conseguem vislumbrar qualquer "retoma".

Não é possível ver aquilo que não existe. Porque a teoria da "retoma", em Portugal e neste momento, é apenas uma roupagem nova da teoria do "oásis". Tão desmascarada esta, como desautorizada aquela.

Para que a retoma económica se instale no nosso país não chegam a "gestão de expectativas" nem a propaganda. É necessário trabalhar para que ela seja possível e se concretize. Com um novo Governo. Sem Cavaco Silva e sem o PSD. Mas também com novas e diferentes políticas económicas e sociais, verdadeiramente alternativas às actuais. E esse o trabalho, a batalha determinante para o futuro próximo.

Dar voz às outras vozes do planeta

Divulgar - e dar voz - às "outras vozes do planeta", foi uma preocupação que mobilizou múltiplos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONG), quando da recente realização em Madrid - entre 4 e 6 de Outubro - da cimeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, 50 anos após a sua fundação com os acordos de Bretton Woods.

Ao longo deste ano foram sendo desenvolvidas diversas campanhas internacionais contra o FMI. Campanhas que incidiram particularmente na denúncia das consequências económicas, sociais, e ambientais, sobre as populações e territórios - tanto da periferia como do centro (na lógica das instituições em causa) - das políticas implementadas - e impostas - pelo FMI.

Entre 26 de Setembro e 1 de Outubro, decorreu em Madrid um Forum alternativo, em que foram debatidos temas tão actuais como: os efeitos sociais e ambientais da actividade do Banco Mundial; a dívida externa e os planos de ajustamento estrutural do FMI; as consequências do livre comércio mundial; a reestruturação financeira e ao nível da produção da economia global; mulheres, a metade esquecida da humanidade e ainda a necessidade de estabelecer perspectivas alternativas.

Ainda no quadro do Forum, organizou-se uma "sessão do Tribunal permanente dos povos sobre o FMI e o Banco Mundial" e um debate público.

Das raras "outras vozes do planeta" que chegaram até nós, registam-se afirmações e dados dispersos, como a denúncia da Oxfam, organização humanitária britânica, que sublinha o salto do número de pobres a nível mundial, nomeadamente na América Latina, onde entre 1983 e 1990, a pobreza sofreu um acréscimo de 31 milhões de pessoas (passou de 62 milhões para 93 milhões).

Ou ainda a afirmação de um militante da organização ecologista Greenpeace que considerou que "esperar que o Banco Mundial proteja o ambiente, equivaleria a pedir à Mafia para parar a criminalidade".

As grandes linhas deste conjunto de iniciativas - em termos de denúncia e da urgência de abrir caminhos alternativos - surgiram, já no início de 1994, num Manifesto intitulado "50 anos bastam", subscrito por inúmeras ONG e movimentos sociais de Espanha e de muitos outros países, e de que nesta página reproduzimos alguns extractos.

50 anos já chegam

FMI, Banco Mundial e GATT: a trindade laica do capitalismo

Esta é uma trindade laica, que "não precisa de sacerdotes, mas de políticos e economistas que justifiquem a sua submissão ao grande capital financeiro internacional, às multinacionais, às classes dominantes dos países do "Centro" (24 países que controlam 75% da riqueza e comércio mundial) associadas às oligarquias dos países da "Periferia" para cujo desenvolvimento dizem contribuir".

Uma definição que surge no Manifesto de ONG e movimentos sociais - "50 anos já chegam" -, de denúncia das consequências das políticas implementadas pelo FMI, o Banco Mundial e o GATT.

Uma denúncia que começa pela desigualdade profunda que caracteriza a distribuição de rendimentos.

"Esta trindade exige sacrifícios. O sacrifício de 1.200 milhões de pessoas que vivem na miséria absoluta e de outros 2.000 milhões no limiar da pobreza. Exige, também, o sacrifício dos desempregados, dos trabalhadores, dos pequenos agricultores e comerciantes dos países do Centro".

Um sacrifício que passa por uma "receita" comum ao Centro e à Periferia.

"Face à crise económica que estas instituições ajudaram a provocar, já não se contentam em impor os seus planos estruturais aos países da Periferia que precisam de recorrer aos seus empréstimos, mas "recomendam" a mesma política também para os países do Centro".

A receita é linear, e no fundamental sempre a mesma: "desvalorização da moeda, cortes nas despesas com os serviços públicos, congelamento dos salários e abolição do controlo de preços, abertura aos capitais estrangeiros, restrições ao crédito interno para as pequenas e médias empresas, privatização das empresas públicas".

O que esta trindade nunca pede - sublinha o Manifesto - "é o controlo dos lucros do capital financeiro - parasitas por excelência deste sistema -, e em contrapartida exige a abertura das fronteiras aos produtos das empresas multinacionais, ainda que isto signifique a ruína dos pequenos produtores a nível local".

O documento das ONG denuncia também os efeitos desta política a nível do

ambiente e refere alguns efeitos devastadores de grandes obras de infra-estruturas - "por acaso construídas por grandes empresas multinacionais".

Concretamente, calcula-se que "as obras financiadas pelo Banco Mundial provocaram o

desalojamento de mais de 20 milhões de pessoas - a que os projectos em curso irão acrescentar mais 4 milhões - sem que lhes tenham sido facultados os meios mínimos de subsistência".

Uma realidade a que há que juntar outras - como a prática de "monocultura desatinada a exportação - nas mãos dos grandes detentores de terras", e que significa,

"para além da ruína dos pequenos agricultores, a perda de terras férteis por esgotamento e erosão".

"Em nome da "internacionalização da economia" - sublinha o Manifesto - esta trindade, não só provoca a perda de conquistas sociais dos trabalhadores e o aumento do desemprego, como estimula o crescimento incontroado dos transportes ligado à globalização dos mercados, com as crescentes emissões de CO₂, que provocam o efeito de estufa e as chuvas ácidas".

O documento "50 anos já chegam" refere ainda, de par de múltiplas outras questões, nomeadamente a forma como

as mulheres têm vindo a ser particularmente atingidas por estas políticas, que há quem fique de fora das medidas de reduções de gastos e de austeridade.

"Embora a redução dos gastos públicos seja a base dos planos de reestruturação, esta redução não afecta as Forças Armadas e outros aparelhos repressivos (os interesses dos monopólios armamentistas também são representados por estas instituições)".



O Fundo Monetário Internacional foi criado com o Acordo de Bretton Woods (Washington, 1944) como uma Agência especial das Nações Unidas.

Fundo Monetário Internacional

Funciona desde a sua criação como centro institucionalizado do Sistema monetário internacional (SMI) do mundo capitalista e as suas funções são: estabelecer as normas de funcionamento do SMI, prestar assistência financeira aos países membros e funcionar como órgão consultivo dos governos.

Assim, cabe-lhe tomar conhecimento dos movimentos das moedas dos diferentes países e estabelecer as condições de convertibilidade das moedas periféricas em moedas fortes, proporcionando simultaneamente fundos a curto prazo para apoio das balanças de pagamentos, em troca de "políticas de reestruturação" que condicionam na prática as opções dos governos no domínio das políticas económicas e sociais.

A história desta instituição é também a história dos mecanismos monetários que têm vindo a garantir a hegemonia do dólar face às outras moedas, reforçando assim o poder dos Estados Unidos no plano internacional.

■ Henrique Custódio

"Encontro Autarquias e Juventude", Évora, próximo

O futuro é hoje, o futuro é jovem

No próximo sábado, no Palácio D. Manuel, em Évora, realiza-se o "Encontro Autarquias e Juventude", promovido pelo PCP, onde se procurará a análise das experiências do trabalho com e junto da juventude por parte dos eleitos da CDU. É sabido que os comunistas e os eleitos da CDU foram pioneiros nesta acção autárquica virada para a juventude, pelo que este Encontro se constitui como um caminho para a avaliação, o aprofundamento e a reorientação do trabalho do Partido e da JCP neste domínio.

Para sabermos pormenores deste Encontro, entrevistámos quatro pessoas bem colocadas para o esclarecimento dos leitores: **António Abreu**, vereador comunista na Câmara Municipal de Lisboa responsável pelo Pelouro da Juventude, **Carlos Humberto**, membro da Comissão Nacional da Juventude do PCP, **José Morais**, membro da direcção da JCP, e **Diogo Duarte**, um jovem de 19 anos, vogal da Junta de Freguesia de Algés, eleito pelo PCP.

"Avante!": - Como surge a ideia deste "Encontro Autarquias e Juventude"?

António Abreu: - Este Encontro surge após vários anos de experiência de trabalho nas autarquias, numa área em que fomos pioneiros: o trabalho com a juventude. Com ele, apontamos, simultaneamente, para três objectivos: primeiro, reflectir sobre as experiências de trabalho; segundo, aprofundar as experiências do Partido e da JCP nesta área; terceiro, contribuir para a dinamização da actividade das autarquias com e entre a juventude. Para isso, a Comissão Organizadora deste Encontro seleccionou um conjunto de temas que foram enunciados, e cujos debates estão a ser feitos.

Av: - Feitos onde?

Carlos Humberto: - Em reuniões nalgumas Organizações Regionais e numa ou outra Freguesia, com técnicos e eleitos, nomeadamente jovens. Na preparação deste Encontro, elaborámos um documento com tópicos. É, fundamentalmente, um documento interrogativo, para balanço, avaliação e reajustamento do trabalho. Pretende-se um debate aberto onde se troquem e avaliem experiências e donde se parta para novas formas de intervenção. Isto quer dizer que se vai fazer uma avaliação positiva do trabalho realizado, mas com sentido crítico.

Av: - Mas por quê o Encontro nesta altura?

C. H.: - Estamos no primeiro ano do mandato e achámos o momento oportuno para esta avaliação, sobretudo quando agora temos um número de jovens eleitos ainda mais significativo.

Pesos relativos

José Morais: - Também pretendemos neste Encontro analisar a forma como trabalhamos, avaliamos e acompanhamos os jovens eleitos, com a razão suplementar de ter havido o tal aumento significativo do seu número, neste mandato. Há que potenciar a intervenção que temos com estes elementos, que aproveitar melhor o papel dos jovens eleitos. Há anos que não fazíamos um Encontro deste género. Entretanto, surgiram novos problemas, a par de questões que foram ultrapassadas, pelo que temos consciência tanto do bom trabalho realizado como das insuficiências.

Av: - Diogo: um jovem eleito de 19 anos é obra! Como vê este Encontro?

Diogo Duarte: - No seguimento do que já disseram, parece-me que o objectivo deste Encontro é criar novos espaços de debate, onde eleitos jovens e menos jovens possam complementar e definir novo trabalho neste sector. O documento preparatório levanta diversas questões a que se está, neste momento, a procurar

dar resposta, esperando-se que sejam debatidas de uma forma mais ampla no próprio Encontro.

Av: - Vão também discutir o tipo de actividade que as autarquias têm com a juventude?

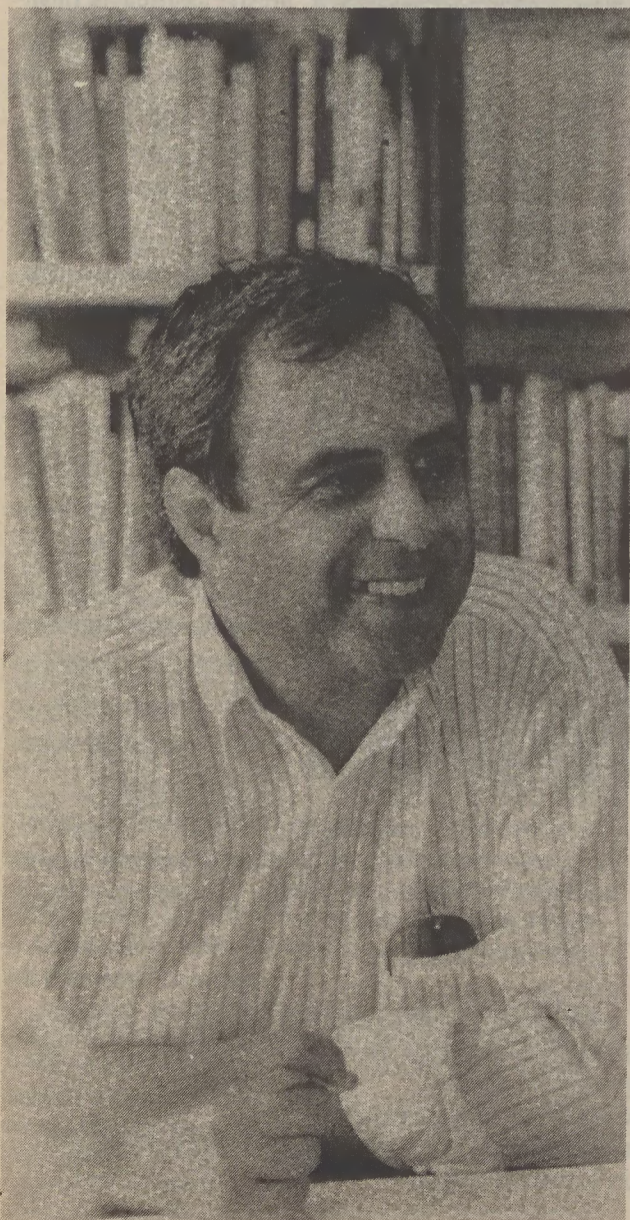
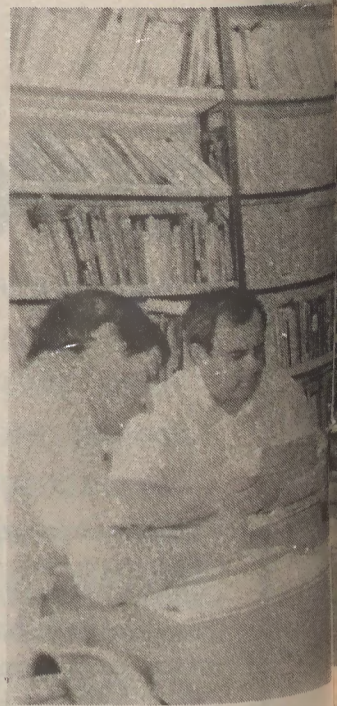
D. D.: - Sim. Vamos avaliar o peso relativo que têm a actividade cultural e desportiva, mas também a reflexão sobre as condições e problemas da juventude. Pensamos que importa inovar no que respeita à elaboração de estudos sobre a situação dos jovens, hoje, para fundamentar as suas reivindicações e o próprio tipo de actividade das autarquias.

Por outro lado, há que constatar um papel importante da actividade com as associações de estudantes e uma menor actividade com trabalhadores-estudantes, com jovens trabalhadores ou ao nível das Freguesias. Por isso uma das coisas que se vai discutir é, precisamente, o investimento nestas formas de trabalho para que tenham outro peso na actividade das autarquias - câmaras e juntas de freguesia.

Ponderação de temas

Av: - Neste conjunto de temas apresentados para debate, vê-se que há uma ponderação de temas...

A. A.: - Sim, e uma primeira questão é esta: temos pelouros da Juventude em várias autarquias da CDU. Temos serviços próprios da Juventude, autonomizados do ponto de vista funcional e orçamental, mas a actividade destes pelouros não esgota o trabalho que interessa à juventude: a Cultura, a Educação, o Ambiente, a Habitação, por exemplo, são áreas de intervenção que directa ou indirectamente também interessam à juventude. Daí haver que reflectir sobre o papel de quem tem a responsabilidade deste trabalho nas autarquias.

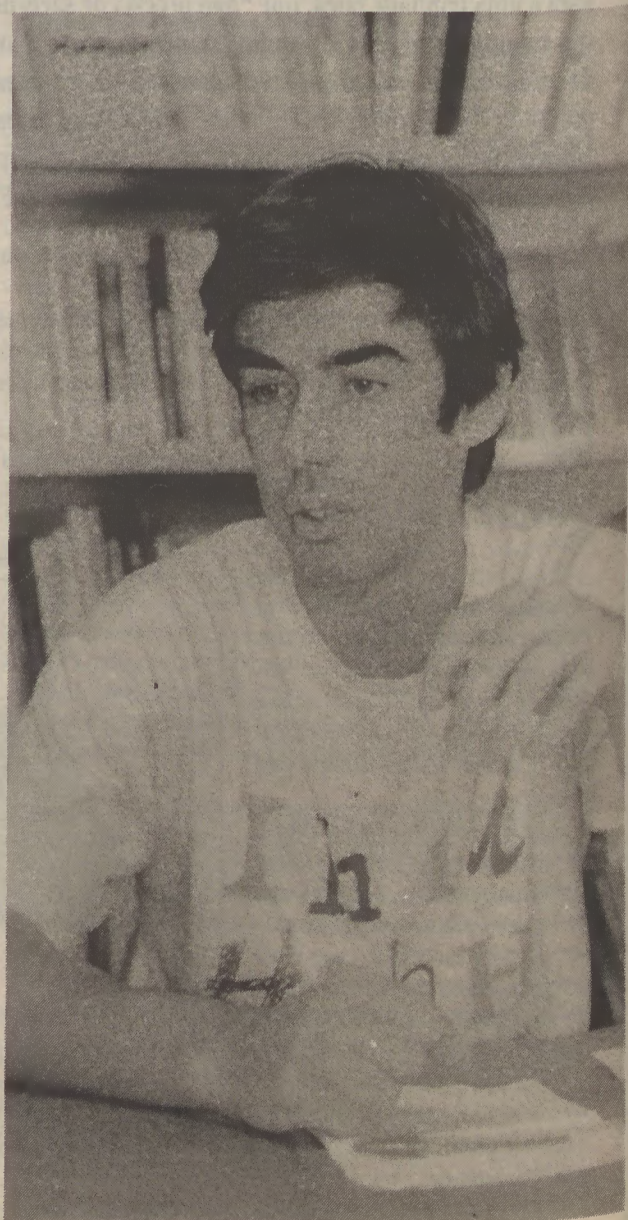


◀ **Para prepararmos este Encontro, fizemos um documento com tópicos. É fundamental, como documento interrogativo, para balanço, avaliação e reajustamento do trabalho.**

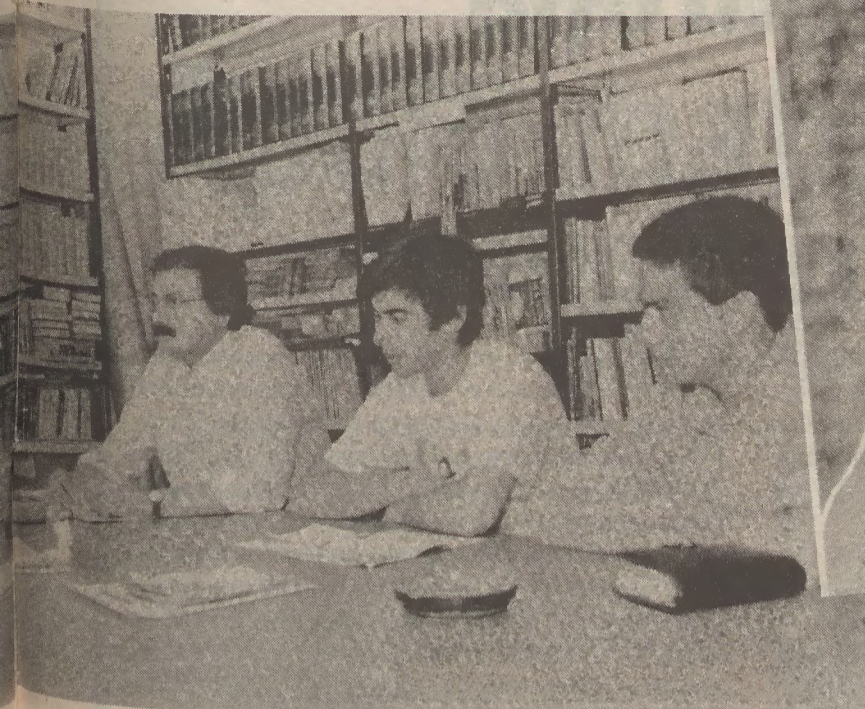
Carlos Humberto

Tenho consciência que fui eleito por ser jovem, esperando-se de mim que ficasse atento aos problemas da juventude, mas concluí que não podia ficar por aí, que tinha de intervir nas diversas áreas de gestão em que participo.

Diogo Duarte



sábado



ENCONTRO Autarquias e Juventude

15 de Outubro - 10.30h
EVORA - Palácio D. Manuel

O horário

O Encontro que, como dissemos, decorrerá no Palácio D. Manuel, em Évora, com a participação de Luís Sá e Domingos Lopes, membros da Comissão Política do Comité Central do PCP, terá o seguinte horário:

- Início — 10H30
- Almoço — 13H00
- Reinício dos Trabalhos — 15H00
- Intervalo — 16H30
- Reinício dos Trabalhos — 17H00
- Encerramento — 17H30

Questões em debate

Av: - Essa é a primeira questão...

A. A. - Exactamente. Uma outra é a que deriva da intervenção dos pelouros da Juventude, que se desdobra em duas direcções: a das actividades promovidas pelo próprio pelouro e a da resposta às múltiplas solicitações de apoio colocadas à autarquia pelas associações juvenis. Por isso, um dos temas a discutir no Encontro será o do peso relativo que têm ou devem ter estas duas facetas do trabalho, de modo a assegurar quer o cumprimento dos objectivos da autarquia, quer o contributo para a realização dos projectos da juventude.

Três ideias

Av: - Apontem algumas linhas mestras das discussões neste Encontro.

C. H. - Para já, três: 1º - Os objectivos que devem nortear o trabalho com a juventude (ocupação saudável, desenvolvimento da criatividade e iniciativa, aproximação a valores democráticos e progressistas, participação na vida local, etc.); 2º - O que sintetizamos na expressão "a necessidade de um trabalho com carácter horizontal (de toda a autarquia) para e com a juventude"; 3º - A ideia de que não há um trabalho eficaz para a juventude sem a participação empenhada e criativa da própria juventude.

Av: - Em geral, como é que as autarquias se relacionam com a juventude?

A. A. - Há experiências muito diversificadas. Há relações

Eis, em resumo, o conjunto de questões que vão estar em debate no Encontro Autarquias e Juventude:

- Objectivos do trabalho das autarquias junto da juventude. A necessidade de um trabalho específico ou integrado e coordenado.
- Organização e meios de intervenção autárquica (pelouros de juventude, serviços de juventude e uma coordenação com a actividade noutras áreas do município).
- Relacionamento com o movimento associativo juvenil e o contributo para o seu fortalecimento. A iniciativa própria

da autarquia e o apoio às iniciativas juvenis.

- Estruturas concelhias ou de freguesia, de participação juvenil (conselhos, comissões municipais de juventude, etc.).
- Acção autárquica junto dos vários sectores que constituem a juventude.
- Instalações e suportes físicos para a acção junto da juventude (Casas de Juventude, Gabinete de atendimento e informação juvenil, etc.)
- A acção dos jovens eleitos.
- O conteúdo da actividade.
- A complementaridade da acção aos

vários níveis autárquicos (municipal, freguesia e intermunicipal).

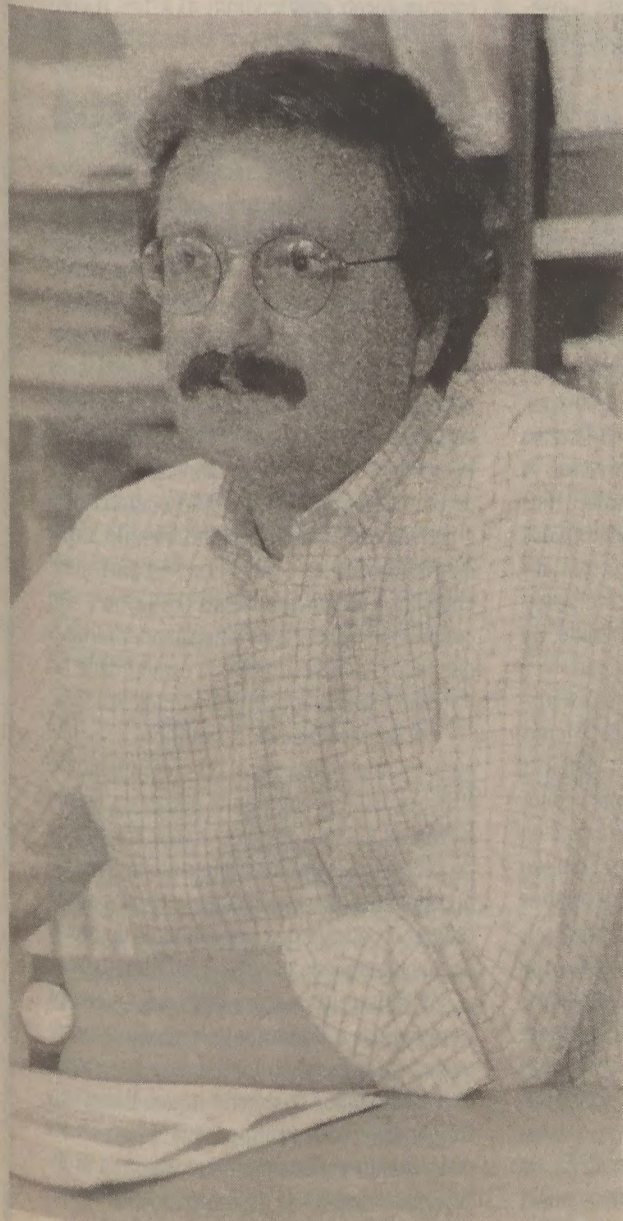
- As relações com o Governo e a administração central (nomeadamente Secretaria de Estado da Juventude e Instituto Português da Juventude).
- Meios de comunicação com a Juventude.
- A acção dos eleitos comunistas nas autarquias e o alargamento da influência do Partido e da JCP na Juventude.
- As características diferenciadas do trabalho em situações de minoria.
- A articulação e coordenação deste trabalho.

directas com Associações, uma a uma. Há uma relação através de conselhos municipais com composições e objectivos diferenciados.

Uma das questões que vai a debate é, precisamente, avaliar essas diferentes experiências para verificar como é que elas asseguram uma ligação real à população juvenil. Ou como elas constituem um estímulo à participação juvenil na vida autárquica, cuja importância o Carlos Humberto já referiu.

J. M. - Outra zona de discussão do Encontro será a do relacionamento com os organismos governamentais para a juventude.

Tentaremos definir o tipo de relação e atitude crítica que a autarquia deve ter face aos diversos serviços e programas que as entidades governamentais oferecem, geralmente com grande carga demagógica e propagandística. Tal como achamos importante discutir o papel dos comunistas nas autarquias, para que a acção por estas desenvolvida possa traduzir-se na elevação da consciência cívica, cultural, social e política dos jovens.

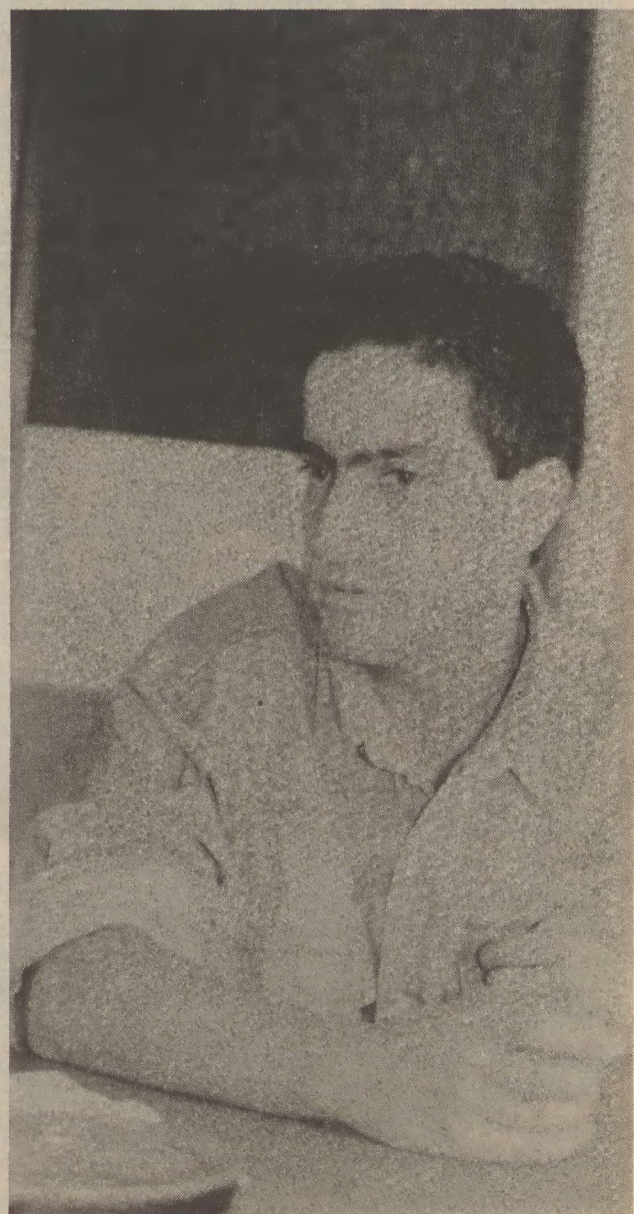


◀ **Este «Encontro Autarquias e Juventude» surge após vários anos de experiência de trabalho nas autarquias, numa área em que nós, PCP, fomos pioneiros: o trabalho com a juventude.**

António Abreu

Uma das questões em foco no Encontro será o relacionamento das autarquias com os instrumentos governamentais para intervir junto da juventude. A nossa preocupação é tentar definir o tipo de relação e atitude crítica que a autarquia deve ter face aos diversos serviços e programas que estas entidades oferecem

José Morais



O Conselho da Europa perante as suas contrariedades

■ Miguel Urbano Rodrigues

A agenda da sessão de Outubro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa foi tão pobre que o acontecimento mais importante da semana de trabalhos acabou por ser o discurso que ali pronunciou o presidente da Assembleia Nacional Francesa, Philippe Séguin.

Séguin é um político de direita imprevisível que tem a peculiaridade de incomodar a direita sempre que fala da Europa. Desta vez, compareceu em Estrasburgo para transmitir alguns recados que provocaram mal-estar em Paris e noutras capitais do Continente.

Os seus elogios ao Conselho da Europa (que definiu como «o grande fórum europeu de cooperação e diálogo político») envolveram críticas directas e indirectas à União Europeia e ao Tratado de Maastricht.

Adversário da estrutura institucional da Europa dos Doze (em vésperas de alargamento), está convicto de que o Conselho da Europa será chamado a «cumprir um papel fundamental na marcha para a organização do Continente». Céptico quanto ao futuro imediato, não esconde as suas apreensões sobre a evolução da União Europeia. «Ninguém pode prever — afirmou — as consequências económicas e políticas da nova fuga para a frente que constitui o novo alargamento.»

Na Europa dita de geometria variável, em três círculos, é o terceiro, ou seja o Conselho da Europa, que está vocacionado para «constituir o quadro privilegiado para novas iniciativas» como «base incontornável da organização da Grande Europa». Na sua opinião, o CE é, assim, «a única instituição europeia que considera a ética e os valores fun-

damentais da democracia e os direitos do homem como alavanca da sua acção, o que lhe confere uma grande originalidade e uma autoridade excepcional como fórum de concertação e pólo de iniciativas voltadas para o futuro».

O prólogo dedicado ao elogio do Conselho da Europa serviu para a defesa calorosa da adesão urgente da Rússia. Séguin vê nessa adesão um «acontecimento excepcional para todo o Continente». Não citou, porém, Ieltsine ou qualquer dos actuais dirigentes russos.

O presidente da Assembleia Nacional da França não esteve isolado ao apresentar-se como advogado da admissão da Rússia no Conselho da Europa. Ao longo de toda a sessão, o tema foi tratado por dezenas de deputados de diferentes países. Sem excepção, todos expressaram o desejo de ver rapidamente a Rússia ingressar no CE como membro efectivo.

A coincidência de opiniões favoráveis quanto a essa adesão não dissipa, contudo, contradições e interrogações.

É uma evidência que a admissão da Rússia será um acontecimento cujo significado não deve ser subestimado. A política retrógrada e devastadora do governo Ieltsine e a sua submissão ao imperialismo americano são fenómenos transitórios na longa duração da História. Inevitavelmente, a Rússia assumirá outra vez o seu lugar de grande potência no contexto europeu e mundial. E uma Rússia forte e autónoma contribuirá para que o papel do Conselho da Europa, como fórum de cooperação de mais de 40 países (33 actualmente), adquira um peso real. Será a única grande assembleia internacional do género da qual os EUA não podem vir a ser membros...

Devemos, porém, ser realistas. A forma como transcorreu esta sessão outonal do Conselho da Europa aconselha prudência quanto ao papel futuro da organização. O Conselho da Europa não poderá ser um fórum de reflexão influente e prestigiado enquanto não ocupar o seu espaço e insistir em se autocensurar. A timidez da sua Assembleia Parlamentar é tradicional e preocupante. A agenda da sessão de Outubro foi paupérrima. Decepcionou ao fechar as portas ao debate dos temas quentes da actualidade. Não se falou da intervenção americana no Haiti; não houve abertura para se analisar a situação criada no Curdistão Turco (alguns deputados curdos continuam presos e pende sobre eles a ameaça de condenação à pena de morte); não foi também possível uma discussão sobre o que se passou na Cimeira da NATO em Sevilha, uma reunião semi-secreta marcada por contradições transparentes entre as posições belicistas da França e dos EUA no tocante à intervenção na Bósnia e a atitude prudente do Reino Unido. A agenda desta sessão de Estrasburgo foi elaborada de maneira a impedir o debate dos temas que preocupavam os deputados que não perderam a esperança de ver o Conselho da Europa assumir o papel que está ao seu alcance desempenhar.

O desfile de personalidades pela tribuna — do Presidente Iliescu da Roménia ao Primeiro-Ministro da Polónia, passando pelo Presidente da Eslováquia — teve escasso interesse. Apenas o discurso polémico de Séguin quebrou a monotonia da sessão. O debate sobre as actividades da OCDE acabou por funcionar como radiografia do Conselho. Poucos foram os deputados que puseram os pontos nos ii e ousaram recusar o discurso neoliberal da submissão e da irracionalidade.

OCDE e o discurso da hipocrisia

Durante o debate do Relatório sobre as actividades da OCDE intervieram mais de duas dezenas de deputados além do secretário interino da Organização e de representantes do Parlamento Europeu, do Japão, da Austrália e do México. Publicamos, a seguir, trechos de intervenção feita sobre o tema pelo deputado comunista português Miguel Urbano Rodrigues, que falou como porta-voz da Confederação da Esquerda Unitária Europeia.

«A discussão do Relatório sobre as actividades da OCDE tornou-se nesta Assembleia quase um ritual.

A perspectiva que o sr. Bloetzer nos abre é muito optimista. Penso que deforma a realidade e esconde aspectos fundamentais da situação geral. A escolha da linguagem assume, por isso mesmo, uma importância especial no projecto de resolução e no texto do Relatório Anual da OCDE.

Fala-se, por exemplo, do desafio que representa para a comunidade internacional o êxito das transformações em curso.

Em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia eu pergunto-vos que comunidade é essa e de que êxito se trata? A população mundial ultrapassa hoje largamente os 5 mil milhões de habitantes dos quais apenas menos de 20% vivem nos países membros da OCDE e nos países mal chamados «em transição». O desafio em questão, tal como é formulado, não diz respeito a mais de quatro quintos da humanidade.

É um facto que no texto do Relatório Bloetzer e nas palavras do sr. Sohlman é possível encontrar elementos para um diagnóstico muito diferente daquele que nos é apresentado. A existência de 35 milhões de desempregados nos países da OCDE é definida como «uma situação inaceitável». O projecto de resolução sublinha, aliás, com naturalidade, que é preciso encontrar soluções novas para o cancro do desemprego que destrói o tecido social. Mas que soluções? Alguns parágrafos do Relatório e palavras que ouvimos hoje, aqui, ao sr. Sohlman ajudam a compreender que as soluções encaradas para acelerar a retomada do crescimento económico, longe de eliminar os fenómenos sociais negativos que estão ligados ao desemprego, produzirão o efeito oposto.

As medidas sugeridas pela OCDE não são diferentes daquelas que contribuíram para intensificar tensões sociais nos países da União Europeia e aprofundar o fosso que separa cada vez mais os países industrializados dos PVD.

O Relatório insiste na piedosa mentira da ajuda dos países desenvolvidos àqueles que o não são.

Penso que é preciso renunciar de uma vez por todas ao discurso da ajuda imaginária.

Todos nós sabemos, a OCDE, o Banco Mundial, o FMI, os governos dos Doze sabem o que se passa, conhecem a realidade: o conjunto dos países não desenvolvidos continua a funcionar como exportador líquido de capitais. Aquilo que esses países recebem como ajuda, sob diferentes formas, é apenas uma parcela do que perdem sob a forma de

pagamentos da dívida externa e em consequência do intercâmbio comercial desigual, espoliativo. Afirmar assim, que a integração desses países pode fazer-se através de reformas estruturais concebidas e impostas de fora, de reformas capazes de os adaptar às transformações económicas que são o resultado da estratégia do G-7, é um absurdo e uma fantasia.

Devemos aprender a defender-nos das análises baseadas em manipulações estatísticas. Entretanto, essa tendência perigosa exerce, ao que parece, uma atracção irresistível sobre os defensores das receitas neoliberais que pretendem ser de aplicação universal. A OCDE extrai, concretamente, conclusões absolutamente inaceitáveis do aumento das taxas de crescimento do PIB na América Latina. Conheço bem esse continente e posso garantir-vos que o panorama da Saúde, da Educação e da Alimentação é ali cada vez mais sombrio, mais trágico. Os jogos estatísticos não podem ocultar a realidade. Menos de um terço dos 150 milhões de brasileiros estão efectivamente integrados numa economia de mercado. A situação é ainda pior na Colômbia e no Peru. A Argentina e o Peru são dois casos expressivos dos resultados da aplicação brutal das receitas do liberalismo selvagem e das consequências devastadoras que essas políticas têm para as grandes maiorias. Não é menos grave, pelo contrário, a transformação de alguns países africanos em cobaias das reformas estruturais cujo elogio é feito no Relatório da OCDE.

A democracia parlamentar pluralista e a justiça social não avançam, aliás, nesses países

contrariamente ao que admite a OCDE. A convicção de que o sistema de trocas multilateral e aberto da livre circulação de pagamentos e capitais empurra os PVD para a prosperidade e a paz é enganadora. Falseia a realidade.

Permiti-me, caros colegas, que manifeste também o meu desacordo relativamente à afirmação segundo a qual a retomada da expansão económica vai contribuir, em breve, para conter a subida do desemprego. Infelizmente os factos não confirmam essa previsão. Na maior parte dos países industrializados, os aumentos de produtividade foram obtidos mediante o recurso a novas tecnologias que, longe de conduzirem a um aumento da oferta de empregos, reduziram, pelo contrário, os efectivos da força de trabalho. Aquilo a que os governos e as confederações patronais chamam a **flexibilidade no trabalho** é um eufemismo que esconde a opção por políticas que facilitam a destruição da estabilidade no trabalho e permitem despedimentos maciços.

As assimetrias e os desequilíbrios sociais aumentam perigosamente. O crescimento do PIB nos EUA e em alguns países da União Europeia não vai resolver magicamente os problemas cada vez mais angustiantes criados no seio das nossas sociedades e menos ainda reduzir a pobreza que impede mais de metade da humanidade de viver com dignidade.

O Relatório da Comissão das Questões Económicas e do Desenvolvimento admite que estamos a entrar numa superauto-estrada da informação. Discordo do sr. Bloetzer. Creio que, pelo contrário, empurrados por um pensamento egoísta e cínico, estamos já na superauto-estrada da desinformação.»

Cuba sim, bloqueio não

Apoio material chega a Vigo em caravana solidária

Uma caravana onde se integraram dirigentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, de sindicatos e outras associações, entregou ao vice-presidente do Conselho de Estado de Cuba, domingo, no porto de Vigo, dezenas de toneladas de materiais recolhidos no âmbito de uma campanha internacional de solidariedade com o povo cubano e de condenação do bloqueio económico imposto à ilha pelos Estados Unidos da América, a culminar no Dia Mundial de Solidariedade com Cuba.

A caravana concentrou-se no Parque Eduardo VII, pelas 6 horas da manhã de sábado. No Figo Maduro, estavam já vários camiões, provenientes de diversas regiões do País, onde os núcleos da Associação de Amizade Portugal-Cuba têm vindo a proceder à recolha de donativos. Em todos os camiões foram pintados slogans de Solidariedade com Cuba.

À partida, além dos dirigentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba, estiveram membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação, dirigentes sindicais da CGTP-IN, estudantes, médicos, professores, autarcas, deputados e inúmeras personalidades, entre as quais o Almirante Rosa Coutinho. Em Coimbra, à passagem da caravana, incorporaram-se figuras destacadas da vida cultural, sindical e associativa da cidade e acrescentou-se mais uma tonelada de material proveniente da recolha de fundos local. No Porto, a situação repetir-se-ia, tendo a comissão organizadora local conseguido adesão à iniciativa de muitas personalidades dos mais variados sectores da vida da capital nortenha e com uma significativa contribuição em material escolar (ver caixa).

Só muito tarde a caravana chegou a Vigo, onde foi recebida pela Associação de Amizade Galiza-Cuba. Com a presença de vasta representação da imprensa, rádio e televisão (de Espanha e Portugal), o vice-presidente do Conselho de Estado de Cuba, Gallego Hernandez, agradeceu em nome do povo cubano o acto de solidariedade ali prestado.

A Dr^a Armada Carvalho da Fonseca, Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, declarou em pleno Porto de Vigo, perante as Direcções das Associações de Amizade Galiza-Cuba, as autoridades locais e os representantes



do Estado Cubano: «A Associação de Amizade Portugal-Cuba decidiu associar-se à celebração do Dia Mundial de Solidariedade com Cuba. Com esta Caravana de Solidariedade, cujo objectivo, mais do que enviar mercadorias, é furar o bloqueio informativo em torno de Cuba e em torno dos seus amigos solidários.

«Pensamos que por esta vez conseguimos romper o bloqueio!

«As actividades solidárias com Cuba, em Portugal, vêm-se desenvolvendo e alargando o espectro político daqueles que manifestam a sua posição contra o bloqueio.

«Em Abril, foi constituída uma Comissão Nacional contra o bloqueio com 106 membros de diferentes e até divergentes posições políticas, em que se integram deputados, outros políticos de relevo, escritores, activistas sindicais, artistas plásticos, autarcas, dirigentes sindicais, diri-

gentes de Associações de Estudantes, com representantes do Norte a Sul de Portugal.

«No Parlamento Português foi constituído o Grupo Parlamentar de Amizade com Cuba, cuja actividade permitiu que o Parlamento Português fosse o primeiro da Europa a tomar posição contra o bloqueio.

«A Associação desenvolveu-se e foram constituídos núcleos em Setúbal — o mais amplo e cuja actividade cabe destacar —, em Coimbra e Bragança. No Porto revitalizou-se a Comissão Regional contra o bloqueio, cuja incorporação nesta caravana também queremos assinalar.

«O Movimento de Solidariedade conta também com o Conselho Português para a Paz e Cooperação que integra também esta caravana.»

A Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba fez depois um breve historial da vida de Che Guevara, cujo dia da morte era assinalado, e concluiu: Compañeros, para terminar, proponho que daqui enviemos uma mensagem para Washington: «Sr. Clinton, aqui em Vigo, portugueses e galegos, neste Dia Mundial de Solidariedade com Cuba, lhe mandamos esta comunicação e este aviso: nós rompemos e vamos continuar a romper bloqueio a Cuba!

Levante o bloqueio, Presidente Clinton! Nós venceremos!»



Porto lembra

Há uma escola de portugueses em Cuba

«Há uma escola de português em Cuba que tem falta de material didáctico para o ensino da nossa língua. Assim, esta comissão propõe-se equipar esta escola, para tal enviando dicionários, gramáticas, livros de texto, etc». Este um excerto de um apelo lançado pela comissão regional do Porto do movimento contra o bloqueio e de solidariedade com Cuba, a propósito da organização da caravana que no passado fim-de-semana atravessou Portugal e chegou a Vigo, na Galiza, para entregar donativos a representantes cubanos. Um apelo que na capital nortenha mereceu significativa adesão e que entre os primeiros signatários teve as seguintes personalidades:

Alcino Soutinho (arquitecto), Alexandra Gandra (estudante), Alfredo Maia (jornalista), Almiro Ferreira (jornalista), Álvaro Salazar (maestro), Álvaro Siza Vieira (arquitecto), António Cadete Leite (professor), António Reis (actor), Araújo Moreira (jornalista), Armando Alves (pintor), Aurélio Gomes (jornalista), Carlos Lima Alves (jornalista), César Príncipe (jornalista), Cláudia Soutinho (arquitecta), Cruz Santos (editor/livreiro), Diva Barrias (professora), Eduarda Castro (jornalista), Emílio Peres (médico), Fernando Seixas (jornalista), Francisco Mangas (jornalista), Germano Silva (jornalista), Henrique Silva (pintor), Ilda Figueiredo (economista), João Ogan-

do (jornalista), João Sérgio Santos Carreira (arquitecto), João Viana Jorge (engenheiro), Joaquim Maia, Jorge Cordeiro (jornalista), Jorge Pereira (empresário), Jorge Ribeiro (jornalista), Jorge Sarabando, José Barrias (médico), José Castro (profissional de seguros), José Luís Borges Coelho (maestro), José Morgado (professor), José Rodrigues (pintor), José Saraiva (jornalista), Laura Soutinho (galerista), Luísa Melo (jornalista), Manuel António Pina (jornalista), Manuel Dias (jornalista), Manuel Joaquim (profissional de seguros), Manuel Leitão (empresário), Manuel Neto (jornalista), Manuel Vitorino (jornalista), Manuela Vasconcelos (emp. escritório), Marco (jornalista), Mário de Carvalho (engenheiro), Miguel Carvalho (jornalista), Nuno Abrunhosa, Oscar Lopes (professor), Palmira Peixoto (dir. sindical), Paula Ferreira (jornalista), Paulo Coutinho (jornalista), Paulo Valente (arquitecto), Pinto Carvalho (jornalista), Roberto Machado (emp. escritório), Rodrigo Safreico (jornalista), Rui Lima Jorge (jornalista), Rui Ochoa (estudante), Rui Osório (jornalista), Sérgio Vinagre, Tânia Laranjo (jornalista), Ursula Zangger (foto-jornalista), Vale Fernandes (jornalista), Viale Moutinho (jornalista), Virgínia Moura (engenhaira), Vitor Pinto Basto (jornalista), Vitor Ranita (dirigente sindical), Xavier Rosário (jornalista).

PONTOS CARDEAIS

Invasões?

Quem ouviu Bill Clinton, presidente dos EUA, no discurso ameaçador contra o Iraque, poderia temer que estivesse iminente nova guerra do Golfo. Ele era aviões às dezenas, carros de combate às centenas e soldados aos milhares a enviar de imediato para o local, com o objectivo de pôr na ordem o Saddam Hussein, ao mesmo tempo que a "ordem internacional" e o "respeito pela ONU" eram defendidas com voz grossa pelo activo presidente norte-americano. Todavia algo destoou, numa ponta à outra do dramático discurso de Clinton: a impassibilidade de todas as Bolsas perante a crise anunciada. Será porque já nem o sensível edifício da especulação mundial acredita no que Clinton afirma?

A suite

Cavaco Silva deslocou-se, com a respectiva comitiva, a uma reunião de chefes de Governo na Áustria e consta que exigiu, para espanto dos seus pares comunitários, nem mais nem menos que a suite presidencial no topo do

hotel, ostentação caríssima que deixou de cara à banda os pobretanas dos governantes duma Alemanha, duma Inglaterra ou duma Itália, que, modestamente, escolheram apartamentos mais em conta. Só que, por azar e à última hora, o presidente francês François Mitterrand resolveu comparecer, solicitando a tal suite presidencial, e os austríacos não estiveram de modas: "despejaram" o Primeiro-Ministro português pela suite abaixo! Isto é, no mínimo, um atentado à soberania pelo menos tão grave como a "insurreição da ponte"! Do que é que o SIS está à espera para investigar o Palácio do Eliseu, a hotelaria austríaca, os governantes da Comunidade e as reuniões na Áustria?

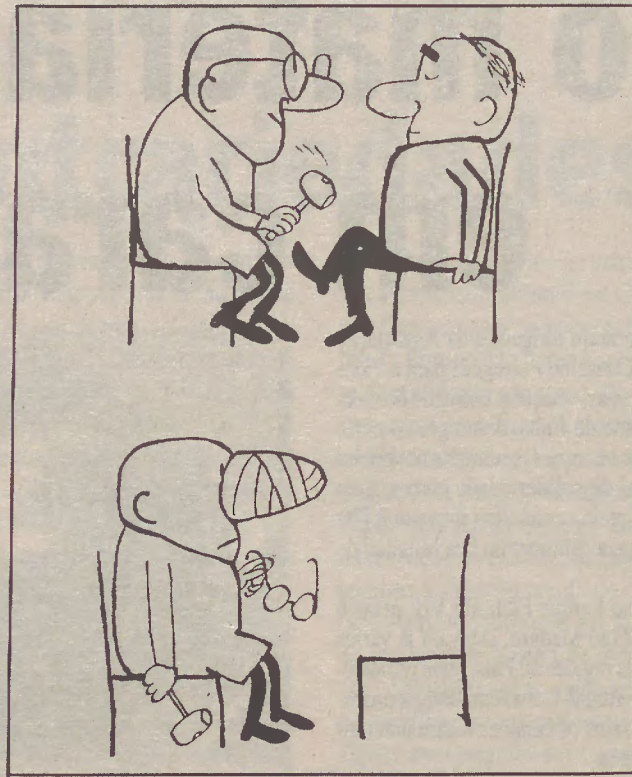
A contratadora

Manuela Ferreira Leite, ministra da Educação, viu-se confrontada com tamanha indignação das dezenas de escolas que, em meados de Outubro, ainda não conseguiram entrar em funcionamento por falta do pessoal auxiliar que o seu Ministério este ano despediu em massa, que teve de ceder, autorizando a contratação de

trabalhadores até ao número existente o ano passado. Tal autorização "não a podia fazer antes, só a podia fazer agora", desculpou-se ela, num ruborizado esforço em esconder a derrota e o recuo que sofrera. Na verdade o que a sr. ministra podia fazer "antes" era outra coisa: dar ouvidos ao protesto das escolas e não despedir trabalhadores que, mesmo no quadro anterior, já eram insuficientes. Perante o erro crasso que a arrogância lhe ditou, "agora" só podia fazer mesmo isto: recuar.

Vamos ver...

Enquanto o Governo acena com uns descontos nos impostos que ninguém percebe muito bem, a troco da assinatura do pacto social, a UGT, fazendo voz grossa como sempre, já desceu a sua reivindicação da percentagem de aumentos para cinco por cento, clamando que dali não desce. Vamos ver... É que não têm conta as vezes que a UGT desce das suas próprias



promessas mais depressa... que um cigano do burro.

Relatórios

Puxando dum relatório qualquer estrangeiro, Cavaco Silva aproveitou uma inauguração no Porto para dar uma seca ao auditório de empresários que o ouvia, impingindo-lhes

farfalhudos parágrafos do complacente relatório. O pior foi à saída, onde o aguardava uma multidão de gentes ribeirinhas que não percebem nada de relatórios: clamando por casas, apuparam Cavaco Silva exigindo "menos dinheiro para os ricos". Na verdade, o relatório não falava disto.

FRASES da SEMANA

"A corrupção e os desvios de fundos estão a falsear as regras do jogo democrático e não podemos silenciar esta situação."

(Cunha Rodrigues, Procurador-Geral da República - «Expresso-Revista», 08.10.94)

"Os analistas políticos surgem como um sexto poder e, em certos casos, não são mais do que instrumentos de reprodução de uma certa ordem."

(idem)

"Manuel Monteiro daria um excelente 1.º ministro"

(Jorge Ferreira, da direcção do CDS/PP - «Expresso», 08.10.94)

"Esta atitude do CDS-PP (a «moção de ternura») fez-me lembrar os casais que se divorciaram para pagar menos impostos e agora voltam a contrair matrimónio porque a nova lei do IRS saca menos aos unidos para o bem e para o mal."

(Artur Semedo - «Público», 08.10.94)

"Está na moda, agora, cercar fileiras contra a SIC e defender a RTP. Era bom, porém, que parassem um pouco para pensar. Que pensassem, por exemplo, que o que está em causa não é apenas a sobrevivência de um negócio privado. É a possibilidade de alternativa à informação do Estado, num sector tão decisivo como o audiovisual."

(Miguel Sousa Tavares - «Público», 07.10.94)

"Na SIC, acredita-se que é essencial vencer esta guerra de vida ou morte, não para fazer o «All You Need», mas graças também ao «All You Need». Primeiro, trata-se de assegurar a sobrevivência, depois tratar-se-á de justificar a existência."

(idem)

"Para se discutir esta «estética» (da SIC) tem de se discutir tudo junto. Até o «Insónias», onde eu também ajudo e participo."

(José Pacheco Pereira, «A Linha Justa» - «Expresso», 08.10.94)

"Vivemos numa aldeia muito fechada, andamos todos a fazer entrevistas uns aos outros."

(Carlos Cruz - «TV Guia», 05.10.94)

PONTOS NATURAIS

**O SOL É BOM,
AS MULHERES VESTEM BEM
E O MAIS
QUE ADIANTE SE VERÁ...**

Feminino Singular continua profundamente atento aos problemas da Mulher (isto com maíuscula dá mais metafísica!) Ontem, foi a moda. Assim: *A moda, sempre a moda um tema de interesse geral para todas as telespectadoras.*

Bem me parecia. Destes temas é que eu gosto. Temas de interesse geral. O colectivo, claro. Suponhamos que *Feminino Singular* nos falava dos problemas que as mulheres encontram nos seus locais de trabalho: isso não tinha o menor interesse, porque não era geral, sim, porque nem todas as mulheres trabalham. Agora suponhamos que *Feminino Singular* se referia à angústia de tantas mulheres que não têm onde deixar os filhos com segurança quando vão para o emprego. Mal feito pela razão simples de que nem todas as mulheres têm filhos. Algumas mulheres, por exemplo, quando vêm da praça deitam as mãos à cabeça com o preço das coisas. Está bem que *Feminino Singular* não trate disso porque: nem todas as mulheres vão à praça.

Agora falar da moda? Ah, isso sim. Ah, isso sim pela simples razão de que se trata de um tema para todas as telespectadoras. Todas à moda! A la mode de chez-nous...

Encontra-se em Lisboa uma embaixada da moda italiana de que faziam parte cerca de 30 pessoas, entre as quais Bianca Maria, comentadora de modas da RAI, e Donatella, considerada a mulher mais elegante da Itália no ano de 1974.

Bianca Maria gostou muito de estar em Portugal e, particularmente (claro!) deste Sol claro. As mulheres portuguesas? «Achoa-as verdadeiramente sensacionais (...) «de uma feminilidade maravilhosa». Achou-as também sempre muito bem vestidas.

Quanto à moda, a sua opinião é a de que se tende cada vez mais para uma grande sobriedade e simplicidade. As mulheres trabalham lado a lado com o homem, andam de automóvel não podemos estar sempre preocupadas como temos as pernas e por isso usamos calças.

Como se vê, uma questão de pernas.

NOTA - Este "Canal da crítica", do Diário de Lisboa, foi o último censurado. Referia à programação de 24 para 25 de Abril de 1974. À margem, o censor escreveu: "Vá, por esta vez, escapem". De facto, não houvera cortes. O desgraçado perdera a última oportunidade de fazer o gosto ao dedo. - M. P.



POR MÁRIO CASTRIM



Clara não ra percor. No ent. passo possi.

Ante de mu tiva de sobre em qu menos car. N de se por cu outro tar por mo se presen fazer a macõe Lisboa bra air menor ver o do par. Ne blicida de rub mencio doras. teriais exemp aqui a casas rias n ou, se justifico tural o

GESSE AMA às 21

Quanto à Donatella, não se pode dizer que seja uma senhora muito faladora. Estamos nitidamente em presença de uma conversadora programada. Para esta pergunta, esta resposta, esta resposta. E pronto, não se sai daqui que por falar pouco nunca pecou ninguém, nem foi para o inferno.

A importância das palavras não se mede aos metros. Há palavras poucas que valem muito mais que muitas palavras. Para que os meus leitores possam fazer uma simples ideia do valor cultural que a entrevista com Donatella representou para a Nação, vamos, com vénia, transcrever perguntas e respostas:

M. LEONOR — O que é a elegância?

DONATELLA — A sobriedade, a simplicidade e usar o vestido exacto no momento exacto.

M. LEONOR — Crê na beleza natural?

DONATELLA — Creio, mas nunca se deve descuidar, deve aperfeiçoar-se a beleza.

M. LEONOR — Falemos da mulher relativamente à idade...

DONATELLA — Cada idade tem o seu encanto, mas é preciso que a mulher não seja ridícula.

M. LEONOR — A elegância está hoje ao alcance de todas as mulheres?

DONATELLA — Penso que a elegância é uma coisa inata: nasce com a mulher.

M. LEONOR — Considera adequado o título da mulher elegante?

G. DONATELLA — Não sou pessoa indicada para fazer esse juízo. Isso compete aos outros.

M. LEONOR — A que compare a moda?

DONATELLA — A moda é como a arte: e ambas se pode ver a maneira de viver de uma época.

Não há dúvida: o senhor comendador e grande industrial marido de Donatella deve ter ficado muito satisfeito com as respostas da esposa. Naquele mundo de moda e de elegância chega a ser crueldade pedir a uma mulher que fale.

Agenda

MIRANDELA

Inauguração de novas instalações do Centro de Trabalho do Partido

DOMINGO, DIA 16 DE OUTUBRO

12h - Inauguração do Centro de Trabalho
13h - Almoço-convívio de militantes e amigos no Restaurante Universo

Participa o camarada

Agostinho Lopes

CARCAVELOS

Plenário de militantes da freguesia, para discussão das conclusões da reunião do CC e questões autárquicas: domingo, dia 16, às 15.00, no Centro de Trabalho de Sassoeiros, com a participação do camarada Júlio Filipe.

CASTELO BRANCO

Plenário de militantes do concelho de Castelo Branco, preparatório da próxima 3ª Assembleia da Organização Regional, com debate sobre a situação política e tarefas do Partido, com a participação do camarada Aurélio Santos: sábado, dia 15, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho.

LISBOA

Plenário da célula dos Bancários: quinta-feira, dia 13, às 17.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de S. Jorge de Arroios, Penha de França, Anjos e S. João (organizações de freguesia): sexta-feira, dia 14, às 21.30, no CT de Arroios.

Plenário da freguesia de Olivais: sábado, dia 15, às 16.00, no Centro de Trabalho dos Olivais.

Reunião de Reformados do Sector Serviços: terça-feira, dia 18, às 15.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da Célula da Gulbenkian: quarta-feira, dia 19, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

Plenário da célula dos Ferroviários / Zona de Lisboa, preparatório da próxima 5ª Assembleia do Sector de Transportes da ORL (discussão do projecto de Resolução Política, eleição de delegados): quinta-feira, dia 20, às 18.00, no CT Vitória.

Plenário da célula do Metro, para discussão da situação político-social e preparatório da próxima 5ª Assembleia do Sector de Transportes da ORL (discussão do projecto de Resolução Política, eleição de delegados): quinta-feira, dia 20, às 17.30, no CT Vitória.

Plenário da célula da Carris: quinta-feira, dia 20, às 18.30, no CT Vitória.

Plenário das freguesias de Ameixoeira e Lumiar: quinta-feira, dia 20, às 21.30, no CT do Lumiar, com a participação do camarada Carlos Grilo.

ODEMIRA

Vila Nova de Milfontes - Plenário de militantes da Organização de Freguesia: sexta-feira, dia 14, às 20.30, no Centro de Trabalho de Brunnheiras.

S. Luís - Plenário de militantes da Organização de Freguesia: sábado, dia 15, às 20.30, no salão da Junta de Freguesia.

OURIQUE

Panóias - Plenário de militantes da Organização de Freguesia: sexta-feira, dia 14, às 20.30, no Centro de Trabalho do PCP.

PINHAL NOVO

Plenário de militantes da freguesia, para discussão da situação social e política, com a participação do camarada José Paleta: sexta-feira, dia 14, às 21.30, no Centro de Trabalho.

SEIXAL

Paio Pires - Debate na Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Paio Pires sobre a revisão da Constituição e questões de saúde e segurança social, com a participação de Maria do Carmo Tavares: sábado, dia 15, às 15.30.

Corroios - Plenário da organização de freguesia sobre a situação política e tarefas do Partido: domingo, dia 16, às 15.00, no Centro de Trabalho.

Arrentela - Plenário da organização de freguesia sobre a situação política e tarefas do Partido: sábado, dia 22, às 15.00, no Centro de Trabalho.

Célula da SPEL - Plenário sobre a situação política e tarefas do Partido: sexta-feira, dia 21, às 15.00, no Centro de Trabalho de Corroios.

A Educação em Debate

LISBOA

CT Vitória - Espaço Cultural
Domingo, 16 de Outubro, às 15h30

ESCOLAS

- QUE CONDIÇÕES EDUCATIVAS?

Sessão para análise da situação e perspectivas com a presença do Secretário-geral do PCP
CARLOS CARVALHAS

PORTO

Hotel Tuela
Sábado, 15 de Outubro, às 15h

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- QUE CONDIÇÕES?

ALMOÇO DE CONVÍVIO

DIA 15 DE OUTUBRO / 94
no
GRUPO SPORT CHINQUILHO CRUZEIRENSE
ao Casalinho da Ajuda (TRANSPORTE: autocarro 42)

com a presença do CAMARADA
ÁLVARO CUNHAL

Contactos para INSCRIÇÃO: ☎ 364 39 78 / 397 24 67
ORGANIZAÇÃO: Z.O.L.

CDU Guimarães 3.º Encontro de Eleitos da CDU

Sábado, dia 5, às 15h
no CT do PCP

Encontro comemorativo do
DIA NACIONAL DO REFORMADO
- SOLIDARIEDADE COM O ALENTEJO

ÉVORA

22 de Outubro
Pavilhão do Rossio de S. Brás

ENCONTRO Autarquias e Juventude

15 de Outubro - 10.30h
ÉVORA - Palácio D. Manuel

Horário

Início — 10h30
Almoço — 13h00
Reinício dos Trabalhos — 15h00
Intervalo — 16h30
Reinício dos Trabalhos — 17h00
Encerramento — 17h30

O Encontro contará com a participação de **Luís Sá e Francisco Lopes**, membros da Comissão Política do Comité Central do PCP

Vão estar em debate:

- ◆ Objectivos do trabalho das autarquias junto da juventude. A necessidade de um trabalho específico ou integrado e coordenado.
- ◆ Organização e meios de intervenção autárquica (pelouros de juventude, serviços de juventude e uma coordenação com a actividade noutras áreas do município).
- ◆ Relacionamento com o movimento associativo juvenil e o contributo para o seu fortalecimento. A iniciativa própria da autarquia e o apoio às iniciativas juvenis.

RIO DE MOURO
Almoço-convívio
no dia 15 de Outubro, no CT
Ainda podes inscrever-te!

INAUGURAÇÃO DO NOVO ESPAÇO VITÓRIA

FESTA-CONVÍVIO
Dia 14 Outubro - 6ª Feira - das 18 às 24 horas

Caramadas
Amigo(a)

Estivemos a fazer obras no rés-do-chão do Vitória, de modo a remodelar todo o espaço. A ideia foi criar condições técnicas e estéticas para uma melhor utilização cultural e política da área disponível. Agora, convidamos-te para a festa de inauguração.

Será um convívio de camaradas e amigos. Haverá poesia, música, canções. Conosco também **José Casanova**, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

DORL do PCP



Será servido um beberete e o Bar estará a funcionar durante toda a iniciativa.



Tintin - sábado de manhã

PROGRAMAÇÃO

Sábado, 15

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.00 Parlamento
- 13.00 Notícias
- 13.10 Prisioneira do Amor
- 13.55 Made in Portugal
- 14.25 Clube Disney
- 15.35 Luta Livre
- 16.15 Lucky Luke
- 17.05 Arca de Noé

Domingo, 16

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.00 Luta Livre Americana
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Top +
- 14.00 86-60-86
- 14.30 Indiana Jones - Crônicas da Juventude
- 15.25 Simpsons

Segunda, 17

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.05 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.15 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.05 Acção em Miami
- 17.05 Culinária
- 17.25 Ana Raio e Zé Trovão
- 18.30 Na Paz dos Anjos
- 19.05 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 Nico d' Obra
- 22.05 Zona + Carlos Cruz
- 23.30 Coisas da Vida
- 00.25 24 Horas
- 00.55 Antes da Guerra
- (ver «Filmes na TV»)

Terça, 18

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.05 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.25 Boa Tarde
- 16.05 Acção em Miami
- 17.20 Ana Raio e Zé Trovão
- 18.30 Na Paz dos Anjos
- 19.05 Com a Verdade m' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 A Filha da Cornélia
- 23.00 Prova Oral
- 24.00 24 Horas
- 00.25 RTP / Finantial Times
- 00.35 O Senhor das Trevas
- (ver «Filmes na TV»)

Quarta, 19

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Pollyana
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.15 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.05 Acção em Miami
- 17.05 Culinária
- 17.20 Ana Raio e Zé Trovão
- 18.30 Na Paz dos Anjos
- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
- 19.45 Telegiornal
- 20.15 Futebol: Benfica-Steaua
- 22.30 Fera Ferida
- 23.00 S6 Riso
- 23.40 O Último Refém
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.25 24 Horas
- 02.00 «The Honeybird»
- (ver «Filmes na TV»)

Quinta, 13

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.05 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Pollyana
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.15 Boa Tarde
- 16.00 Caderno Diário
- 16.05 Acção em Miami
- 17.00 Culinária
- 17.20 Ana Raio e Zé Trovão
- 18.20 Na Paz dos Anjos
- 18.50 Lotaria Nacional
- 19.05 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 Isto Só Vídeo
- 22.00 Concurso 1, 2, 3
- 23.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 00.25 24 Horas
- 01.00 Quando o Mundo Cegou
- (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 14

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Pollyana
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Prisioneira de Amor
- 14.25 Malha de Intrigas
- 15.20 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.05 Acção em Miami
- 17.00 Culinária
- 17.20 Ana Raio e Zé Trovão
- 18.30 Na Paz dos Anjos
- 19.10 Com a Verdade m' Enganas
- 20.00 Telegiornal
- 20.35 Fera Ferida
- 21.35 Desculpem Qualquer Coisinha
- 22.00 Pátio da Fama
- 23.00 Danças de Salão (Concurso)
- 23.30 24 Horas
- 24.00 Exorcita II - O Hereje
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.55 As Escarpas do Medo
- (ver «Filmes na TV»)



Os Simpsons - domingo à tarde no Canal 1

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.05 Uma Garota de Sonho
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Escola Paraíso
- 17.55 Super Juvenil
- 18.20 Rua Sésamo
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.35 Dimensão X
- 20.40 Magazine - «Teatro»
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate
- 22.20 Dinheiro em Caixa
- 22.50 Ópera: «La Vie Parisienne», de Offenbach
- 23.40 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.30 O Falso Médico
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêrére
- 17.25 Notícias
- 17.30 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Ora Bolas, Marina
- 22.20 O Código do Silêncio
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 10.00 Cerimónias Religiosas de Fátima
- 13.00 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.05 Norman, o Leiteiro
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Escola Paraíso
- 17.45 Super Juvenil
- 18.15 Rua Sésamo
- 18.45 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Dez Grandes Escritores
- 20.40 Magazine - «Artes Visuais»
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 12.55 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.05 Asas de Águia
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Escola Paraíso
- 17.55 Super Juvenil
- 18.20 Rua Sésamo
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Grandes Comandantes
- 20.35 Desenhos Animados
- 20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Tauromaquia
- 12.25 Programa a Designar
- 13.00 O Rosto da Europa
- 14.30 Euronews
- 14.50 TV2 Desporto
- 16.30 Para Além do Ano 2000
- 17.30 TV2 Desporto
- 17.45 Aventuras de Sherlock Holmes
- 18.40 Harmonias Perfeitas
- 19.10 Ribatejo (Documentário)
- 20.15 Forum Musical
- 21.30 TV2 Jornal
- 21.45 Desenhos Animados
- 21.55 Quem Conta Um Conto
- 22.45 Praia da China
- 23.30 TV2 Desporto
- 24.00 De Lisboa com Amor...
- 00.15 Martinho Lutero

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Regiões
- 13.00 O Homem e a Cidade
- 13.30 TV2 Desporto
- 16.05 A Locutora Endiabrada
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 TV2 Desporto
- 18.00 Maigret
- 19.00 Europa das Ilhas
- 20.00 Concerto de Gala do Festival de Teatro de Glyndebourne
- 21.00 Artes e Letras
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.15 Desenhos Animados
- 22.30 Domingo Desportivo
- 00.05 A Dama de Xangai
- (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Buêrére
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Gladiadores Americanos
- 14.20 Nuncia Digas Banzai
- 15.00 Ninho de Espiões em Istambul
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Lei e Ordem
- 18.00 Os Imortais
- 19.00 Muita Louco
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Partir o Côco
- 22.45 Walker - O Ranger do Texas
- 23.50 Último Jornal
- 00.05 O Leopardo
- (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 10.00 Animação
- 12.00 Top 25 RFM / TVI
- 12.30 Novos Ventos
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.20 Contra-ataque
- 15.00 Telemotor
- 15.30 Queridos Inimigos
- 17.30 Caprichos
- 18.30 Morena Clara
- 19.30 Telegiornal
- 20.05 Éramos Seis
- 21.30 Trocado em Miúdos
- 22.00 A Grande Aposta
- 23.10 Últimas Notícias
- 23.35 Jornal do Mundo
- 00.05 O Amigo Americano
- (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Buêrére
- 11.45 Programa Infantil / Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 BBC: Vida Selvagem
- 14.30 Quando Paris Delira
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Tudo pelas Notícias
- 17.30 Obras em Casa
- 16.45 Alf
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.15 Telegiornal
- 20.00 Frasier
- 20.30 Em Busca de...
- 21.30 Mano a Mano
- 22.30 Mas que Rita Noite
- 23.30 Novo Jornal
- 01.35 Top 25 RFM / TVI

QUATRO

- 09.00 Animação
- 11.30 Missa e Informação Religiosa
- 13.30 Jornal do País
- 14.05 Portugal Português
- 15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Éramos Seis
- 21.30 Doutores e Engenheiros
- 22.30 Melrose Place
- 23.30 Últimas Notícias
- 23.45 Jornal Negócios

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Sanguem sobre a Índia
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV 2 Desporto



No Calor da Noite - domingo no Canal 1

- 17.05 Escola Paraíso
- 17.50 Super Juvenil
- 18.20 Rua Sésamo
- 18.50 Rotações
- 19.50 Monty I
- 20.25 Rotações
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal

- 14.30 Universidade Aberta
- 15.00 A Valsa do Galanteador
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Escola Paraíso
- 17.45 Super Juvenil
- 18.15 Rua Sésamo
- 18.40 Um, Dó, Li, Tá
- 19.35 O Golo da Jornada



«Grandes Comandantes» - sexta na TV2

- 00.25 Último Jornal
- 00.35 Insónias: «Flash Back»
- 01.35 A Casa Elliot

QUATRO

- 11.00 Novos Ventos
- 11.30 Moda
- 12.00 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 Flintstones
- 16.45 Alf
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.15 Telegiornal
- 20.00 Frasier
- 20.30 Em Busca de...
- 21.30 Mano a Mano
- 22.30 Mas que Rita Noite
- 23.30 Novo Jornal
- 01.35 Top 25 RFM / TVI

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.30 Fantasias Masculinas
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêrére
- 17.25 Notícias
- 17.30 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.50 Cenas de Um Casamento
- 22.30 Destino X
- 23.50 Último Jornal
- 00.10 Insónias - «A Noite da Má Língua»
- 01.10 A Casa Elliot

QUATRO

- 11.00 Lumen 2000
- 11.30 Moda
- 12.00 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 Flintstones
- 16.45 Alf
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Lar, Louco Lar
- 20.30 Diagnóstico Crime
- 21.30 Queridos Inimigos
- 23.30 Novo Jornal
- 00.05 Top 25 RFM / TVI
- 01.10 Fora de Jogo

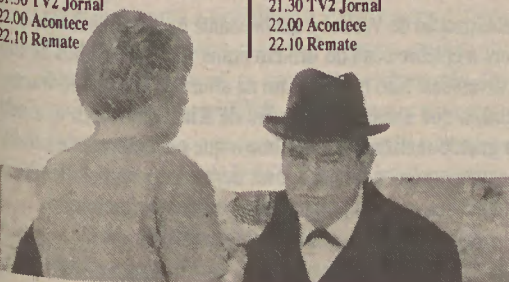
- 19.45 A Descoberta dos Metais
- 20.45 Magazine - «Saúde»
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Rock Rendez-Vous
- 23.10 Remate
- 00.10 Geração em Ruptura
- 01.00 Internacional
- 01.30 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.30 O Cadáver de Paris
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.25 Notícias
- 17.30 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.45 All You Need Is Love
- 22.50 Miss Europa
- 24.00 Último Jornal
- 00.05 Insónias - «Internacional Sic»
- 01.15 A Casa Elliot

QUATRO

- 11.00 Oitavo Dia
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 Flintstones
- 16.45 Alf
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Doido por Ti
- 20.30 Ficheiros Secretos
- 21.30 «Stuntwoman World Tour»
- 22.20 Joe Contra o Vulcão
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.10 Novo Jornal
- 01.50 Fora de Jogo



«Sherlock Holmes» - sábado na TV2

- 22.20 Paul McCartney (2ª parte)
- 23.30 Vício / Versa
- 00.20 Sucesso a Qualquer Preço
- (ver «Filmes na TV»)
- 01.55 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.30 Alvo: Harry
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêrére
- 17.25 Notícias
- 17.30 Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.45 Casos de Polícia
- 23.50 Último Jornal
- 00.05 Insónias: «Tostões e Milhões»
- 01.00 A Casa de Elliott

QUATRO

- 10.00 Cerimónias Religiosas de Fátima
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 Flintstones
- 17.00 Alf
- 17.30 Caprichos
- 18.30 Morena Clara
- 19.30 Telegiornal
- 20.05 A Menina Prodígio
- 20.30 Projecto Viper
- 21.30 Quem Casa Quer Casa
- 22.30 Picket Fences
- 23.30 Novo Jornal
- 01.10 Fora de Jogo

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicallente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.30 A Denunciante
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêrére
- 17.25 Notícias
- 17.30 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
- 21.20 A Viagem
- 22.20 Chuva de Estrelas
- 23.35 Último Jornal
- 23.50 Playboy
- 00.50 O Grande Amor da Minha Vida
- (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.30 Lumen
- 12.00 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha É Sua!
- 16.15 Flintstones
- 16.45 Alf
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 Telegiornal
- 20.00 Futebol: Bastia-Bordéus
- 21.50 Larry, o Liquidador
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Novo Jornal
- 01.20 Fora de Jogo



«O Rosto da Europa» - sábado na TV2

Por isto e por aquilo...

Sucesso a Qualquer Preço

(Quinta, 00.15, TV 2)

Todos conhecemos dezenas e dezenas de filmes em que os diálogos apenas servem como veículo para fazer avançar uma história que as mais das vezes jamais teria «pernas para andar». Pois aqui, em *Sucesso a Qualquer Preço*, estamos perante uma história que, tal como *A Morte de Um Caixeiro Viajante* (de Arthur Miller), nos fala da derrocada do chamado «sonho americano», mas numa linguagem inoquívocamente datada dos anos 90. Partindo da adaptação de uma peça escrita por David Mamet (um fabuloso inventor de histórias para o teatro e para o cinema e um admirável dialoguista), este filme é uma lição de como transpor para o ecrã a linguagem de todos os dias, dando a maior das credibilidades à intriga fulcral e agarrando inevitavelmente o espectador. Sobretudo quando tudo é vivido, mais ainda do que apenas representado, por intérpretes de excepção, como são Jack Lemmon, Al Pacino, Alec Baldwin ou Kevin Spacey (para apenas referir estes), que vamos encontrar nos papéis de frustrados vendedores de propriedades numa firma que, fingindo que não, caminha para a derrocada. Um espectáculo de representação e de escrita cinematográfica.



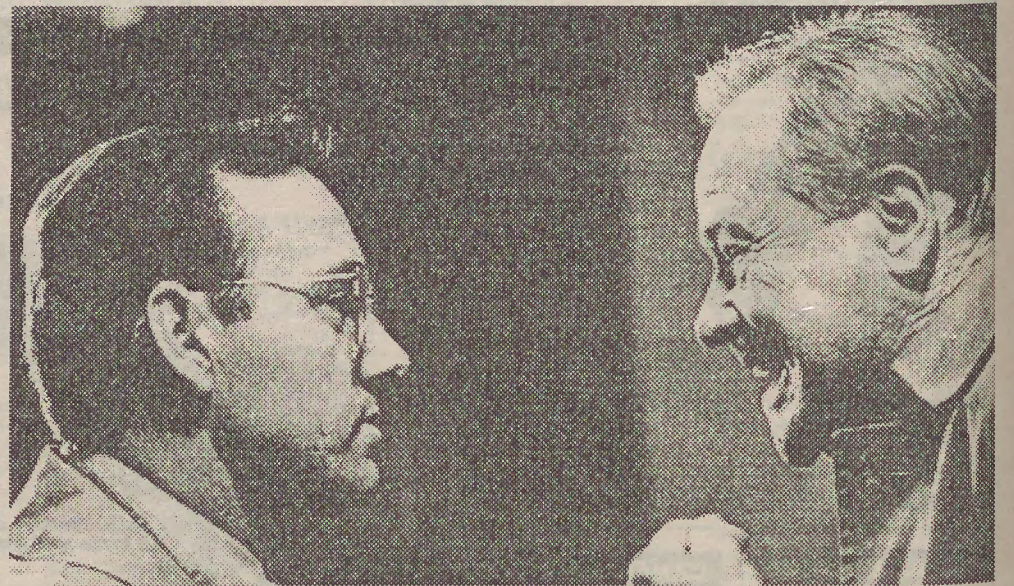
Wim Wenders, realizador de «O Amigo Americano», adaptação de um romance de Patricia Highsmith

cutante e algo cruel, contada numa expressão cinematográfica extremamente invulgar.

O Amigo Americano

(Sábado, 23.30, Quatro)

São poucos, mas bons, os filmes que esta semana há para ver. Entre eles, está este *Amigo Americano*, realizado por um



Kevin Spacey e Jack Lemmon, numa cena de «Sucesso a Qualquer Preço», de David Mamet / James Foley

dos cineastas europeus para quem o cinema americano representa, do ponto de vista da criação e da inspiração, um forte fascínio que, servindo embora de poderosa referência, ao mesmo tempo se procura iludir e ultrapassar na criação de um outro contracinema de forte identidade cultural. Baseado no romance policial *Ripley's Game*, de Patricia Highsmith, o filme gira à volta de um artesão alemão que se vê envolvido no assassinio de um mafioso no Metro de Paris em troca de uma boa maquia. Longe de constituir um thriller à boa maneira *hitchcockiana*, o filme, partindo de uma autora que tantos policiais cinematográficos inspirou, leva nas mãos de Wenders uma apreciável reviravolta de estilo (por vezes numa escrita «incompreensível», sobretudo na segunda metade), apoiado numa excelente fotografia, através da qual contactamos com um mundo em desordem e em caos, e na participação de um Bruno Ganz em excelente forma, curiosamente acompanhado por alguns grandes realizadores americanos - Nicholas Ray, Samuel Fuller, Dennis Hopper (alguns deles em pequenos papéis) - na pele de um par de crápulas...

tuir um thriller à boa maneira *hitchcockiana*, o filme, partindo de uma autora que tantos policiais cinematográficos inspirou, leva nas mãos de Wenders uma apreciável reviravolta de estilo (por vezes numa escrita «incompreensível», sobretudo na segunda metade), apoiado numa excelente fotografia, através da qual contactamos com um mundo em desordem e em caos, e na participação de um Bruno Ganz em excelente forma, curiosamente acompanhado por alguns grandes realizadores americanos - Nicholas Ray, Samuel Fuller, Dennis Hopper (alguns deles em pequenos papéis) - na pele de um par de crápulas...

O Leopardo

(Sábado, 00.05, SIC)

Para não perder quer o anterior filme de Wenders quer este filme de Visconti, a solução é recorrer ao gravador de vídeo, se o houver. É que, aqui, é de obra-prima que se trata! *O Leopardo*, adaptado da obra homónima de Lampedusa, é o filme mais celebrado do grande realizador italiano e foi justamente premiado com a *Palma de Ouro* em Cannes, em 1963. A exemplar análise política de um período da História italiana, a minúcia e a autenticidade dos cenários e do guarda-roupa e a espantosa cena de antologia que é o baile final são os pontos altos de um filme que nos restitui a Itália de meados do séc. XIX, tendo como principal personagem *D. Fabrizio*, príncipe de *Salina* e o drama da sua inadaptação a uma nova época. Burt Lancaster é o grande criador dessa personagem, num dos seus melhores papeis no cinema, mas Alain Delon e Claudia Cardinale (mais bela que nunca) acompanham-no de perto. Assustadora é, entretanto, a possibilidade (bem verosímil, aliás) de que a cópia que nos seja dado ver seja a versão americana, amputada de mais de trinta minutos, dobrada em inglês e com as cores completamente atraçadas - e não a nova cópia da versão integral italiana, datada de 1983. Se tal acontecer... quase que é melhor desistir de ver a traição a esta obra magnífica.

Larry, O Liquidado

(Sexta, 21.30, Quatro)

Mais outra peça (escrita por Jerry Sterner) adaptada da Broadway para o cinema - mas desta vez com resultados menos entusiasmantes do que a de Mamet. Agora, estamos perante a história da liquidação de uma fábrica familiar de cabos eléctricos, em dificuldades para se manter no mercado embora com um activo razoável. São os meandros tenebrosos dos mecanismos da Wall Street, mais uma vez abordados pelo cinema, num filme que é um novo festival de actores e actrizes, de entre os quais se destacam, acima de todos, Danny DeVito (no papel de «liquidador»), mas também Gregory Peck, como velho dono da fábrica ou Kate Sullivan, uma advogada, todos bem acompanhados por Piper Laurie. O humor, às vezes bem corrosivo, perpassa por todo o filme mas o *happy ending*, forçadíssimo, acaba por deitar muito a perder.

Exorcista II - O Hereje

(Sexta, 00.00, Canal 1)

Sequela do famoso filme de horror datado de 1973 (e então realizado por William Friedkin), este número dois da série - a que se seguiria, já nos anos 90, uma terceira continuação - teve reacções bastante opostas por parte da crítica. O filme foi realizado pelo brilhante John Boorman, o qual teve de remontar o filme logo depois da estreia para o reduzir de 118 para 110 minutos (embora o Boletim de Programas da RTP indique 112) e uma das principais reservas que alguns lhe apontam é o estilo de representação de Richard Burton, num falatório empastado, teatral e demasiado irreprensível - um tanto à maneira dos antigos actores de teatro que abundavam nos primeiros e impagáveis exemplares do horror datados dos anos 30. Mas, para outros, é precisamente essa uma das qualidades de um filme que quase parece indirectamente inspirar-se, do ponto de vista cinematográfico, na louca grandeza visionária à maneira de *Metropolis*, de Fritz Lang. Entre uma e outra posições, porventura exageradas, estará talvez a virtude. Esta nova visão do filme (sobretudo aos apaniguados do género) ajudará a confirmá-lo.

História de Rapazes e Raparigas

(Sexta, 00.10, TV 2)

Realizado com apurado bom gosto por Pupi Avati (músico de Jazz, jornalista e realizador extremamente original, cujo cinema navega nas águas da poesia fantástica), este filme conta-nos a história do encontro de duas famílias, uma provinciana e outra urbana, cujos filhos estão noivos. É uma visão da sociedade italiana de 1936, per-

A Dama de Xangai

(Domingo, 00.05, TV 2)

Imprescindível é, também, esta obra-prima de Orson Welles. Sucessão de embustes, traições, falsos assassinos comprados e reais assassinos tardiamente descobertos, bem como ajustes de contas sinis-



Rita Hayworth, em foco no filme «A Dama de Xangai», realizado por Orson Welles

tros, a cinematização de Welles é um brilhante exercício de estilo que culmina com a célebre cena do tiroteio numa sala de espelhos de um parque de diversões. Não obstante, foi na altura da estreia um fracasso comercial, o que arruinou a carreira de Rita Hayworth e, ainda mais, a do grande realizador. Um filme a que os incidentes da rolagem e a pequena crónica de bastidores deram uma auréola lendária mas que conservou, até hoje, o seu imenso poder de fascinação.

Antes da Guerra

(Segunda, 00.55, Canal 1)

Inédito entre nós, este filme é construído em forma de documentário que, a partir de filmes de actualidades rodados em Inglaterra nos anos 30, nos dá uma imagem dos antecedentes da II Grande Guerra e do avanço do fascismo na Europa. Com boas referências. A confirmar.

Sangue Sobre a Índia

(Terça, 15.00, TV 2)

Protagonizado por duas vedetas incontestáveis - Lauren Bacall e Kenneth Moore - este filme de aventuras tem acção localizada na fronteira Norte da Índia, durante o período colonial inglês e as boas referências também suscitam alguma atenção.

Matar Saudades

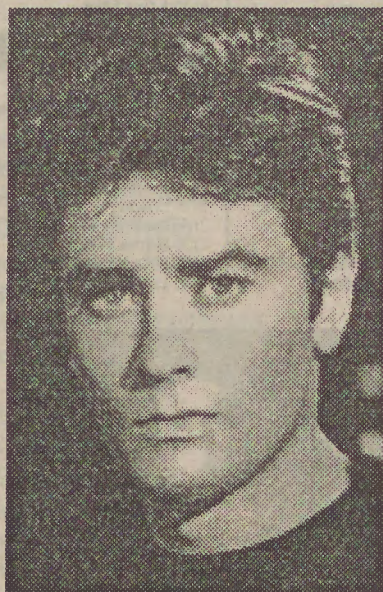
(Terça, 22.50, TV 2)

Incluído no ciclo que a TV 2 está a dedicar ao cinema português contemporâneo, *Matar Saudades* foi realizado, em fins dos anos 80, por um dos mais talentosos realizadores do chamado *Cinema Novo* português, Fernando Lopes. Desta vez, o argumento - uma velha pecha da sétima arte nacional - foi escrito por um dos nossos especialistas mais competentes, Carlos Saboga, e conta-nos uma história de paixão e morte numa aldeia de Trás-os-Montes. Um filme em tons escuros, com boas interpretações de Teresa Madruga e Eunice Muñoz.

A Valsa do Galanteador

(Quarta, 15.00, TV 2)

Uma comédia irresistível, adaptada a partir de uma peça de Jean Anouilh, em que um impagável Peter Sellers representa a personagem de um oficial militar na reserva, ainda capaz de arrastar a asa a muitas raparigas...



Burt Lancaster, Claudia Cardinale e Alain Delon, intérpretes principais da obra-prima de Luchino Visconti «O Leopardo»

■ Francisco Costa

Uma engrenagem triturante

É interessante verificar-se a frequência com que, nos últimos tempos, mesmo os mais acérrimos defensores e/ou protagonistas da abertura da televisão à iniciativa privada têm vindo a público revelar alguns sintomas de incomodidade-de-classe, sem dúvida difícil de disfarçar perante o estado geral de degradação a que chegaram, sem excepção, todos os canais portugueses.

Primeiro, foi **Proença de Carvalho**, no «Sete à Sexta» de **Margarida Marante**, o qual, lançando farisaicamente algumas setas à actual linha de orientação da TVI, avançou a teoria de que, afinal, o Governo terá andado mal ao não conceder o 2.º Canal da RTP à Igreja. O que, no ver dele, teria «resolvido» o problema desse Canal (a causar, como se vê e mesmo assim, bastantes engulhos a muito boa gente!) e ajudado a que o Canal 1 mais facilmente pudesse vir a ser também nada menos do que privatizado para competir, numa situação de «mercado publicitário» mais favorável e não tão esgotado e absorvido, com um terceiro canal privado - na circunstância, a SIC (pois claro), onde o mesmo se encontrava a debitar as suas ideias e, pior ainda, ameaça passar a comparecer semanalmente para fazer o «barómetro» da evolução política até às eleições!

Depois, foi o inevitável **Rebello de Sousa**, no «Exame» da TSF/DN, coincidindo no essencial com a opinião daquele outro «analista» mas com menos papas na língua. Independentemente da lata de continuar a achar, embora com mitigadas reservas, que a programação da SIC é a melhor, segundo ele - e resumindo - o Governo também não percebera a importância que era ter concedido a TV 2 à Igreja, antes do concurso, o que teria impedido (santa sinceridade!) que a TVI andasse agora a atraí-lo o seu projecto original e a desdobrar-se na patética procura de publicidade!

Pelo meio ficaria, ainda, uma nova edição do espectáculo marginal e arrogante de **Emídio Rangel**, desta vez na estação de rádio de que já foi patrão, agora num «debate a sós» a propósito do segundo aniversário da SIC e onde se permitiu, de forma autista e patética, insistir na vã arrogância de arremeter contra a «incultura televisiva» dos críticos e dos intelectualóides que por aí vegetam - sem se dar conta de que, afinal, os inúmeros telefonemas dos ouvintes do «Fórum/TSF» manifestaram em esmagadora abundância as mais sérias reservas e indignação quanto à estratégia da sua televisão, em particular, e dos canais portugueses, em geral.

Mas o que **Rangel** tenta iludir e **Proença** e **Marcelo** procuram rodear - intérpretes que são, todos, das múltiplas cumplicidades de interesses políticos que são a razão de ser da sua intervenção pública ou de bastidores - é que o panorama actual do nosso «audiovisual televisivo» nunca esteve tão próximo do de um país do Terceiro Mundo!

Uma guerra sem quartel

Aflorados que já têm sido nestas páginas os traços mais claros de uma programação que, em geral, jamais desceu tão baixo em nível artístico e cultural, vejamos hoje, por exemplo, o que se tem passado à volta do início das novas «grelhas» que ensombraram e continuam a ensombrar a nossa *rentrée* televisiva.

Um único termo pode caracterizar, com precisão, o que se tem passado nos últimos tempos: a **golpada**. Os exemplos são mais que muitos e podem distribuir-se, com iguais responsabilidades, pelo operador público e pelos operadores privados. É ver, por exemplo, a SIC a prolongar até mais não numa única noite a emissão de sucessivos episódios da telenovela «Chuva na Areia», para que a quiçá apelativa programação do Canal 1, pela coincidência de horários, lhe não roubasse a audiência do repugnante «All You Need...», que nessa ocasião se estreava. É espantarmo-nos com o complexo de inferioridade do Canal 1, alterando a hora de emissão da intocável telenovela «Fera Ferida» para que porventura esta coincidissem com a estreia do

«Novo Jornal» da TVI. É indignarmo-nos com a escolha do dia da reedição da «Chuva de Estrelas» na SIC, para baixamente prejudicar a emissão do «Pátio da Fama», no mesmo dia e à mesma hora, obtendo como paga e vingança a inesperada transmissão, anteriormente não anunciada pelo Canal 1, de um notável filme como é «Ligações Perigosas», para subtrair espectadores à gongórica e ridícula emissão de aniversário da SIC - ainda por cima assassinando por completo a fruição em continuidade do filme com a intromissão ilegal e abusiva já não apenas de publicidade mas do

próprio «24 Horas»! É assistirmos à impúdica e constante alteração de programas e horários, pela introdução de blocos autopromocionais das próprias estações, quer fazendo intermináveis «especiais» a propósito da estreia de uma nova telenovela ou de um novo *reality show*, quer regorgitando aos quatro ventos sondagens e mais quadros supostamente comprovativos das respectivas vitórias na batalha pelas audiências, quantas vezes falseando os dados e atropelando as mais elementares regras de deontologia.

E todas estas rasteiras são cometidas, alegadamente, em nome do extremo amor pelos espectadores! E tudo isto se passa perante um «mercado» que nem sequer sabe cuidar, pelos vistos, dos seus interesses, onde os Directores Comerciais das empresas de televisão se vergam perante as manobras aventureiras dos sacrossantos «programadores», onde nem as agências de publicidade nem sequer os próprios anunciantes parecem lembrar-se de levantar um dedo quando são objectivamente prejudicados no constante protelamento e baralhão da inserção dos seus espaços publicitários! Havia isto de passar-se numa Inglaterra ou numa Alemanha - em que as coisas são estabelecidas e negociadas ao segundo - e outro galo cantaria...

O acessório e o essencial

Não nos iludamos, entretanto. Aquilo que apenas aparece à superfície como uma irresponsável guerra sem quartel, há muito que foi experimentado lá fora. E está claramente estudado e detectado que a manipulação destes espalhafatosos instrumentos de guerrilha servem à classe dominante como mais um estratagema para iludir os cidadãos, para os entreter e desviar dos problemas quotidianos, para fazer espalhar a vulgata do «máximo denominador comum» em termos de alienação e esvaziamento cultural, de subversão da criatividade dos indivíduos e da colectividade, de transformação e normalização rasteira de gostos e mentalidades, de adormecimento da capacidade de reagir e reivindicar.

A diferença essencial é que, aqui e ali, existem governos (das mais diversas cores, aliás) que, confrontados com uma opinião pública atenta e actuante, não deixam de estremecer à mínima suspeita de parecerem ser eles os promotores (ou com ela se confundirem) da generalizada situação de *piroseira nacional* estimulada pelo exemplo da prática do próprio Poder e seus figurantes principais - à semelhança do que, entre nós, claramente acontece com o *cavaquismo* e a sua corte de fiéis e submissos. Daí, este nosso desgraçado «serviço público» de televisão, agora construído à sua imagem e parelha, e nada interessado em aprofundar um estilo e uma personalidade própria, em estabelecer-se como uma *televisão de referência* ou em promover a diferença.

Todo este barulho e toda esta balbúrdia não são, de facto, inocentes. Como o não é - também em matéria de *informação* - a tão decantada *independência* dos operadores privados de televisão em contraponto à *governamentalização* da RTP. Uma ideia-feita que foi posta a correr e que, entrados em longo período pré-eleitoral, desde já se antevê ilusória e enganosa face aos mais recentes sinais. Que outro sentido podem significar as primeiras pégadas de um percurso que, por enquanto ainda disfarçadamente, não hesitará em inverter algumas anteriores tendências positivas? É que, acima de tudo, o que está cada vez mais a animar e mover, neste campo, os vários operadores de televisão são os jogos de interesses - vitais, contraditórios entre si, mas unívocos em relação ao adversário principal, como pode comprovar-se pela campanha de provocação em relação ao PCP montada com tamanho alarido e estardalhaço - que sirvam a ambição de conduzir não a uma *alternativa política* mas, no máximo, a uma *alternância no Poder*.

Jogos de interesses perfeitamente correspondentes a uma colagem ambivalente da SIC quer à promoção e insuflação do PS quer à estratégia presidencial ou partidária do seu *big boss*, a uma ampla cobertura mediática a Manuel Monteiro e ao CDS por parte da TVI (mandando do mesmo passo às malvas a aparente beatitude dos seus anteriores critérios jornalísticos para enveredar, também ela, pelo vistoso e enganador sensacionalismo e pela agressividade de mais primária, de que a contratação de **Manuela Moura Guedes** e o novo espaço mamute de **Albarran** são as faces mais visíveis) e a um renovado seguidismo servil da RTP face ao Governo, cada vez mais acentuado nas desmazeladas e canhestras edições de fim-de-semana e que um descontinuo arremedo de «pluralismo», pontual e burocraticamente despachado, não consegue disfarçar.

Parece que, também aqui, há que inventar urgentemente um original e sonoro *buziño*.

Que, ainda por cima, entre outras coisas, rima com... *Televisão!*



de FOICE

SISpião, o Algarvio

"Ingrata pátria, não possuirás os meus ossos!", ordenou Cipião, o Africano, que se gravasse no seu túmulo em Litemum, para onde se auto-exilara desgostoso com Roma, quando um enxame de inimigos pessoais tornou curta a memória da República face ao herói que pusera termo à Segunda Guerra Púnica.

Roma não ficou com os ossos de Cipião, o Africano, mas herdou dele algo mais sinistro - a invenção da guarda pretoriana como instrumento de poder pessoal. Foi ele que transformou esta guarda privativa do pretor em guarda do general-em-chefe, integrando 600 legionários recrutados entre os melhores, que o passaram a seguir por toda a parte, dispensados dos trabalhos dos campos militares e usufruindo uma gratificação pessoal.

A História demonstrou como foi longe o inadvertido desforço do vencedor dos Cartagineses sobre a ingratidão de Roma: após o assassinio de Júlio César, o efectivo da guarda pretoriana ascendeu aos 8.000 homens, sob Augusto transformou-se numa verdadeira legião, integrando dez coortes de mil homens cada, Selano concentrou-a no caverna dos muros de Roma e fez dela uma instrumento da sua política, alargando caminho ao emblemático destino da guarda pretoriana como força mercenária que até imperadores forçou a abdicar, levando ao poder os chefes militares que dela dispusessem.

As polícias políticas, sejam elas mais ou menos secretas, foram buscar à guarda pretoriana alguns traços essenciais.

Não porque a sua vocação seja o assalto aberto ao poder instituído.

Normalmente são utilizadas para a defesa clandestina dos regimes ou forças que as controlam.

Nem que a sua actuação se inspire na boçalidade guerreira dos pretorianos, brutal mas, ainda assim, com alguma frontalidade castrense.

Os seus métodos são os do predador que, ou vampiriza à sorrelha as vidas de quem persegue, ou ataca em matilha para garantir a imobilidade da vítima.

A identificação da polícia política com a guarda pretoriana está nos conceitos que as legitimam.

Ambas se transformaram em "guardiãs": a primeira do regime e da pátria, a segunda do imperador e do império. Na prática, servem para ajudar quem tem o poder, a conservá-lo.

As duas encarnaram a "segurança nacional": no concreto, servem para actuar contra tudo e contra todos que, no entendimento de quem as tutela, pareça ameaçar a segurança do (seu) poder.

Tanto uma como outra legitimaram a sua acção com a "defesa da sociedade": em facto, atacam o cidadão, individual ou colectivamente considerado, desde que nele vejam, suspeitem ou inventem subversões à ordem definida pelo poder.

Foi esta polícia política que o Governo de Cavaco Silva pôs em andamento quando, a coberto da "defesa do regime democrático", da "segurança nacional" e da "defesa da sociedade", impôs a criação do SIS com a conivência do PS, o apoio do CDS e a frontal oposição do PCP.

Um Serviço de Informações e Segurança que, à semelhança da PIDE e congéneres, ainda não conseguiu detectar uma única "ameaça externa", mas já fichou não se sabe quantos milhares de cidadãos, que ainda não identificou qualquer "inimigo do regime democrático" mas já vigiou, filmou e registou centenas de manifestações democraticamente realizadas, cuja única "subversão" comum e detectável foi e é o protesto contra a desgraçada política governamental.

Coligindo arquivos, esses sim, de certeza atentórios dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e violadores do regime democrático.

Compreende-se, assim, por que anda Cavaco Silva (e comensais) tão de repente excitado com os arquivos das polícias políticas.

Não é ele, pretorianamente, "SISpião, o Algarvio"?

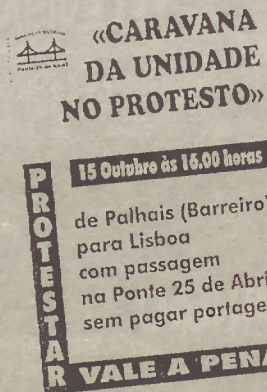
■ HC

Ponte 25 Abril Caravana vai passar sem pagar

Uma «caravana da unidade no protesto» vai partir no próximo sábado, às 16 horas, de Palhais (Barreiro) para Lisboa, com passagem na Ponte 25 de Abril, onde as portagens serão passadas sem que se efectue o pagamento. Esta é mais uma iniciativa da Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril em mais um protesto contra as portagens que se segue à entrega, no passado Domingo de uma carta aberta ao ministro da Administração Interna, quando Dias Loureiro assistia ao V Encontro Nacional dos Bombeiros, em Cacilhas.

Nessa carta, os utentes consideram «justificada» a presença do ministro no concelho de Almada, dada a realização do referido Encontro, mas «inoportuna», face «ao clima intimidatório e repressivo» que se ali vive.

Os utentes consideram inaceitável que não haja resultados quanto ao apuramento de responsabilidades das forças policiais que Dias Loureiro disse ter mandado efectuar nos acontecimentos

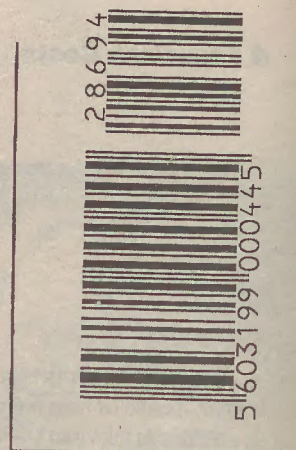


de 24 e 25 de junho, «nomeadamente o baleamento cobarde do jovem Luís Figueiredo, incapacitando-o, na flor da idade, para um futuro a que tinha legitimamente direito».

Os utentes consideram também «inadmissível que, supostamente, pela enorme concentração de meios policiais, as populações e nomeadamente os trabalhadores da margem sul, vejam reprimidas, sem qualquer justificação aceitável, as suas lutas pela melhoria das suas condições de vida, como é o caso dos trabalhadores da RN Sul»

Exigir diálogo

Condenando a actuação do SIS, os utentes dizem não aceitar que as populações da margem sul vivam num encapotado e permanente estado de sítio, reafirmando a justeza das suas reivindicações,



a sua disposição para lutar e dizendo-se disponíveis para dialogar com o Governo - o que esperam há mais de três meses - até ao próximo dia 20 de Outubro.

Num comunicado distribuído à população, a Associação de Utentes faz um balanço ao último mês da sua luta, demonstrando que «protestar vale a pena», e anunciando que a partir de 20 de Outubro, caso o diálogo com o Governo não seja aberto, passar a considerar «legitimadas acções mais duras, claramente inseridas no direito de resistência».

Nesse comunicado apela-se à participação na caravana de sábado e anuncia-se a participação nela de inúmeras personalidades e entidades.

Trabalhadores do Comércio Salário médio compra menos que mínimo em Espanha

Um trabalhador do comércio português precisa em média de trabalhar 17 horas e 38 minutos para comprar um cabaz de 15 artigos de primeira necessidade, contra 10 horas e sete minutos para um espanhol que receba um salário mínimo.

A conclusão é de um estudo da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES), que adianta que um francês com o ordenado mínimo necessita de trabalhar sete horas e 33 minutos para comprar o mesmo cabaz de 15 produtos.

Quem receba o ordenado mínimo em Portugal terá de laborar 22 horas e 29 minutos, isto é, cerca de três dias de trabalho, para receber o suficiente para adquirir o mesmo cabaz de produtos, que inclui bife de porco, frango, açúcar, arroz, batatas, pão, pescada

congelada, leite UHT, fruta, ovos, óleo, cerveja, manteiga, massa e margarina.

A partir dos quadros de pessoal do Ministério do Emprego, a FEPCES concluiu que o ordenado médio dos trabalhadores de comércio (qualificados, semi-qualificados e não-qualificados) se situava em 60.700 escudos mensais com um horário médio 43 horas semanais, o que conduziu a um ordenado médio horário de 325,80 escudos.

Para comprar um quilograma de bife de porco um empregado do comércio português precisa do produto de duas horas e 36 minutos de trabalho, contra uma hora e 19 minutos para quem receba o ordenado mínimo em Espanha e uma hora e nove minutos para quem tenha o vencimento mínimo em França. Para comprar a mesma

quantidade de carne, um português que receba o ordenado mínimo deverá trabalhar três horas e 16 minutos.

A compra de um quilo de pão, por sua vez, «custará» 21 minutos de trabalho a um empregado do comércio e cerca de 26 minutos a um português ou a um espanhol que receba o salário mínimo, mas apenas 14 minutos a um francês que aufera o ordenado mínimo.

Mas para a compra de um litro de leite, quem trabalha no comércio em Portugal tem de laborar 22 minutos (28 minutos para o ordenado mínimo), enquanto quem receba o salário mínimo terá de trabalhar 13 minutos em Espanha e seis minutos em França para

comprar a mesma quantidade de leite.

Segundo aquela Federação Sindical, o cabaz de 15 produtos referidos, comprado em grandes superfícies comerciais em 30 de Setembro, custava em Portugal 5.662\$50 escudos, em Espanha o equivalente a 4.083\$80 escudos e em França o correspondente a 7.524\$30 escudos.

A FEPCES assinala que os ordenados horários de quem recebe o salário mínimo em Espanha e França foram calculados com base em dados sindicais sobre horários de trabalho, situando-se em 422\$30 escudos/hora em Espanha e 1.026\$30 escudos/hora em França.

Novo Espaço Vitória inaugurado amanhã

É inaugurado amanhã o novo Espaço Vitória, depois de obras de remodelação no rés-do-chão daquele Centro de Trabalho do PCP em Lisboa, para criar condições técnicas e estéticas para uma melhor utilização cultural e política da área disponível.

A inauguração será concretizada com uma festa-convívio que decorrerá entre as 18 e as 24 horas, com a participação do maestro Lopes Graça, que apresentará em primeira audição uma peça para piano intitulada «Preito à memória de Francisco miguel, uma vida heróica».

Outra participação de vulto no programa de amanhã é a do compositor Jorge Peixinho, enquanto

estão asseguradas as presenças de Luísa Basto e João Fernando, o Grupo 3 de Abril, elementos do Coro da Academia de Amadores de Música e outros músicos portugueses.

O programa, coordenado pela actriz Fernanda Lapa, inclui ainda um momento de poesia com a participação de numerosos actores, dedicado à luta pela liberdade de poetas de todo o mundo.

Presente estará José Casanova, membro da Comissão política do PCP.

Muitos artistas portugueses disseram já da sua disponibilidade e apoio a este novo Espaço Vitória, permitindo assim o anúncio para breve de novas iniciativas.